



PINTURA A ÓLEO SOBRE TELA DE **ANTÓNIO QUADROS**



SITUAÇÃO MACROECONÓMICA



1. Sumário Executivo

A conjuntura económica em 2009 continuou a ser caracterizada pelos efeitos da crise económica e financeira a nível global, ainda que com sinais tímidos de recuperação, principalmente na parte final do ano. No geral, os governos e bancos centrais mantiveram as medidas de estímulo para reanimar a economia. As últimas estimativas apontam para uma retracção da produção mundial em 0.8% em 2009, determinada pelo desempenho das economias mais desenvolvidas, cuja produção contraiu em 3.2%, variação amortecida pelo crescimento em 2.1% registado na globalidade das economias de mercado emergentes e em desenvolvimento. A inflação desacelerou tanto nas economias avançadas como nas emergentes e em desenvolvimento, não obstante o aumento dos preços das principais mercadorias nas praças internacionais, incluindo o preço do petróleo, fortalecimento do dólar norte-americano face às principais moedas internacionais e melhorias no desempenho dos principais índices bolsistas mundiais, em resultado da melhoria da confiança dos consumidores e investidores nas economias mais avançadas.

Ao nível das economias da África Subsaariana e da região da SADC, conforme era esperado, a crise financeira teve reflexos ao nível da actividade produtiva e sobretudo ao nível do sector externo. Com efeito, assistiu-se ao (i) abrandamento do ritmo de crescimento para 1.6% em 2009, com a África do Sul e o Botswana a observarem contracções no nível de produção total, (ii) redução dos fluxos de ajuda externa, (iii) agravamento dos défices fiscais, (iv) redução das receitas de exportação e (v) retracção das taxas de inflação em quase todos os países, excepto em Angola. A recuperação das economias da região prognosticada para 2010 poderá ser lenta e frágil na medida em que os níveis da procura privada e do emprego nas economias mais desenvolvidas, principal destino das exportações, ainda são pouco satisfatórios e incertos.

Na conjuntura interna, o destaque vai para o crescimento do PIB real em 6.3%, liderado pelo sector terciário com uma contribuição de 3.6 pp, a redução da inflação anual para 4.21% em Dezembro de 2009, nível mais baixo dos últimos cinco anos, menos 1.97 pp em relação ao nível observado em 2008. Comportamento semelhante teve a inflação média anual que, reduziu de 10.33% em Dezembro de 2008 para 3.25% em Dezembro de 2009, o equivalente a uma queda de 7.1 pp.

Informação preliminar mostra que a arrecadação de receitas públicas no exercício económico de 2009 atingiu 47,402 milhões de meticais, valor que corresponde a um crescimento nominal anual de 23.9%, representando 18.2% do PIB, enquanto a despesa

total, incluindo empréstimos líquidos às empresas públicas, totalizou 86,701 milhões de meticais, equivalente a 33.3% do PIB, traduzindo um acréscimo anual de 30.1%, tendo estas sido cobertas em 55% pelas receitas fiscais e o remanescente através de fundos externos. Com estes fluxos, o défice global antes de donativos agravou-se em 2.6 pp face ao de 2008, para 15.1% do PIB em 2009, nível que reduz para 5.4% do PIB (mais 2.9 pp em relação a 2008) quando incorporados os donativos.

No ano em revista a política monetária foi desenhada tendo em vista amortecer o impacto da crise financeira, por via de estímulos ao crédito destinado ao sector privado. Assim, o BM procedeu a ajustamentos em baixa nas suas taxas de juro de intervenção no MMI e no coeficiente de reservas obrigatórias, tendo as taxas da FPC e da FPD decrescido cumulativamente em 3.0 pp e 7.25 pp durante o ano para 11.5% e 3.0%, respectivamente, e o coeficiente de reservas obrigatórias em 100 pb para 8.0%. Estas medidas estimularam o sistema bancário nacional a aumentar o financiamento interno ao sector privado em face de dificuldades de acesso aos fundos no mercado externo por parte de empresas nacionais como resultado da crise financeira internacional. A redução do coeficiente de reservas obrigatórias decorreu da necessidade de harmonização com as taxas dos países da região da SADC, no âmbito da integração regional em curso.

Em linha com a redução das taxas de intervenção do Banco Central no MMI, as taxas de juro médias nominais praticadas pelos bancos comerciais no segmento de retalho, para operações de crédito e depósitos, mantiveram a sua tendência de decrescimento observada ao longo dos últimos anos, tendo a taxa de juro média nominal de empréstimos para a maturidade de um ano reduzido em 2.64 pp para 19.21% em Dezembro de 2009 e a taxa média de depósitos para a mesma maturidade e período retraído em 1.49 pp para 10.15%. A *prime rate* situou-se, em média, em 15.22% em Dezembro de 2009, contra 17.99% no período homólogo do ano anterior.

Ao nível dos agregados monetários, o saldo da base monetária, variável operacional da política monetária, no final de Dezembro de 2009 foi de 24,464 milhões de meticais, o correspondente a uma expansão anual de 27.3%, enquanto o agregado monetário mais amplo, M3, observou um crescimento anual de 32.6%, para um saldo de 107,074 milhões de meticais no final do ano. A expansão dos agregados monetários, no ano em análise, reflectiu o impacto das operações financeiras do Estado, a entrada de fundos externos para as empresas públicas e para o sector privado da economia, sob forma de créditos e donativos e a forte expansão do crédito bancário interno ao sector privado.

Efectivamente, o saldo do crédito à economia no final de Dezembro de 2009 junto do sistema bancário nacional foi de 71,440 milhões de meticais, variação anual de 58.6%, dos quais o comércio foi mais beneficiado, com uma contribuição de 19.1 pp no fluxo anual, seguido do sector de transportes e comunicações com 14.1 pp e indústria transformadora com 12.4 pp. Adicionalmente ao financiamento do sistema bancário nacional, os agentes económicos residentes, particularmente as empresas, recorreram aos empréstimos externos, expurgando o efeito dos grandes projectos, no montante líquido de USD 23.0 milhões.

Relativamente ao desenvolvimento do sector financeiro, importa destacar que até Dezembro de 2009, o total de balcões em funcionamento no país era de 352 unidades, cobrindo um total de 51 distritos, correspondente a cerca de 40% do total nacional. A cobertura média de cada agência aumentou para 2,271 km², contra 2,629 km² em 2008 e em termos populacionais, esta incrementou para 57 mil habitantes, contra 68 mil habitantes em 2008. A quantidade de contas bancárias de particulares, em moeda nacional, também cresceu no ano (10.2%).

No mercado cambial, após uma depreciação moderada do metical em 2008, numa altura em que os preços internacionais dos principais produtos de importação de Moçambique tinham aumentado substancialmente, em 2009, a moeda nacional registou perdas nominais de 9,7% em relação ao dólar norte-americano, 39.56% e 3.74% face ao rand e

euro, respectivamente, sendo que o comportamento face à moeda sul-africana deriva de uma acentuada valorização do preço do ouro no mercado internacional, principal produto de exportação daquele país. Estas variações permitiram que o Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real registasse uma depreciação de 5%, permitindo, deste modo, repor os ganhos reais de competitividade das exportações moçambicanas que se haviam deteriorado nos dois anos anteriores.

O perfil da Balança de Pagamentos de Moçambique em 2009 reflecte o impacto da crise económica e financeira internacional na economia doméstica, em linha com as previsões iniciais. Com efeito, o valor das exportações reduziu, no ano, em 30% para USD 1,852.6 milhões, o que perante uma queda menos pronunciada das importações (11%) agravou o défice da conta parcial de bens em 40.4%, para USD 1,390.5 milhões, o que aliado aos défices das contas parciais de serviços e rendimentos, resultou num défice da conta corrente, antes dos donativos, de USD 1 935.8 milhões, coberto pelas transferências correntes (USD 764.5 milhões, menos 10% que em 2008) e pelo fluxo líquido de entrada de recursos financeiros externos no total de USD 1016.4 milhões, na forma de IDE, alocação de direitos especiais de saque e os empréstimos dos parceiros de desenvolvimento.

O saldo das RILs do País situou-se em USD 1,840.8 milhões a 31 de Dezembro de 2009, montante que representa uma constituição de USD 197.5 milhões no ano. Em termos de Reservas Internacionais Brutas, o saldo apurado no fecho do ano corresponde à cobertura de 5.7 meses de importações de bens e serviços não factoriais, incluindo as dos grandes projectos, após 4.5 meses em 31 de Dezembro de 2008. Excluindo as importações dos grandes projectos, as reservas brutas cobrem 7.3 meses.

A constituição de RILs foi favorecida pela alocação de um total de USD 170 milhões a Moçambique pelo FMI, no âmbito da iniciativa de reforço da liquidez global dirigida a todos os seus membros, enquanto as reservas brutas e, conseqüentemente, os meses de cobertura de importações beneficiaram do desembolso do FMI de USD 152 milhões, referentes às primeiras duas tranches do empréstimo total de USD 172 milhões solicitado pelo BM ao abrigo do *Exogenous Shocks Facility*. O desembolso da terceira e última tranche está aprazado para 2010.

2. Evolução Económica Internacional

Depois do pessimismo e incerteza que caracterizaram a primeira parte do ano, no final de 2009 assistiu-se a um maior optimismo nas previsões de recuperação da economia mundial, justificado por: (i) desaceleração da contracção da actividade económica, em particular nas economias mais desenvolvidas, acompanhada de um comportamento misto do nível geral de preços, (ii) manutenção de níveis de crescimento económico robustos nas economias de mercados emergentes, (iii) aumento dos preços das principais mercadorias nas praças internacionais, (iv) fortalecimento do dólar norte-americano face às principais moedas internacionais, e (v) melhorias assinaláveis no desempenho dos principais índices bolsistas mundiais.

Não obstante o cenário de retoma, segundo estimativas do FMI, a produção mundial retraiu em 0.8% em 2009 como resultado do fraco desempenho das economias avançadas, cuja produção decresceu em 3.2% (Quadro 1). Refira-se que em 2008 a economia mundial alcançou um crescimento na ordem de 3.0%, e para 2010 as projecções divulgadas em Janeiro sugerem um maior optimismo quanto ao desempenho da economia mundial, indicando uma expansão na ordem de 3.9%, contra uma previsão anterior de 3.1%, publicada em Outubro de 2009.

No concernente à evolução do nível geral de preços, as economias avançadas, emergentes e africanas observaram, ao longo de 2009, uma tendência de desaceleração (Quadro 1), influenciada, em larga escala, pelo decréscimo da procura agregada mundial aliado à deterioração da confiança dos consumidores e empresários, em particular na primeira metade do ano e o recuo da actividade económica, particularmente nas economias avançadas.

Quadro 1 **Evolução do PIB Real e Inflação nos Principais Blocos Mundiais**

Região	PIB real (%)			IPC (%)*		
	2008	2009	2010 ^a	2008	2009	2010 ^a
Economia Mundial	3.0	-0.8	3.9	n.d	n.d	n.d
Economias Avançadas	0.5	-3.2	2.1	3.4	0.1	1.3
Econ. Emergentes e em Desenvt ^o	6.1	2.1	6.0	9.2	5.2	6.2
Ásia	7.9	6.5	8.4	7.5	3.0	3.4
Europa	3.1	-4.3	2.0	8.1	4.8	4.2
América Latina	4.2	-2.3	3.7	7.9	6.1	5.2
África	5.2	1.9	4.3	10.3	9.1	6.5
África Subsahariana	5.6	1.6	4.3	11.9	10.5	7.4

Fonte: World Economic Outlook (October 2009 e January 2010 (Update)).

Notas: * expresso em termos de média anual. a Projecções.

Perante uma conjuntura económica internacional adversa e manutenção da incerteza nos mercados financeiros em alguns períodos do ano, com destaque para o primeiro semestre como acima referido, as autoridades das economias mais desenvolvidas e as dos mercados emergentes optaram pela manutenção dos pacotes de estímulo económico e financeiro que vinham adoptando a partir da última metade de 2007, tendo em vista a minimização dos efeitos adversos da crise financeira e económica global. Os bancos centrais destes países pautaram pela manutenção das suas taxas de juro de referência em níveis próximos de zero, complementadas, em alguns casos, com reduções das taxas de reserva obrigatória, com objectivo de estimular a procura agregada nos respectivos países.

2.1. Desempenho Macroeconómico

A. Economias Mais Desenvolvidas

Estados Unidos da América. Segundo o *Bureau of Economic Analysis (BEA)*, o PIB real registou uma retracção anual de 2.5% em 2009, a maior desde 1946, após uma expansão de 0.4% em 2008 e 2.1% em 2007. O desempenho da actividade económica no período em referência deveu-se, largamente, às contribuições negativas do investimento em activos não-residenciais, das exportações, do investimento em activos fixos residenciais e das despesas em consumo privado.

A inflação anual não ajustada à sazonalidade, medida pelo Índice de Preços no Consumidor Urbano (CPI-U), publicado pelo *Bureau of Labor Statistics (BLS)*, acelerou para 2.7% em Dezembro de 2009, após 0.1% no período homólogo do ano anterior e 4.1% em Dezembro de 2007. O aumento do nível geral de preços no período em análise deveu-se, em grande parte, ao incremento do índice de preços das classes de cuidados médicos (3.2%), alimentação e bebidas (1.9%) e vestuário (1.0%).

Na sequência da contracção da actividade económica, a taxa de desemprego aumentou continuamente, encerrando o ano em 10.0%, após 7.2% em Dezembro de 2008, tendo os sectores de construção e manufactura sido os que mais contribuíram para o comportamento em alta da taxa de desemprego no período.

Perante o cenário de elevada incerteza, marcado pela recuperação lenta da economia e deterioração das condições no mercado de trabalho, o *Federal Open Market Committee (FOMC)* pautou pela manutenção da taxa de juro de referência dos fundos federais entre 0-0.25% durante todo o ano de 2009.

Zona do Euro¹. De acordo com o *Eurostat*, o PIB real ajustado à sazonalidade registou uma variação anual negativa de 3.9% em 2009, após uma expansão de 0.6% em 2008 e 2.6% em 2007. A retracção da actividade económica no período em análise foi largamente determinada pelo abrandamento do investimento e do consumo privados, num contexto de aceleração da taxa de desemprego, ajustada à sazonalidade, para 10.0% em Dezembro de 2009, após 8.1% no período homólogo do ano anterior.

Em face da retracção da actividade económica, num cenário de escassez global de liquidez, o nível geral de preços observou uma trajectória descendente, tendo-se situado a inflação homóloga em 0.9% em Dezembro de 2009, após 1.6% no último mês de 2008, reflectindo a descida dos índices de preços das classes de alimentação, comunicação e habitação.

Perante o cenário de contracção económica, comportamento da inflação e deterioração das condições no mercado de trabalho, o Conselho do Banco Central Europeu decidiu, na primeira metade do ano, pela redução gradual da sua taxa de juro mínima aplicável às operações de refinanciamento em um total de 150 pb até Maio de 2009, fixando-a em 1.0%, nível que se manteve até ao final de 2009.

Japão. Dados publicados pelo *Economic and Social Research Institute* indicam que o PIB real ajustado à sazonalidade decresceu 5.3% em 2009, contra uma retracção de 1.2% em 2008, variação que se deveu, em grande medida, aos decréscimos das receitas de exportação (24.0%), das receitas dos serviços (19.3%) e do investimento público (1.5%). Em linha com a contracção do produto, a taxa de desemprego, ajustada à sazonalidade,

¹ Desde 1 de Janeiro de 2009, a Eslováquia passou a integrar a Zona do Euro totalizando, actualmente, 16 países.

atingiu 5.2% em Dezembro de 2009, correspondente a um aumento de 90 pb face ao observado no período homólogo de 2008.

De acordo com o *Statistics Bureau*, o nível geral de preços registou uma variação anual negativa de 1.7% em Dezembro de 2009, após uma inflação de 0.4% ocorrida em Dezembro de 2008. A deflação observada no ano em análise resultou da queda dos índices de preços das classes de alimentação (1.5%), combustíveis, energia e água (5.0%), mobiliário e utensílios domésticos (5.5%).

Perante o cenário de incerteza marcado pela retracção da actividade económica, deterioração das condições no mercado de trabalho e variação negativa do nível geral de preços, o *Policy Board of the Bank of Japan* decidiu manter inalterada a sua taxa de juro de referência, *Overnight Lending Rate*, em 0.1% ao longo de 2009 – a mesma com que tinha encerrado o ano de 2008.

Reino Unido. Segundo o *National Statistics*, o PIB real cresceu a uma taxa anual negativa de 4.8% em 2009, após uma expansão de 0.5% em 2008 e 2.8% em 2007. A contracção da actividade económica no período em referência deveu-se, essencialmente, à retracção dos sectores manufactureiro (10.2%) e dos serviços (4.1%).

Segundo a mesma fonte, a inflação homóloga desacelerou para 2.9% em Dezembro de 2009, 20 pb abaixo da cifra registada em igual período de 2008 e 90 pb acima da meta de inflação estabelecida pela autoridade monetária. A redução da inflação anual deveu-se, essencialmente à descida dos índices de preços das classes de vestuário e calçado.

No que tange ao mercado de trabalho, à semelhança das restantes economias avançadas, a taxa de desemprego ajustada à sazonalidade aumentou para 7.8% em Dezembro de 2009, após situar-se em 6.5% em Dezembro de 2008.

Perante o cenário de contracção da actividade económica e deterioração das condições no mercado de trabalho, o Comité de Política Monetária do *Bank of England* decidiu baixar gradualmente a sua taxa de juro de referência de 2.0% em Dezembro de 2008 para 0.5% em Março de 2009, taxa que permaneceu inalterada até ao final do ano.

B. Economias Emergentes

China. Dados preliminares publicados pelo *National Bureau of Statistics* mostram que, apesar dos efeitos da crise, o PIB continuou a crescer a um ritmo robusto, tendo-se expandido em 8.7% em 2009, após 9.6% no ano anterior. O bom desempenho da economia chinesa resultou da expansão ocorrida em todos os sectores, nomeadamente, secundário (9.5%), terciário (8.9%) e primário (4.2%). Em termos de componentes da procura agregada, o investimento e o consumo foram os que mais contribuíram para o crescimento do produto em 2009.

De acordo com a mesma fonte, a inflação anual fixou-se em 1.9% em Dezembro de 2009, o que equivale a uma aceleração de 70 pb em relação à observada no mês homólogo de 2008, justificada, em grande medida, pelo acréscimo dos índices de preços das classes de tabaco, cuidados médicos, artigos pessoais e alimentação.

Em face da incerteza associada ao ambiente macroeconómico global desfavorável, o Comité de Política Monetária do *People's Bank of China* pautou pela manutenção da taxa de juro de referência em 5.31%, ao longo de 2009.

Índia. A economia cresceu a uma taxa média anual de 5.6% em 2009, uma redução de 1.7 pp em relação à cifra registada em 2008, impulsionada, essencialmente, pela produção dos sectores manufactureiro e mineiro. Por seu turno, a inflação homóloga atingiu 14.97% em Dezembro de 2009, após 9.7% no final do ano anterior e 5.51% em 2007.

Perante um cenário de deterioração das condições económicas nos mercados internacionais e redução da procura doméstica, o *Reserve Bank of India* decidiu rever em baixa a taxa de juro de referência numa magnitude acumulada no ano de 1.99 pp, fixando-se em 3.25% em Dezembro de 2009, após 5.24% observado em Dezembro de 2008.

Brasil. Dados divulgados pelo *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* indicam que o PIB a preços de mercado registou um decréscimo anual de 0.1% em 2009, após ter expandido em 5.1% em 2008, determinado, em grande medida, pela contracção da produção nos sectores agro-pecuário (5.2%) e industrial (5.5%).

De acordo com a mesma fonte, a inflação homóloga desacelerou para 4.31% em Dezembro de 2009, após 5.9% em Dezembro do ano anterior. No que tange ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego situou-se em 6.8% em Dezembro de 2009, mantendo-se, assim, inalterada em relação ao período homólogo de 2008.

Perante uma conjuntura económica internacional desfavorável e a contracção da actividade económica, o Comité de Política Monetária do Banco Central do Brasil enveredou pela redução da sua taxa de juro de referência (Taxa Selic) numa magnitude acumulada de 5 pp para 8.75% em Dezembro de 2009, após 13.25% no fecho do ano anterior.

C. África Subsahariana

Estimativas do FMI publicadas no *Regional Economic Outlook* de Outubro de 2009 apontam para um crescimento da produção agregada da região Subsahariana de África, na ordem de 1.6% em 2009, após 5.6% no ano anterior, como consequência dos efeitos da crise financeira internacional sobre as economias do sub-continente, que incluem, entre outros, a redução das entradas de recursos financeiros sob forma de investimento directo estrangeiro, remessas de emigrantes e ajuda externa e o declínio das exportações. A inflação média terá reduzido em 1.4 pp para 10.5% em 2009 (Quadro 1).

Ao nível das economias da SADC observou-se, na generalidade, uma desaceleração das taxas de crescimento do PIB no ano, comparativamente a 2008, tendo a África do Sul e o Botswana registado taxas de crescimento negativas em 2009. Os indicadores do nível geral de preços retraíram em quase todos os países, excepto Angola, e as taxas de câmbio das moedas domésticas em relação ao dólar norte-americano tiveram um comportamento misto, com Malawi, Maurícias, África do Sul e Zâmbia a exibirem uma apreciação das respectivas moedas, enquanto Angola, Botswana, Tanzânia e Moçambique observaram uma tendência de depreciação (Quadro 2).

Quadro 2 **Indicadores Seleccionados de Países da SADC, variação anual (%)**

	ANG	BOT	MLW	MAU	RSA	TZN	ZAM	MOZ
PIB real								
2007	19.8	6.0	6.8	5.4	5.5	6.6	6.2	7.3
2008	12.9	5.3	9.8	5.3	3.7	6.5	5.7	6.7
2009 ^a	0.2	-10.3	7.6	2.8 ^b	-1.8 ^b	5.0	6.3	6.3
IPC								
Dez-07	11.8	8.1	7.5	8.8	7.1	6.4	8.9	10.3
Dez-08	13.2	13.7	9.9	9.7	9.5	13.5	16.6	6.2
Dez-09	14.0	5.8	7.6	2.5	6.3	12.2	9.9	4.2
Taxa de câmbio*								
Dez-07	-6.6	-0.2	0.7	-17.9	-2.1	-8.7	-12.8	-8.3
Dez-08	0.2	26.2	2.5	16.6	38.0	13.9	24.9	6.1
Dez-09	18.6	12.3	-1.1	-7.9	-21.7	1.9	-3.2	9.7

Fontes: **Autoridades Estatísticas Oficiais e World Economic Outlook (Outubro 2009)**

Notas: ^a previsão. ^b realizado. *Em relação ao dólar norte-americano.

África do Sul. Dados preliminares divulgados pelo *Statistics South Africa* indicam que o PIB real decresceu em 1.8% em 2009, após um crescimento de 3.7% no ano anterior. A queda da actividade económica no ano reflectiu contribuições negativas da indústria manufactureira (1.8 pp), resultante do decréscimo da produção em 10.7%, da indústria mineira (40 pb), associada à queda de 2.2%, e dos hotéis e restaurantes e vendas a grosso (30 pb), decorrente do crescimento negativo de 2.9%. O sector de administração pública, com um crescimento anual de 4.2%, amorteceu a queda do indicador da actividade económica.

Dados tornados públicos pela mesma fonte indicam que a inflação anual, medida pela variação do IPC, abrandou para 6.3% em Dezembro de 2009, 3.2 pp abaixo da cifra registada no ano anterior e 30 pb acima do limite superior da banda estabelecida pelas autoridades monetárias como meta de inflação. O agravamento dos preços em 2009 foi determinado, essencialmente, pelo aumento dos índices de preços das classes de habitação, com uma contribuição de 1.6 pp, e de alimentação, bebidas alcoólicas e transportes, que contribuíram com 60 pb individualmente. Por outro lado, o inquérito sobre a força de trabalho referente a Dezembro de 2009 e publicado pelo *Statistics South Africa* indica que a taxa de desemprego aumentou para 24.3%, após 21.9% em igual período de 2008.

Ao longo do ano, o *South Africa Reserve Bank* (SARB) reviu gradual e sucessivamente em baixa a sua taxa de juro de referência, tendo passado de 11.5% em Dezembro de 2008 para 7.0% em Agosto de 2009, nível em que se manteve até ao final do ano. As revisões em baixa da taxa de juro de política tinham em vista impulsionar a actividade económica, num contexto de desaceleração da inflação.

Tanzânia. Estimativas do FMI apontam para um crescimento do PIB real a uma taxa anual de 5.0% em 2009, menos 1.5 pp em relação ao ano anterior. Informações do *National Bureau of Statistics* da Tanzânia indicam que a inflação anual desacelerou para 12.2% em Dezembro de 2009, 1.3 pp abaixo da registada em igual período de 2008.

Malawi. As estimativas do Fundo indicam que a economia cresceu a uma taxa anual de 7.6%, correspondente a um abrandamento de 2.2 pp em relação ao registado em 2008. Segundo o *National Statistical Office*, a taxa de inflação anual foi de 7.6% em 2009 após fixar-se em 9.9%, em 2008. Em termos médios anuais, a inflação desacelerou em 30 pb para 8.4%.

Em face da incerteza prevalecente no mercado internacional e tomando em consideração a evolução dos principais indicadores macroeconómicos domésticos, o Comité de Política Monetária do *Reserve Bank of Malawi* enveredou pela manutenção da sua taxa de juro de referência em 15.0% ao longo de 2009. Similarmente, a autoridade monetária optou por manter inalterada a taxa de reservas obrigatórias, encerrando o ano com uma taxa de 15.5%.

Zâmbia. De acordo com estimativas divulgadas pelo *Central Statistics Office*, o PIB real expandiu a uma taxa anual de 6.3% em 2009, após ter crescido em 5.7% no ano anterior. O desempenho da economia foi amplamente determinado pela contribuição positiva dos sectores primário e secundário. Por seu turno, a taxa de inflação anual foi de 9.9% em Dezembro de 2009, contra 16.6% no período homólogo do ano anterior.

Botswana. Segundo as estimativas do FMI, o PIB deste país decresceu em 10.3% em 2009, após um crescimento de 5.3% em 2008. A inflação anual reduziu para 5.8% em Dezembro de 2009, contra 13.7% no ano anterior, situando-se, assim, dentro da banda de 4%-7% estabelecida pela autoridade monetária como meta.

O Comité de Política Monetária do *Bank of Botswana* decidiu rever em baixa, gradual e sucessivamente, a sua taxa de juro de política para 10.0% em Dezembro de 2009, após 15.0% no final do ano anterior. A revisão em baixa da taxa de juro do banco central reflecte uma política de estímulo ao crescimento económico num contexto de declínio da inflação.

Maurícias. De acordo com o *Central Statistics Office*, o PIB cresceu em 2.8% em 2009, 2.5 pp abaixo da taxa de crescimento económico registada em 2008. Os sectores da agricultura com um crescimento de 8.0%, o financeiro com 5.0% e construção com 3.0%, foram os que mais contribuíram para o incremento do produto, variações, no entanto, amortecidas pela queda registada no sector de hotéis e restaurantes (6.4%). A mesma fonte indica que a inflação anual reduziu para 2.5% em Dezembro de 2009, após situar-se em 9.7% no período homólogo do ano anterior.

Após a redução da sua taxa de juro de referência, a *repo rate*, em 100 pb para 5.75% em Março de 2009, com a finalidade de estimular a actividade produtiva num cenário de desaceleração da inflação, o Comité de Política Monetária do *Bank of Mauritius* decidiu manter a taxa de juro de política nas suas sessões subsequentes, face aos sinais de recuperação da economia doméstica e internacional.

2.2. Preços das Mercadorias

Os preços das principais mercadorias com peso considerável na balança de pagamentos de Moçambique e no comportamento da inflação doméstica tiveram, em geral, uma tendência altista (Quadro 3). Com efeito, o preço do açúcar, em termos de média mensal, situou-se, no final do ano, acima do dobro do observado em Dezembro de 2008. Os preços do petróleo e do alumínio comportaram-se de forma similar, ao crescerem em cerca de 80% e 45%, respectivamente, enquanto os do algodão, ouro, milho e arroz aumentaram moderadamente. Por seu turno, os preços médios do gás natural e do trigo encerraram o ano com variações negativas de cerca de 60% e de 6%, respectivamente.

Quadro 3 Preços de Mercadorias Seleccionadas no Mercado Internacional

Produto	Unidade	Dez-08	Mar-09	Jun-09	Set-09	Dez-09	var. anual (%)	var. média anual (%)
Brent	USD/barril	41.6	46.8	68.6	67.7	74.7	79.58	-36.66
Alumínio	USD/mt	1,504.4	1,338.1	1,586.3	1,835.6	2,181.3	44.99	-35.25
Ouro	USD/onça	878.0	917.2	925.9	1,006.7	1,095.7	24.80	12.21
G. Natural	USD/mt	576.7	412.9	309.6	222.5	232.2	-59.74	-32.60
Açúcar	USD/libra	11.3	12.9	16.6	23.5	24.9	119.96	45.76
Trigo	USD/mt	220.1	231.0	253.4	191.1	206.3	-6.31	-31.45
Arroz	USD/mt	550.8	625.3	548.6	593.7	606.0	10.03	-15.83
Milho	USD/mt	158.2	164.5	178.8	150.6	164.6	4.06	-25.85
Algodão	USD/mt	55.5	51.5	61.4	64.1	76.8	38.42	-12.11

Fonte: Reuters & FMI

Petróleo. Após encerrar 2008 com uma cotação de USD 41.58 por barril, o preço do petróleo registou agravamentos em três trimestres, à excepção do terceiro, tendo o preço médio de Dezembro sido de USD 74.67 por barril (Quadro 4 e Gráfico 1). No entanto, em termos de preço médio anual, este reduziu de USD 97.66 por barril em 2008 para USD 61.86 por barril em 2009. Para o agravamento do preço do petróleo concorreu o aumento da procura, associado à retoma da economia mundial, embora encarado com algumas cautelas, aliado aos cortes de produção verificados em alguns países e à depreciação persistente do dólar face às principais moedas no mercado internacional.

Gráfico 1 Preço do Petróleo (Brent) no Mercado Internacional



A Agência Internacional de Energia prevê, para 2010, um aumento em 1,8% da procura mundial desse *commodity* passando para 86,6 milhões de barris por dia. O crescimento da procura é basicamente fundamentado pelos incrementos dos consumos nos mercados emergentes, encabeçados pela China, que vai compensar a debilidade do consumo em países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Ouro. O preço médio mensal do ouro durante o ano flutuou em consonância com o comportamento do dólar no mercado internacional. Com efeito, segundo a *Reuters*, até Agosto de 2009 registou-se uma apreciação moderada da cotação do ouro com uma variação anual de 8.17%, correspondentes a uma cotação de USD 949.65 por onça no último mês do período. No último trimestre do ano, observou-se uma aceleração acentuada do preço do ouro, tendo culminado com uma variação anual de 24.8% em Dezembro de 2009, o equivalente a USD 1,095.70 por onça.

Açúcar. Após uma variação anual positiva de 8.4% em 2008, registou-se uma subida acentuada do preço do açúcar no mercado internacional, devido, fundamentalmente, à redução da oferta mundial desta mercadoria provocada pela fraca colheita da cana

sacarina, pelo segundo ano consecutivo, no Brasil e na Índia, tendo terminado o ano com uma variação anual de 119.96% em Dezembro de 2009.

Cereais. Ainda que num ritmo inferior ao observado em 2008, os preços do arroz e milho registaram algum incremento nos primeiros meses do ano, atingindo variações anuais de cerca de 15% para o arroz (em Fevereiro) e 14% para o milho (em Maio), alterações justificadas pela queda da produção mundial e consequente fraca colheita em alguns países asiáticos, num contexto de aumento da procura internacional desses bens. No entanto, assistiu-se nos meses seguintes ao abrandamento dos preços destes cereais, terminando o ano com um acréscimo anual de 10% e 4%, respectivamente. Por seu turno, o preço do trigo registou alguma flutuação nos primeiros meses do ano com tendência altista, tendo atingido uma variação acumulada de 16.6% em Maio, período a partir do qual iniciou um decréscimo, culminando com uma variação anual negativa de cerca de 6%.

Caixa 1 Crise Financeira Internacional: Medidas e Seus Impactos

Nos últimos três anos, a economia mundial foi amplamente marcada por uma crise sem precedentes, com origem no mercado imobiliário americano, em particular o segmento do mercado de hipoteca,¹ cujos efeitos não se circunscreveram apenas às economias avançadas, mas também às economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento. Com efeitos retardados, os sinais da crise económica e financeira internacional na economia moçambicana são visíveis nos indicadores financeiros e da Balança de Pagamentos.

1. Impactos da crise nos sectores financeiros, monetário e externo

Aspectos negativos

- (i) Redução dos rendimentos das aplicações do Banco de Moçambique no exterior na ordem de USD 27.4 milhões em 2009, fazendo com que no final do ano o montante acumulado tenha atingido os USD 72.6 milhões, num contexto em que os bancos centrais efectuaram cortes expressivos nas suas taxas de juros de referência, com impacto nas taxas de juro das aplicações efectuadas pelo País;
- (ii) Redução dos fluxos de ajuda externa: o montante de ajuda externa para o apoio directo ao Orçamento ao Estado e Balança de Pagamentos reduziu de USD 549 milhões em 2008 para USD 468 milhões em 2009. De igual modo, os fundos externos para apoio aos projectos de investimento observou um ligeiro decréscimo em 2009, passando para USD 388 milhões, contra USD 392 milhões em 2008;
- (iii) As receitas obtidas com exportações de bens e serviços reduziram em 23.2% (incluindo os grandes projectos) e 11.6% (excluindo grandes projectos), perante um decréscimo das importações de bens e serviços de apenas 6.6% (incluindo grandes projectos) e 11.7% (excluindo grandes projectos), em igual período. A queda das exportações deveu-se, essencialmente, ao efeito da redução dos preços médios das matérias-primas no mercado internacional, afectando os principais produtos de exportação de Moçambique;
- (iv) Aumento da pressão cambial gerada pela redução das receitas de exportação. Para além de uma maior depreciação do metical (cerca de 10.0% em 2009, contra 6.0% em 2008), o BM disponibilizou uma maior quantidade de divisas no mercado cambial;
- (v) Decréscimo de empréstimos externos ao sector privado: o montante de financiamento obtido do exterior pelos residentes da economia nacional reduziu, significativamente, ao situar-se em USD 96.3 milhões em 2009, após atingir USD 256 milhões, em 2008. Em termos líquidos (desembolsos menos reembolsos), o sector privado efectuou em 2009 um pagamento líquido ao exterior de USD 349.2 milhões, acima do reembolso líquido de USD 309.4 milhões, registado em 2008.

Aspectos positivos

Não obstante o ambiente macroeconómico global desfavorável emanado da crise financeira internacional, alguns agregados económicos e financeiros espelharam níveis de desempenho satisfatório, reflexo, em parte, das medidas tomadas pelo Governo e BM para amortecer o impacto da crise, arroladas mais adiante. Com efeito, importa destacar os seguintes aspectos:

- (i) **Solidez do Sector Financeiro:** Os principais rácios prudenciais mostram que o sector continua robusto, a avaliar pela evolução dos rácios de crédito mal parado e de solvabilidade ao longo do ano de 2009, conforme ilustrado no quadro abaixo;

Rácios (%)	2007	2008	2009
Solvabilidade	14.2	14.0	15.1
Crédito Mal Parado	2.6	1.9	1.8

(ii) Investimento Directo Estrangeiro: o fluxo de Investimento no país incrementou de USD 592 milhões efectivamente realizados em 2008 para USD 881 milhões em 2009. Contribuíram para tal o facto de as principais empresas que operam ao abrigo do investimento directo estrangeiro terem decidido cancelar o repatriamento de lucros e dividendos;

(iii) Reservas Internacionais: O saldo deste agregado registou uma constituição de USD 198 milhões em 2009, tendo-se fixado em torno de USD 1,841 milhões, contribuindo para que os meses de cobertura das importações de bens e serviços não factoriais pelas reservas brutas incrementassem para 5.7 meses em 2009, após 4.5 meses observados em 2008;

(iv) Crédito Bancário ao Sector Privado: a procura de crédito pelas empresas nacionais foi, grosso modo, satisfeita pelo sistema bancário nacional, em face de dificuldades de acesso às fontes de financiamento no mercado internacional, tendo o crédito à economia expandido em 59.0% em 2009, após 46.0% em 2008.

2. Medidas tomadas

Visando amortecer os efeitos da crise financeira internacional sobre o sistema financeiro nacional, um conjunto de medidas foi tomado nos últimos três anos, sendo de realçar as seguintes:

a) No âmbito financeiro e monetário

Intervenção do BM nos mercados interbancários: (i) Venda de um total de USD 798 milhões, mais USD 128 milhões que o valor vendido em 2008, (ii) redução das taxas de juro do BM, tendo a taxa de FPC transitado de 14.5% em 2008 para 11.5% em 2009 e a FPD de 10.25% para 3.0%, medida que permitiu criar condições para a redução dos custos de intermediação financeira, (iii) redução do coeficiente de Reservas Obrigatórias para 8% e do respectivo regime de constituição, ao passar a restringir a base de incidência apenas aos depósitos de residentes, não residentes e Estado, contribuindo, assim, para abrir espaço para uma maior disponibilidade de crédito.

Supervisão e risco: Flexibilização e diversificação da carteira de divisas do País, uma medida de minimização do risco, e reforço da supervisão das instituições de crédito e orientação para gestão cautelosa dos seus Activos Externos Líquidos.

b) No âmbito de angariação de financiamentos externos adicionais

Tendo em vista melhorar a disponibilidade de reservas internacionais para fazer face às necessidades da economia, as autoridades moçambicanas solicitaram ao FMI recursos financeiros adicionais, no âmbito da Facilidade de Choques Exógenos (*Exogenous Shocks Facility*), tendo sido desembolsados USD 152 milhões referentes às primeiras duas tranches de um total de USD 176 milhões. Tal permitiu um acréscimo do rácio de meses cobertura de importações de bens e serviços não factoriais para 6.4 e 7.3 em Dezembro, quando excluídas as transacções dos grande projectos, respectivamente.

Ainda na sequência da crise financeira internacional, o País beneficiou de uma alocação de Direitos Especiais de Saque (SDR)² no montante de SDR 108.8 milhões, (100% da quota), equivalente a USD 170 milhões³.

Outras acções que merecem destaque são as seguintes: (i) negociação, com êxito, junto dos parceiros internacionais do pacote de financiamento externo ao Orçamento de Estado para 2009, avaliado em cerca de USD 480 milhões, e (ii) a negociação com o Banco Mundial para antecipação do desembolso do apoio directo ao Orçamento de 2009 de cerca de USD 100 milhões (negociado em 2008) e de 2010, de cerca de USD 110 milhões (negociado em 2009).

1 O mercado de hipoteca é um segmento de crédito à habitação de alto risco que se destina a uma faixa de clientes de baixa renda, sendo que a única garantia exigida como colateral é o imóvel.

2 Direitos Especiais de Saque - moeda de referência do FMI.

3 Valor desembolsado nos meses de Agosto (SDR 84.2 milhões) e Setembro (SDR 24.6 milhões), sujeitos à variação cambial (vide Caixa 5).

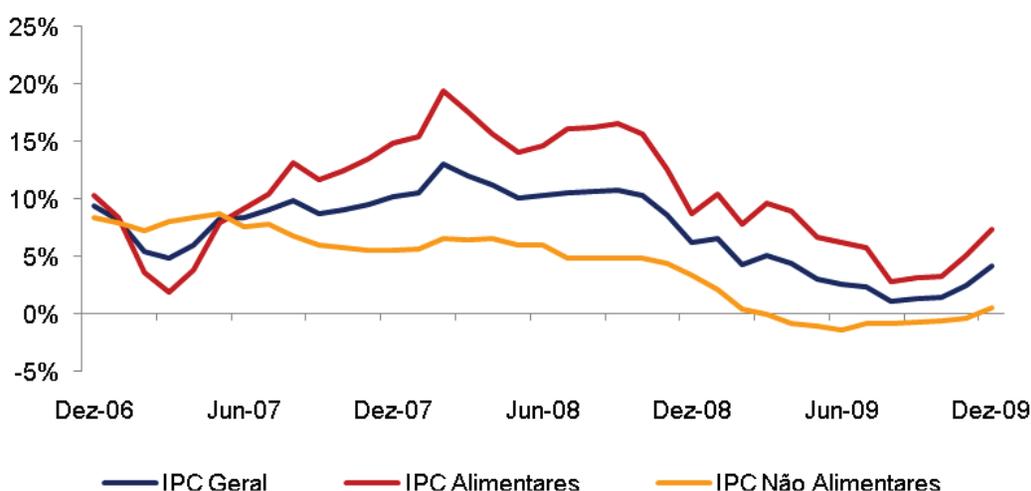
3. Conjuntura Interna

3.1. Sector Real

3.1.1. Preços

A inflação, medida pela variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC) da cidade de Maputo compilado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)², foi de 4.21% em Dezembro de 2009 – nível mais baixo dos últimos cinco anos – equivalente a uma desaceleração de 1.97 pp quando comparado com igual período de 2008 (Gráfico 2). Comportamento semelhante foi observado pela inflação média anual (média móvel dos últimos 12 meses) que, após situar-se em 10.33% em Dezembro de 2008, desacelerou continuamente ao longo do ano, tendo atingido 3.25% em Dezembro de 2009, menos 7.1 pp em relação à observada em igual período do ano anterior.

Gráfico 2 *Inflação Anual na Cidade de Maputo*



A trajetória sazonal da inflação homóloga ao longo de 2009 foi marcada por três períodos:

- **Janeiro – Março:** caracterizado por uma tendência altista do nível geral de preços, que após o pico de uma variação de 6.53% registada em Janeiro, reduziu para 5.15% em Março.
- **Abril – Agosto:** caracterizado pela redução contínua da inflação anual, tendo-se fixado em 1.12% em Agosto, valor mais baixo dos últimos 4 anos. A desaceleração dos preços neste período foi fundamentalmente influenciada pelas reduções, em termos anuais, dos preços das classes dos transportes, em 6.36%, dos combustíveis, em 36.33%, e da habitação, água, electricidade, gás e outros, em 0.75%.
- **Setembro – Dezembro:** os preços inverteram a tendência de desaceleração tendo a inflação anual passado para 4.21% em Dezembro de 2009, agravamento associado, em parte, pela depreciação do Metical em relação ao rand e ao dólar norte-americano, com consequente impacto sobre os preços dos produtos importados, aliado à especulação de preços nos mercados internos, característica recorrente das quadras festivas.

O Quadro 4 apresenta os produtos com maiores variações nos preços, quer positivas como negativas. Com efeito, a inflação de 4.21% registada no ano foi determinada pela evolução dos preços dos produtos alimentares cujo índice registou uma variação anual

² Indicador oficial da inflação em Moçambique.

de 7.4% em Dezembro de 2009 a reflectir, essencialmente, o comportamento ascendente dos preços dos seguintes grupos de produtos:

- **Frutas e vegetais:** variação anual positiva de 8.3%, resultante do aumento dos preços do tomate (17.6%), cebola (34.0%), batata reno fresca (35.6%), repolho (25.1%), alface (11.2%), cenoura (17.8%), banana (6.3%) e maçãs (5.7%).
- **Cereais e derivados:** acréscimo de 2.0% impulsionada pelo aumento anual dos preços do arroz (8.4%), farinhas lácteas (12.1%), farinha de trigo (2.2%).

Quadro 4 **Produtos com Maior Contribuição para Inflação Anual**

Inflacionista			Deflacionista		
Produtos	Contr. (pp)	Var. (%)	Produtos	Contr. (pp)	Var. (%)
Tomate	0.547	17.6	Petróleo para iluminação	-0.515	-69.5
Peixe fresco, refrigerado ou congelado	0.465	27.4	Gasolina para veículo pessoal	-0.339	-53.0
Batata-reno fresca	0.438	35.6	Gasóleo para veículo pessoal	-0.101	-33.5
Cebola	0.435	34.0	Milho em grão	-0.080	-132.9
Frango vivo	0.432	12.1	Feijão nhemba em grão seco	-0.056	-28.1
Arroz	0.418	8.4	Detergentes em pó	-0.040	-4.1
Carvão vegetal	0.384	10.8	Fatos completos para homem	-0.031	-8.4
Ovos frescos de galinha	0.156	21.6	Esparguete	-0.018	-2.2
Repolho	0.118	25.1	Limão	-0.012	-24.1
Carne de vaca de 1ª limpa	0.109	11.1	Camisas ou blusas para senhora	-0.012	-5.8
Açúcar amarelo granulado	0.106	7.8	Gás butano em garrafas	-0.010	-3.0
Carapaus, frescos, refrigerados	0.090	3.9	Coco	-0.009	-0.6
Outros	1.781		Outros	-0.042	
Sub-total	5.478		Sub-total	-1.264	

Fonte: INE

Os produtos não alimentares registaram uma variação anual de 0.52% em 2009, 2.9 pp abaixo da observada no ano anterior, um agravamento resultante das variações dos seguintes grupos de produtos:

- **Bebidas alcoólicas e tabaco:** com uma contribuição positiva de 0.13 pp, principalmente influenciada pelo aumento do preço do whisky e outras bebidas espirituosas (27.7%) e cerveja (3.5%).
- **Mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção:** aumento de 3.4% destacando-se, dentre outros, o aumento dos preços dos congeladores (20.0%), velas (13.4%) e cortinados e cortinas (17.1%).

O Quadro 5 mostra a desagregação da inflação homóloga pelas classes dos bens alimentares e não alimentares, bem como as respectivas componentes, nomeadamente os preços dos cereais, frutas e vegetais, bens administrados e os preços dos combustíveis líquidos.

Quadro 5 *Varição Anual do IPC da Cidade de Maputo*

	Peso	Dez-08		Dez-09	
		Varição (%)	Contribuição (pp)	Varição (%)	Contribuição (pp)
IPC Geral	100	6.2	6.2	4.2	4.2
Bens Alimentares	49.6	8.6	4.3	7.4	3.7
Cereais e derivados	5.9	20.3	1.7	2.0	0.1
Frutas e vegetais	17.7	8.1	1.4	8.3	1.5
Bens não Alimentares	50.4	3.4	1.7	0.5	0.3
Combustíveis líquidos	2.0	3.0	0.1	28.4	0.6
IPC Excl. Frutas e Vegetais		5.8		3.5	
IPC Excl. Cereais e Derivados		3.6		4.7	
IPC Excl. Bens Administrados		6.3		5.7	
IPC Excl. Combustíveis		6.3		5.4	

Fonte: INE

Quanto à evolução de alguns indicadores de *core inflation*, destaca-se o IPC que exclui frutas e vegetais (IPCXFRVEG) – um dos indicadores de inflação monitorado pelo Comité de Política Monetária do BM, para efeitos de avaliação do desempenho da política monetária – que reduziu em 2.4 pp face ao ano anterior, fixando-se em 3.5% em Dezembro de 2009, enquanto o IPC excluindo os combustíveis líquidos (IPCXOIL) reduziu em 94 pb face a Dezembro de 2008, fixando-se em 5.4% em Dezembro de 2009, portanto, 1.3 pp acima do indicador oficial.

A desaceleração da inflação do ano em análise comparativamente à registada em 2008 decorreu do impacto de um conjunto de factores, sendo alguns de natureza interna e outros de origem externa, donde se destacam:

Factores internos:

- Crescimento do PIB na ordem de 6.3% em 2009, acima das previsões iniciais, o que favoreceu a desaceleração da inflação por via da expansão da oferta interna.
- Impacto das medidas fiscais, cambiais e sectoriais tomadas pelo Governo e pelo BM destinadas a amortecer o efeito da crise económica e financeira internacional que se traduziram na redução e congelamento dos preços dos combustíveis líquidos e subsídios às gasolinhas e a alguns sectores de produção de alimentos.
- Adequado aprovisionamento em produtos básicos na quadra festiva, assegurando uma oferta de bens de consumo para conter a especulação, característica neste período do ano.

Factores externos:

- Queda dos preços médios anuais das mercadorias, com peso no cabaz do IPC, no mercado internacional, que contribuiu para o decréscimo dos respectivos preços domésticos e de seus derivados, a exemplo do trigo, arroz e milho.
- Desaceleração da inflação anual na África do Sul, principal fonte de importação de produtos alimentares, bebidas alcoólicas e detergentes, que passou de 9.5% em Dezembro de 2008 para 6.3% no período homólogo de 2009.

Comportamento do IPC Agregado: IPC Moçambique

O IPC representativo do País, calculado com base na agregação ponderada dos índices de preços dos três principais centros urbanos do país, Maputo, Beira e Nampula, registou uma variação anual de 1.97% em Dezembro de 2009, 9.85 pp abaixo do observado no período homólogo do ano anterior, reflectindo, essencialmente, a desaceleração do nível geral de preços em todas as cidades capitais com especial realce para os IPCs de Nampula e Beira em 17.1 pp e 16.7 pp para -0.31% e 0.31%, respectivamente (Quadro 6).

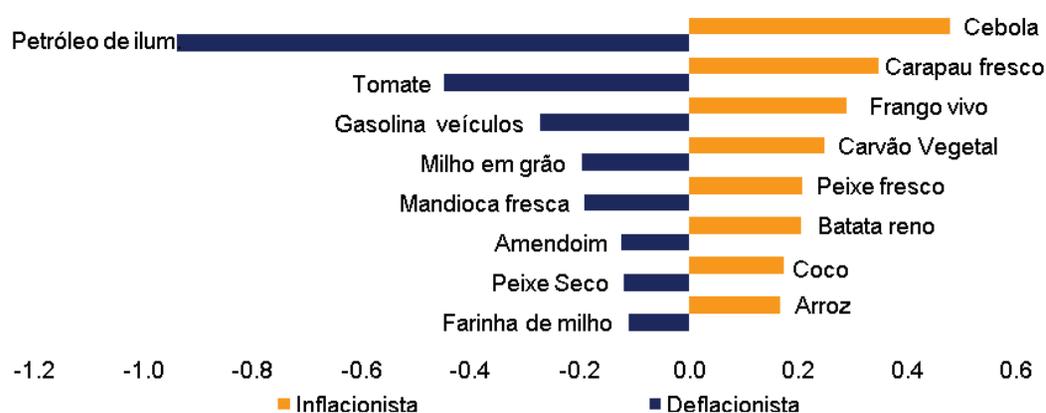
Quadro 6 **Variações Anuais e Média Anuais do IPC Agregado**

	Dez-08		Dez-09		Diferença	
	Anual (%)	Méd. Anual (%)	Anual (%)	Méd. Anual (%)	Anual (pp)	Méd. Anual (pp)
Maputo	6.19	10.33	4.21	3.25	-1.97	-7.07
Beira	17.02	20.01	0.31	3.94	-16.71	-16.08
Nampula	17.71	17.60	-0.31	4.94	-18.03	-13.36
Moçambique	11.82	14.50	1.97	3.69	-9.85	-10.81

Fonte: INE

A classe dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, com uma contribuição de 2.16 pp, foi a que mais contribuiu para a variação acumulada do IPC agregado em 2009. Em termos de produtos, os que mais contribuíram para a variação positiva do IPC foram: cebola (0.48 pp), carapau fresco (0.35 pp), frango vivo (0.29 pp), carvão vegetal (0.25 pp), peixe fresco (0.21 pp) entre outros. No entanto, a queda dos preços do petróleo de iluminação (0.94 pp), tomate (0.45 pp), gasolina para veículos (0.27 pp), milho em grão (0.20 pp) e outros contribuiu para amortecer o impacto da variação positiva ocorrida no ano (Gráfico 3).

Gráfico 3 **Produtos com Maior Contribuição no IPC de Moçambique - 2009**



3.1.2. Produto Interno Bruto

De acordo com dados preliminares divulgados pelo INE, o Produto Interno Bruto (PIB), que toma por base o somatório das estimativas trimestrais de 2009, medidos como soma dos valores acrescentados não ajustados à sazonalidade de todos os ramos mais os impostos líquidos de subsídios, cresceu, em termos reais, em 6.3% (Quadro 7)³. Esta estimativa representa um abrandamento da economia na ordem de 40 pb, quando comparada com o crescimento registado em 2008.

³ Segundo o INE, em termos metodológicos, as estimativas trimestrais adoptam os mesmos princípios, conceitos, definições e estrutura que as anuais. Porém, dados os constrangimentos de disponibilidade de dados e recursos, as estimativas trimestrais, numa primeira fase, estão geralmente menos completas do que as anuais.

Quadro 7 **Produto Interno Bruto na Óptica da Produção**

Designação	Preços Constantes de 2003 (10 ⁶ MT)		Variações Percentuais de Volume (%)	
	2008	2009 ^a	2008	2009 ^a
Agricultura	38,955	43,318	11.6	11.2
Pescas	2,700	2,787	7.0	3.2
Indústria de Extração Mineira	1,948	2,060	12.6	5.7
Indústria Transformadora	20,624	21,192	1.0	2.8
Electricidade e Água	8,453	9,232	-0.4	9.2
Construção	5,396	5,963	8.5	10.5
Comércio e Serv. Reparação	18,483	19,427	5.9	5.1
Hotéis e Restaurantes	2,563	2,600	6.5	1.4
Transportes e Comunicações	17,096	16,851	14.4	-1.4
Serviços Financeiros	8,110	9,241	3.7	14.0
Alug. Imo. Serv. Prest. Emp.	11,562	11,584	0.7	0.2
Administração Pública	5,923	6,820	9.6	15.1
Educação	6,042	6,059	8.1	0.3
Saúde e Acção Social	2,170	2,296	6.7	5.8
Outros Serviços	2,679	2,692	2.4	0.5
SIFIM*	-4,918	-5,682	6.5	15.5
Valor Acresc., preços básicos	147,788	156,439	7.0	5.9
Impostos sobre Produtos	13,708	15,286	4.2	11.5
PIB a preços de mercado	161,496	171,725	6.7	6.3

Fonte: INE

Notas: ^a Previsões baseadas nas estimativas trimestrais. * Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos.

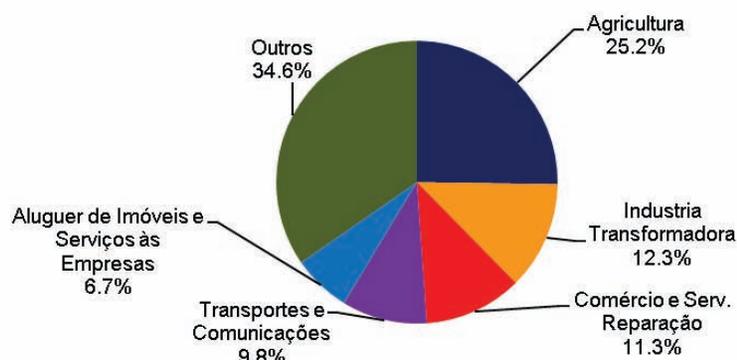
O crescimento do PIB em 2009 resultou da contribuição de todos os sectores, nomeadamente o terciário com uma contribuição de 3.6 pp, resultante do crescimento no ano de 10.5%, seguido do secundário com uma contribuição de 1.5 pp, decorrente da expansão de 5,6%, e do primário, que contribuiu em 1.2 pp em resultado de uma variação positiva de 4%.

Relativamente aos sectores, o seu desempenho resultou do seguinte:

- **Sector terciário**, em resultado do dinamismo dos subsectores dos serviços de administração pública e dos serviços financeiros, cujas taxas de variação anual aceleraram para 15.1% e 14.0%, respectivamente, após 9.6% e 3.7% em 2008. O crescimento das actividades da administração pública esteve associado ao impacto das despesas com a organização e realização das eleições gerais, presidenciais e provinciais, enquanto o dos serviços financeiros resulta, em boa parte, do alargamento dos mesmos às zonas rurais e consequente entrada em funcionamento de novos balcões de bancos comerciais e constituição de novas instituições financeiras e operadores de microcrédito.
- **Sector secundário**, beneficiou da contribuição dos subsectores de construção e de electricidade e água, que registaram taxas de crescimentos reais de 10.5% e 9.2%, após um aumento de 8.5% e 0.4% no ano anterior, respectivamente. Relativamente à construção, o acréscimo observado no ano foi determinado pela reabilitação da rede de estradas, bem como a construção e reabilitação de outras infra-estruturas de transporte, onde se destaca a conclusão da ponte "Armando Emílio Guebuza", sobre o rio Zambeze, construção e reabilitação das outras pontes sobre os rios Meluli, Lugela, Guijá, Moamba, Mussapa, Lucite e Rovuma e as obras em curso do Estádio Nacional, enquanto o crescimento do subsector da electricidade e água deve-se aos trabalhos de expansão da rede eléctrica que decorre à escala nacional.
- **Sector primário**, liderado pelo crescimento dos subsectores da agricultura e da indústria de extração mineira, que individualmente expandiram em 11.2% e 5.7%, respectivamente, em 2009, após 11.6% e 12.6% em 2008. O aumento da produção agrícola deveu-se, essencialmente, ao comportamento favorável das chuvas e a implementação de programas específicos de intensificação e diversificação da produção, assim como do fomento da tracção animal e da disseminação de tecnologias de produção pela extensão rural.

A agricultura, com um peso de 25% no PIB, é o ramo de actividade que mais contribuiu para a economia em 2009, seguido dos sectores da indústria transformadora com uma participação de 12%, do comércio e serviços de reparação, dos serviços de transportes e comunicações e dos serviços de aluguer de imóveis e serviços prestados às empresas com 11%, 10% e 7%, respectivamente. Os restantes sectores contribuíram em conjunto com 35% (Gráfico 4).

Gráfico 4 **Contribuição de Sectores Seleccionados no PIB - 2009**



3.2. Finanças Públicas

A execução da política orçamental no exercício económico de 2009 teve em vista uma melhor utilização dos recursos públicos e a priorização da sua afectação às áreas chaves definidas no Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) de acordo com os objectivos preconizados no Plano Económico e Social (PES) e no Orçamento Geral do Estado (OGE) para o mesmo ano.

De entre várias realizações ocorridas em 2009, destacam-se a preparação do processo eleitoral, que mobilizou e demandou recursos financeiros consideráveis, particularmente nos primeiros nove meses, a continuidade da descentralização da execução orçamental e da expansão da aplicação de *e-SISTAFE* para todos os sectores e órgãos do Estado e 50 administrações distritais, o prosseguimento do alargamento da base tributária e da cobrança da receita do Estado, onde se salienta a submissão e aprovação do Regulamento do Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC); e a tomada de medidas para a mitigação dos efeitos da crise financeira e económica mundial.

Durante o ano económico de 2009, a receita total ascendeu a 47,402 milhões de MT, valor correspondente a um crescimento nominal de 23.9% relativamente a 2008. O nível de receita colectada situou-se em 18.2% do PIB projectado para 2009, 1.3 pp acima do nível registado no ano anterior, acréscimo justificado, fundamentalmente, pela execução, acima do programado, das receitas fiscais e das receitas próprias (Quadro 8).

A despesa total, incluindo empréstimos líquidos às empresas públicas, totalizou 86,701 milhões de MT, valor que corresponde a um crescimento anual de 30.1% e representa 33.3% do PIB, superando, deste modo, o nível registado em 2008 em 3.9 pp. A despesa pública corrente cresceu, em termos nominais, em 23.7%, para um total de 46,566 milhões de MT (23.7% do PIB) e a despesa de investimento aumentou em 27.8%, tendo atingido 35,460 milhões de MT (13.6% do PIB), montante financiado por donativos e créditos externos em 63.5%.

De acordo com os dados constantes do Quadro 8, o saldo primário⁴ agravou-se, em termos nominais, em relação a 2008, em 42.8% para um défice de 10,635 milhões de MT, correspondente a cerca de 4.1% do PIB, após 3.3% do PIB registado no ano anterior.

⁴ Obtido a partir das receitas totais menos as despesas totais deduzindo os encargos com a dívida e as despesas de capital e empréstimos líquidos financiados localmente.

Quadro 8 Programa de Execução Orçamental (milhões de MT)

Rubricas	2008	2009	Variação Nominal 2009 (%)	Em % do PIB 2008	Em % do PIB 2009
Receitas Totais	38,268	47,402	23.9	16.0	18.2
Receitas Fiscais	32,315	41,566	28.6	13.5	16.0
Imposto sobre Rendimento	11,723	13,724	17.1	4.9	5.3
Impostos sobre Bens e Serviços	15,541	19,612	26.2	6.5	7.5
Imposto sobre Comércio Externo	3,591	4,078	13.6	1.5	1.6
Outros Impostos	1,460	4,153	184.4	0.6	1.6
Receitas Não Fiscais	1,171	1,525	30.2	0.5	0.6
Receitas Próprias	1,229	1,506	22.5	0.5	0.6
Receitas de Capital	887	1,715	93.3	0.4	0.7
Taxas e Receitas Consignadas	2,665	1,090	(59.1)	1.1	0.4
Despesas Totais e Empr. Líquidos	66,658	86,701	30.1	27.8	33.3
Despesa Corrente	37,632	46,566	23.7	15.7	17.9
Despesa de Investimento	27,742	35,460	27.8	11.6	13.6
Empréstimos Líquidos	1,899	4,423	132.9	0.8	1.7
Outras Despesas/Receitas	(616)	253	(141.0)	(0.3)	0.1
Donativos	22,635	25,300	11.8	9.4	9.7
Indicadores de Desempenho Fiscal					
Saldo Global, Antes Donativos	(28,390)	(39,300)	38.4	(11.8)	(15.1)
Saldo Global, Após Donativos	(5,754)	(13,999)	143.3	(2.4)	(5.4)
Saldo Primário Interno	(7,447)	(10,635)	42.8	(3.1)	(4.1)
Crédito Líquido (Interno)	(1,998)	762	(138.1)	(0.8)	0.3

Fonte: Ministério das Finanças

O nível de desempenho da receita e da despesa resultou no agravamento do défice global antes de donativos em 2.6 pp face ao de 2008, para 15.1% do PIB em 2009, valor correspondente a 39,300 milhões de MT e um crescimento anual de 38.4%. No entanto, quando incorporados os donativos, o défice orçamental global reduz-se para 5.4% do PIB (13,999 milhões de MT), correspondente a um agravamento de 2.9 pp em termos do PIB, em relação ao défice de 2008, reflectindo, essencialmente, o seu comportamento antes de donativos.

Contudo, o aumento mais pronunciado da despesa total e empréstimos líquidos relativamente ao total da arrecadação interna e entrada de fundos externos na forma de donativos e empréstimos resultou no desgaste da poupança líquida do Estado junto do sistema bancário nacional em 762 milhões de MT (0.3% do PIB), após uma poupança de 1,998 em 2008.

Quadro 9 **Indicadores Orçamentais Seleccionados, em % do PIB**

Rubricas	2005	2006	2007	2008	2009
Receitas Totais	9.3	15.3	16.4	16.9	18.2
Despesas Totais	16.9	26.5	28.9	29.4	33.3
Saldo Global Antes Dos Donativos	(7.6)	(11.2)	(12.5)	(12.5)	(15.1)
Donativos	5.4	10.2	9.6	10.0	9.7
Saldo Global Após Donativos	(2.2)	(1.1)	(2.9)	(2.5)	(5.4)
Crédito Líquido ao Governo	0.6	(3.2)	0.2	(0.9)	0.3
Empréstimos Externos Líquidos	1.4	4.0	2.5	3.0	5.2
Saldo Primário Interno	(2.7)	(2.4)	(2.5)	(3.3)	(4.1)

Fonte: Ministério das Finanças

3.2.1. Receitas

O total de receitas colectadas pelo Estado em 2009 foi de 47,402 milhões de MT, dos quais, 41,566 milhões de MT (87.7%) foram de natureza fiscal (crescimento nominal de 28.6% ao ano), justificado, fundamentalmente, pela conjugação do efeito do crescimento da actividade económica, melhoria da eficiência da administração fiscal na cobrança da receita e alargamento da base tributária, consubstanciada na atribuição de novos NUIT's.

A desagregação da receita fiscal permite constatar que:

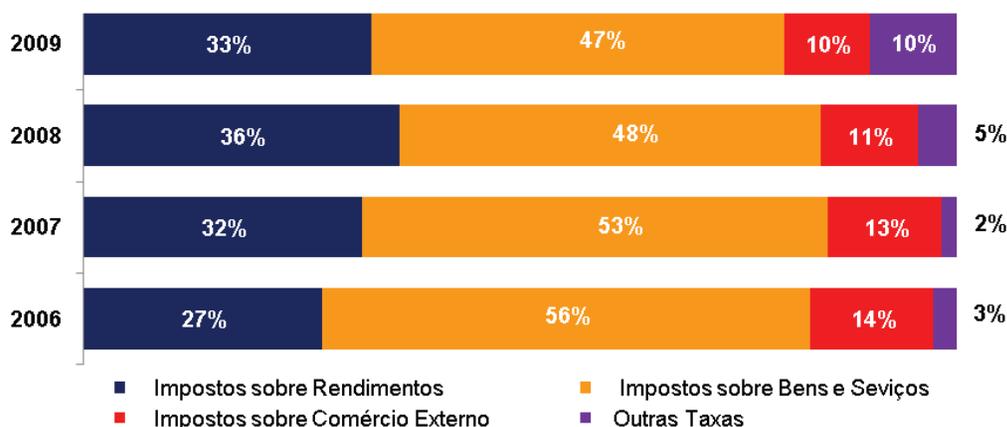
- A cobrança do **imposto sobre os rendimentos** permitiu arrecadar 13,724 milhões de MT, acréscimo nominal anual de 17.1%. Contribuíram para este desempenho, entre vários factores, os seguintes: (i) ao nível do IRPC, o pagamento significativo efectuado por algumas empresas com período de tributação diferente ao ano civil, a melhoria no controlo dos pagamentos das empresas aos não residentes; (ii) ao nível do IRPS, a cobrança de valores de anos anteriores, maior controlo dos faltosos e subsequente notificação, a melhoria da autoliquidação e a fiscalização dos contratos de arrendamento. Mercê do prosseguimento de trabalhos de sensibilização, educação fiscal, divulgação da legislação fiscal, o número total de contribuintes aumentou no ano em 188,215 dos quais 7,980 pessoas colectivas e 183,235 pessoas singulares.

A cobrança do IRPS registou um crescimento nominal de 6.4% comparativamente a 2008, derivado, essencialmente, do incremento dos rendimentos prediais em 21.7% para 229.8 milhões de MT, em resultado de maior fiscalização dos contratos de arrendamento e da cobrança do IRPS associado aos rendimentos de capitais em cerca de 116.9%, a reflectir a tributação de juros de depósitos a prazo, bilhetes e obrigações do Tesouro.

O imposto especial do jogo registou um aumento nominal de 7.6% ao ano, enquanto a cobrança da taxa liberatória das zonas francas reduziu em 3.8%, determinado pelo impacto da crise financeira internacional.

O Gráfico 5 mostra que o imposto sobre o rendimento, apesar do seu crescimento individual, reduziu o seu peso na estrutura das receitas fiscais em 3.0 pp a favor das outras taxas, invertendo assim a sua tendência de aumento nos últimos 4 anos, explicado, em parte, pela redução do contributo do IRPS e da taxa liberatória das zonas francas.

Gráfico 5 **Estrutura das Receitas Fiscais**



- O valor do **imposto sobre bens e serviços**, que representa 47% da receita fiscal (menos 1 pp que em 2008), fixou-se em 19,612 milhões de MT, correspondente a um crescimento nominal de 26.2% face a 2008, influenciado pelos impostos que incidem sobre as operações internas cuja cobrança cresceu em 24.9%, como resultado da correcção de créditos sistemáticos,⁵ fortalecimento do controle dos sujeitos passivos faltosos e implementação do controle de mercadorias em circulação.
- O **imposto sobre o comércio externo**, que representa 10% da receita fiscal, menos 1 pp em relação ao ano anterior, registou um crescimento nominal anual de 13.6% relativamente a 2008, para 4,078 milhões de MT, melhoria influenciada, essencialmente, por um maior controlo aduaneiro, incluindo auditoria pós-desembaraço. Note-se que a redução do peso desta rubrica na estrutura das receitas fiscais decorre do processo de integração económica regional consubstanciada na remoção de barreiras tarifárias e não tarifárias no comércio internacional.
- Os **outros impostos**, cujo valor cobrado atingiu cerca de 4,153 milhões de MT (10% do total das receitas fiscais).

As receitas próprias e de capital registaram um desempenho positivo. Quanto às receitas próprias, a boa realização reflectiu o aumento do volume de entregas às Direcções de Áreas Fiscais, nos âmbitos central e provincial.

3.2.2. Despesas Totais e Empréstimos Líquidos

A. Despesa Corrente

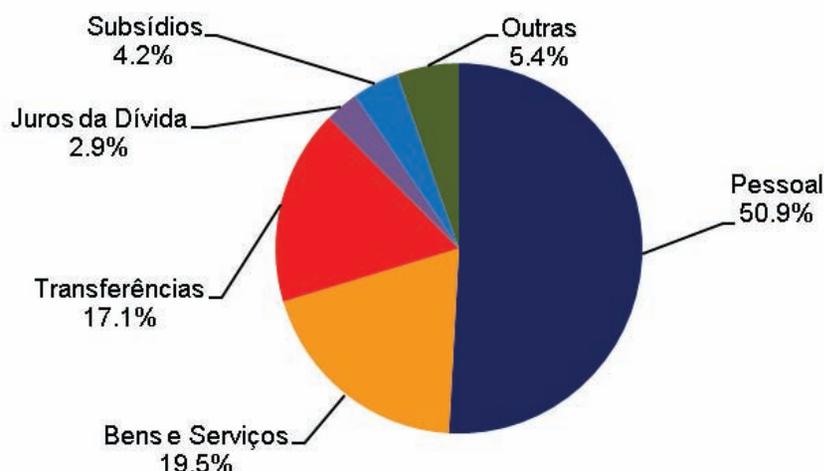
Em 2009, a despesa corrente situou-se em 46,566 milhões de MT (17.9% do PIB), explicada, fundamentalmente, pelo comportamento das seguintes sub-rubricas:

- **Despesas com pessoal** – que representam 28.7% da despesa pública, excluindo os empréstimos líquidos – incrementaram, em termos nominais, em 22.6% para um montante global de 23,620 milhões de MT (9.1% do PIB). O crescimento desta componente reflectiu o incremento das rubricas de salários e remunerações em 22.5% e outras despesas com pessoal em 22.8%, como resultado do aumento dos efectivos dos funcionários e agentes do Estado em 2009 e a aplicação da nova política salarial;

⁵ Verificação regular da origem do crédito nas empresas no acto da liquidação do imposto e a respectiva notificação para o pagamento do imposto quando se mostre devido.

- **Despesas em bens e serviços** – com um peso de 11.0% no total da despesa pública, excluindo os empréstimos líquidos – registaram um crescimento nominal de 12.1%, totalizando 9,046 milhões de MT;
- **Transferências correntes** – que representam 9.6% do total da despesa pública, excluindo os empréstimos líquidos – incrementaram em 13.3% em termos nominais, ascendendo a 7,931 milhões de MT, dos quais 1,391.9 milhões de MT destinaram-se à administração pública, 335.2 milhões de MT às administrações privadas e 6,039.3 milhões de MT às famílias, sendo 4,952.5 milhões de MT na forma de pensões, correspondente a um crescimento nominal de 18.6%. A expansão das transferências correntes explica-se pelo aumento do número de municípios que passaram de 33 em 2008 para 43 em 2009, fixação de novas pensões e depreciação cambial, que teve impactos no valor das transferências para o exterior.
- **Subsídios** – com um peso de 2.35% em 2009, após 0.64% no ano anterior – registaram um crescimento de 391%, reflectindo, em parte, a atribuição do subsídio aos combustíveis.
- **Outras despesas correntes, incluindo as despesas de capital** – com um peso de 3.1% do total da despesa pública, excluindo os empréstimos líquidos – observaram um aumento, de 90.7% no ano em análise, para um total de 2,528.1 milhões de MT, um acréscimo justificado pelo pagamento das despesas relacionadas com a realização das eleições gerais e reembolso do IVA.
- **Encargos com a dívida pública** – equivalentes a 1.7% do total da despesa pública, excluindo os empréstimos líquidos – registaram um crescimento nominal de 8.3%, atingindo um montante global de 1,362 milhões de MT, influenciado, fundamentalmente, pelos juros externos e pela variação das taxas de câmbio. O pagamento de juros da dívida interna situou-se 3.7 pp abaixo do valor projectado, um facto associado à redução das taxas de juro praticadas no sistema bancário nacional perfazendo 60.4% do total dos encargos da dívida pública, sendo que o remanescente (39.6%), respeitante ao pagamento da dívida externa – situou-se 30 pb acima do previsto – o que, no entanto, representa um crescimento de 18.9% em consequência da contratação de novos empréstimos.

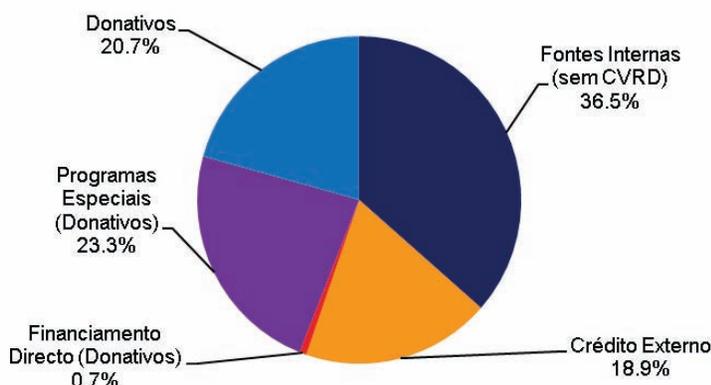
Gráfico 6 **Estrutura das Despesas Correntes - 2009**



B. Despesas de Investimento

A despesa de investimento situou-se em 35,460.0 de MT⁶, reflectindo a entrada de recursos externos acima dos valores projectados, com especial destaque para os créditos e donativos para programas especiais. No total das fontes de financiamento do investimento, os recursos internos cobriram 36.5% do total, contra 63.5% das fontes externas (mais 2.9 pp em relação a 2008), repartindo-se em donativos (20.7%), créditos externos (18.9%), programas especiais (23.3%) e outras formas de financiamento directo (0.7%), enquanto o financiamento com recursos internos cobriu 36.5% (Gráfico 7).

Gráfico 7 **Fontes de Financiamento do Investimento - 2009**



Quanto à repartição das despesas de investimento segundo os diferentes níveis, constata-se que o nível central absorveu 82.3% do total realizado, seguido do provincial (12.5%), distrital (4.5%) e autárquico (0.9%).

C. Empréstimos Líquidos

Os empréstimos líquidos do Tesouro Público às empresas totalizaram 4,423 milhões de MT no período em análise, determinado, basicamente, pelos empréstimos externos para as empresas públicas garantidas pelo Estado no montante de 4,444.4 milhões de MT e o saneamento financeiro e participações do Estado nas empresas na ordem de 239 milhões de MT. Por seu turno, o Tesouro recuperou 260.5 milhões de MT referentes aos contravalores cobrados mas não gerados no período.

3.2.3. Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento

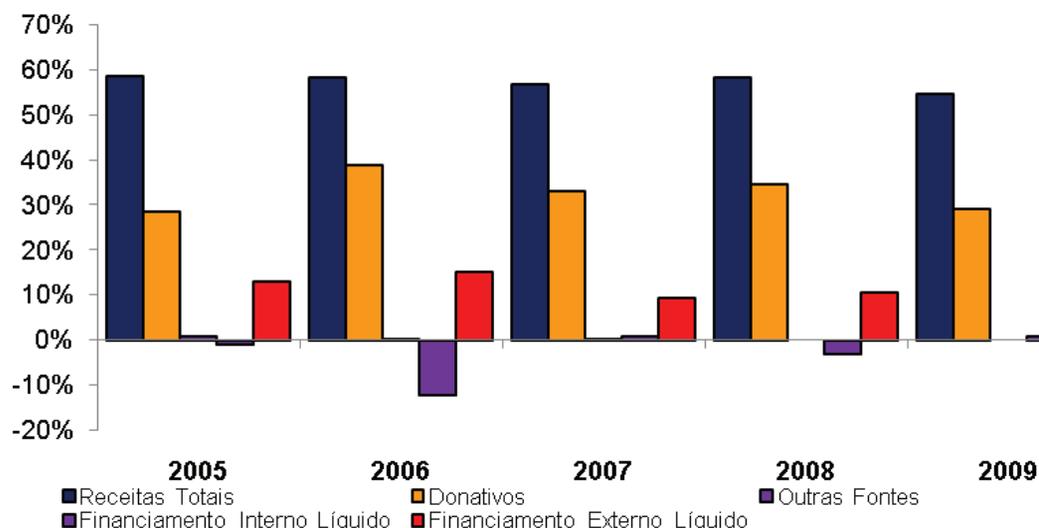
Para a cobertura das despesas totais efectivadas durante o ano, o Estado recorreu às seguintes fontes de financiamento:

- **Receitas Fiscais:** 47,401.6 milhões de MT, equivalente a 55% do total de recursos financeiros usados no ano.
- **Donativos:** 25,300 milhões de MT, correspondente a 29% do total de recursos financeiros do orçamento, superaram ligeiramente o valor projectado para 2009 em 10 pb.
- **Empréstimos externos líquidos:** 13,947 milhões de MT (16% do total de financiamento), correspondente a um crescimento nominal anual de 95.3%. De referir que o Estado amortizou a dívida externa num valor correspondente a 703.3 milhões de MT.

⁶ As despesas de investimento representam 40.9% do total das despesas (incluindo empréstimos líquidos), o que perfaz um decréscimo de 70 pb face ao registado em 2008.

- **Financiamento interno líquido:** o Estado desgastou as suas poupanças líquidas junto do sistema bancário nacional em 726 milhões de MT, montante equivalente a 0.3% do PIB estimado para 2009.

Gráfico 8 **Fontes de Financiamento do Orçamento**



3.3. Sector Monetário

3.3.1. Programa Monetário

Os objectivos finais da política macroeconómica para 2009 foram revistos em Setembro, face ao desempenho observado até Junho, passando a ser: (i) crescimento do PIB real de 4.5%, (ii) inflação média anual de 5.4%, (iii) saldo mínimo de reservas internacionais de USD 1,758 milhões, equivalentes a 5.4 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais, incluindo as dos grandes projectos. Em face disso, os objectivos intermédios previam para o lado monetário, uma expansão monetária não superior a 25.6%, um crescimento da base monetária de 18.0% e uma posição líquida do Estado junto do sistema bancário no sentido de desgaste de 2,148 milhões de MT.

A política monetária, visando regular a liquidez no sistema bancário, continuou a privilegiar o recurso aos instrumentos dos mercados interbancários, nomeadamente, a emissão e colocação dos BTs e das operações de títulos com acordo de recompra (*repos e reverse repo*) no MMI e a venda de divisas no MCI. Tendo em vista amortecer o impacto da crise económica e financeira à escala global, o BM procedeu à revisão em baixa das suas taxas de juro de referência no MMI, tendo igualmente reduzido a taxa de incidência e alterado o regime de constituição das reservas obrigatórias. O Quadro 10 apresenta as principais metas, obrigatórias e indicativas, do programa monetário para 2009 e o respectivo grau de execução.

Quadro 10 **Principais Metas do Programa Monetário e Realização**

Agregados	Realizado		Metas
	Dez-08	Dez-09	Dez-09
Objectivos finais			
Inflação homóloga (%)	6.2	4.2	5.4
Inflação média anual (%)	10.3	3.3	3.5
RILs (USD 10 ⁶)	1,643	1,841	1,758
Meses de cob. de imp. (incl GP)	4.5	5.7	5.4
Objectivos intermédios			
M3 (MZN 10 ⁶)	80,724	107,074	101,397
M2 (MZN 10 ⁶)	53,888	72,535	69,276
CLG _{sistema} (Fluxo, MZN 10 ⁶)	-4,079	762	2,148
CE _{sistema} (MZN 10 ⁶)	45,043	71,440	65,110
Variação do M3 (%)	20.3	32.6	25.6
Variação do M2 (%)	26.0	34.6	28.6
Variável Operacional			
BaM (MZN 10 ⁶)	19,220	24,464	22,685
Variação da BaM (%)	7.8	27.3	18.0

Fonte: DEE- BM

Assim, as taxas de juro das facilidades permanentes de cedência e de depósitos foram reduzidas para 11.5% e 3%, respectivamente, tendo o coeficiente de reservas obrigatórias baixado para 8.0%. Estas medidas tinham como principais objectivos:

- Estimular e garantir o financiamento da economia face às dificuldades de acesso ao financiamento externo por parte das empresas nacionais devido à crise económica e financeira internacional.
- Induzir a redução das taxas de juro praticadas pelos bancos comerciais na sua relação com o público, sobretudo as taxas de operações de crédito, e, assim, concorrer para uma maior utilização dos serviços bancários.
- Responder aos desafios de maior operacionalização dos instrumentos do mercado monetário, redução dos custos de política monetária e o desenvolvimento do mercado secundário de títulos.
- Maior alinhamento com o nível de coeficiente de reserva obrigatória praticado na região da SADC, excluindo a África do Sul, no âmbito da convergência nominal em curso.

3.3.2. Base Monetária

O saldo da base monetária (BaM) no final de Dezembro de 2009 foi de 24,464 milhões de MT, correspondente a uma expansão anual de 5,243.5 milhões de MT (27.3%) e um excesso em relação ao programa de 7.8% (1,778.9 milhões de MT) (Quadro 10). O excesso da base monetária em relação à meta foi determinado pela expansão acima do previsto das notas e moedas em circulação (NMCs), cujo saldo superou as estimativas em cerca de 1,113 milhões de MT (7.4%) e das reservas bancárias, que excederam as projecções em 665 milhões de MT (8.7%).

O comportamento das NMCs esteve associado, entre outros, aos seguintes factores:

- Maior meticalização das transacções económicas com destaque para as campanhas de comercialização agrícola, a exemplo do financiamento da comercialização de tabaco na província de Tete e comercialização de outros produtos agrícolas na província de Niassa⁷.
- Aumento das responsabilidades do Estado para com pensionistas, a exemplo das despesas efectuadas na província de Cabo Delgado.

⁷ A título ilustrativo, entre Abril e Junho de 2009, os levantamentos líquidos efectuados pelos bancos comerciais nas agências do BM localizadas naquelas províncias e noutras totalizaram 2,004 milhões de MT

- Preferência do público pelo pagamento em numerário em detrimento de outros meios de pagamentos (exemplo POS), o que espelha a fraca cobertura e os problemas ainda latentes no sistema nacional de pagamentos.
- Expansão do crédito à economia, em especial do crédito ao consumo, através de novos produtos financeiros postos à disposição do público por parte de algumas instituições de crédito.
- Excessiva cautela dos bancos comerciais em matéria de Caixa, que se reflectiu em levantamentos líquidos de grandes somas de numerário para fazer face às necessidades da sua clientela no período da quadra festiva. Paralelamente, à semelhança dos anos anteriores, os períodos de maior pressão sobre as notas e moedas coincidiram com aqueles em que os feriados deram lugar a fins-de-semana prolongados, como foram os casos da quadra natalícia e de final do ano.

Quadro 11 **Base Monetária e suas Componentes, saldos em 10⁶ MT**

	Dez-08	Dez-09	Meta	Variação Anual
Base Monetária	19,220	24,464	22,685	27,3%
NMC	11,996	16,117	15,004	34,4%
Reservas Bancárias	7,224	8,347	7,682	15,5%

Fonte: DEE - BM

O comportamento das reservas bancárias junto do BM foi determinado pelo aumento simultâneo das componentes em moedas estrangeira e nacional em 665.7 milhões de MT e 456 milhões de MT, respectivamente. Contribuíram para o aumento de liquidez no ano a injeção líquida de 22,199 milhões de MT pelo Estado no sistema bancário, dos quais 22,129 milhões de MT através da execução orçamental e 70 milhões de MT através de operações sobre Obrigações do Tesouro; o recurso líquido à facilidade permanente de cedência em 2,146 milhões de MT por parte dos bancos comerciais; e o vencimento líquido da facilidade permanente de depósito de 1,421 milhões de MT.

Para amortecer os fluxos de criação de liquidez, as vendas de divisas no MCI foram, à semelhança do período anterior, o principal instrumento para sua esterilização, tendo sido enxugados 21,405 milhões de MT (85.9% do total de liquidez retirada no sistema), mais 5,318 milhões de MT em relação ao ocorrido em 2008. Adicionalmente, contribuiu para a esterilização de liquidez a emissão líquida de BTs no montante de 855 milhões de MT.

Gráfico 9 **Estrutura da Base Monetária e Taxa de Crescimento**



3.3.3. Mercados Interbancários

Em 2009, a implementação da política monetária continuou a ser feita, fundamentalmente, por via dos instrumentos indirectos disponíveis nos mercados monetário e cambial, tendo sido esterilizados 22,267 milhões de MT, dos quais, 21,405 através da venda líquida de divisas no MCI e o remanescente por vias dos instrumentos do MMI, nomeadamente as operações com BTs e *reverse repos*, tendo este último mostrado um grande dinamismo no ano em análise, comparativamente aos anos anteriores, devido, fundamentalmente, à redução da taxa de juro da FPD em 7.25 pp para 3% desde o início do segundo semestre do ano, desmotivando o uso desta facilidade em benefício dos primeiros (Quadro 12).

A. Mercado Monetário Interbancário

Os resultados das intervenções do BM no MMI em 2009 foram:

- A emissão e colocação de BTs pelo BM que totalizou 29,026 milhões de MT, contra um vencimento nominal de 25,624 milhões de MT, fazendo com que os BTs em carteira aumentassem para 22,602 milhões de MT, mais 3,402 em relação ao saldo de Dezembro de 2008 (Quadro 12). Decompondo os BTs em carteira por titularidade resulta que 79% estavam na posse das instituições financeiras e o remanescente em poder do público, em Dezembro de 2009. Em termos de maturidades, o prazo mais longo (364 dias) continuava a ser o mais preferido, absorvendo 84.7% do total de BTs em carteira, seguido pela maturidade de 182 dias com uma importância relativa de 10.6% e 4.7% correspondente ao prazo de 91 dias. Relativamente ao ano anterior, a maturidade de 364 dias viu o seu peso reforçado em mais 28.3 pp.
- A emissão e colocação de 24,372 milhões de MT nas operações *reverse-repo*, após 6,651 em 2008, contra o vencimento de 15,814 milhões de MT, donde resulta uma emissão líquida nominal de 8,558 milhões de MT.
- A emissão e colocação de 25,500 milhões de MT nas operações *repo*, montante utilizado e reembolsado integralmente pelas instituições de crédito, resultando no final do ano num saldo nulo.

Adicionalmente, as operações realizadas por iniciativa das instituições de crédito resumem-se no seguinte:

- Aplicações na FPD de 162,673 milhões de MT, realizadas em 1,085 operações, o equivalente a uma média de 150 milhões de MT por operação, contra 760 milhões de MT aplicados em 2008. Esta queda deveu-se, fundamentalmente, à redução da taxa de juro deste instrumento, que desincentivou as aplicações dos excessos temporários de liquidez nesta janela, por parte das instituições de crédito, que em contrapartida, como atrás referido, passaram a privilegiar as operações *reverse repo*.
- Na FPC, as instituições de crédito solicitaram liquidez no valor total acumulado de 41,977 milhões de MT, correspondentes a uma média por operação de 149 milhões de MT, excedendo em 40 milhões de MT o valor médio observado em 2008. Estes valores sugerem, relativamente ao ano anterior, uma maior procura de fundos junto do BM pelas instituições de crédito, o que, em parte, está em linha com o impacto da crise financeira e económica internacional no mercado doméstico, alguma imprevisibilidade das operações financeiras do Estado e como consequência da redução da taxa deste instrumento.
- A permuta de fundos entre as instituições de crédito durante o ano culminou com um valor acumulado de 11,788 milhões de MT, montante que equivale a uma média de 50 milhões de MT por operação, mais 4 milhões de MT em relação à média de 2008.

B. Mercado Cambial Interbancário

As intervenções do BM no MCI, através da venda de divisas aos bancos comerciais, constituíram o principal instrumento de esterilização da liquidez bancária excessiva no sistema bancário, tendo o valor total disponibilizado pelo Banco Central excedido o do ano anterior, concorrendo, deste modo, igualmente para conter a forte pressão cambial que o mercado vinha enfrentado em 2009. De forma agregada, os resultados das operações realizadas no MCI mostram o seguinte:

- O BM realizou vendas líquidas de divisas aos bancos comerciais no montante de USD 798 milhões, mais USD 132 milhões que 2008, acréscimo que reflecte, por um lado, a forte pressão cambial verificada ao longo do ano, sobretudo no primeiro e último trimestres, e por outro, a resposta do BM à redução de divisas no país, em face da queda das exportações, perante um nível de importações praticamente idêntico ao ano anterior. Este nível de vendas fez com que o peso do MCI na esterilização de liquidez aumentasse de 89.2% em 2008 para 96% no ano em análise.
- Nas transacções entre os bancos comerciais, foram trocadas posições de liquidez em moeda estrangeira no montante de USD 236 milhões, que foram realizadas em 695 operações, correspondendo a uma média de USD 340 mil por operação, contra a média de USD 698 observada em 2008.

O Quadro 12 apresenta, em resumo, os montantes e operações realizadas no MMI e MCI.

Quadro 12 **Operações dos Mercados Interbancários**

	2007	2008	2009
Operações do BM			
Mercado monetário (10⁶ MT)			
Bilhetes do Tesouro emitidos	20,501	30,562	29,026
Bilhetes do Tesouro reembolsados	15,708	26,248	25,624
Repos ^a emitidos	360	6,651	24,372
Repos reembolsado	360	6,651	15,814
Mercado cambial (USD 10⁶)			
Divisas vendidas	416	668	798
Divisas compradas	7.9	2.3	0.0
Liquidez esterilizada (10⁶ MT)			
Mercado monetário	-2,706	-1,947	-862
Mercado cambial	-10,493	-16,086	-21,405
Mercado monetário			
Saldos (10⁶ MT)			
Bilhetes do Tesouro	14,886	19,200	22,602
91 dias	1,029	2,159	1,060
182 dias	2,291	6,221	2,394
364 dias	11,566	10,820	19,149
Valor médio por operação (10⁶ MT)			
FPD	478	760	150
FPC	137	109	149
Permutas	38	36	50
Taxas de Juro (em %)			
FPD	10.50	10.25	3.0
FPC	15.50	14.50	11.50
Permutas	13.94	12.43	7.95
Bilhetes do Tesouro			
91 dias	14.75	14.05	9.5
182 dias	14.95	14.25	10.34
364 dias	15.04	14.49	11.01

Fonte: DEM - BM

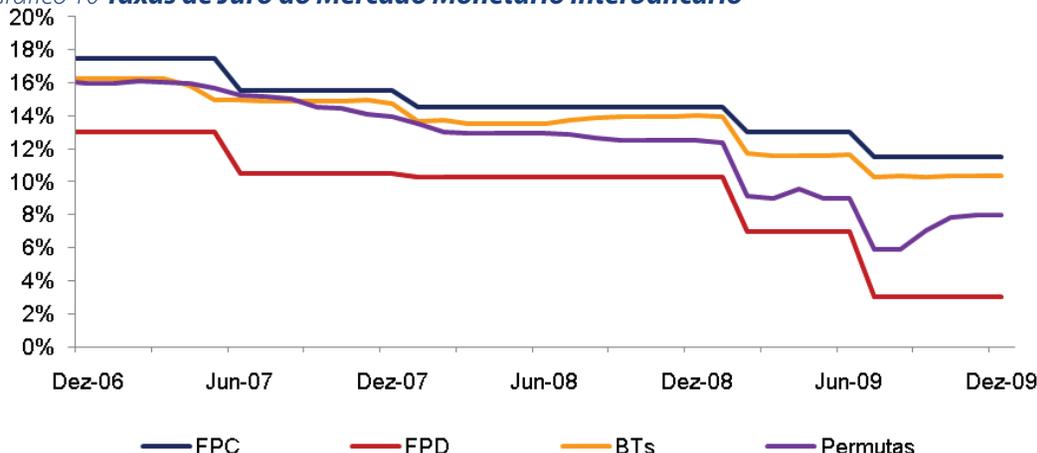
Nota: ^a valor agregado de repos e reverse repos.

3.3.4. Taxas de Juro

A. Mercado Monetário Interbancário

As condições macroeconómicas e a conjuntura de 2009 permitiram que o BM reduzisse as suas taxas de intervenção no MMI, medida que esteve em linha com a desaceleração da inflação anual e permitiu que as taxas de juro dos restantes produtos transaccionados no MMI e nos demais segmentos também reduzissem. Com efeito, as taxas de juro da FPC e da FPD decresceram cumulativamente em 3.0 pp e 7.25 pp durante o ano para 11.5% e 3.0%, respectivamente, tendo a última redução sido realizada em Julho (Gráfico 10).

Gráfico 10 **Taxas de Juro do Mercado Monetário Interbancário**



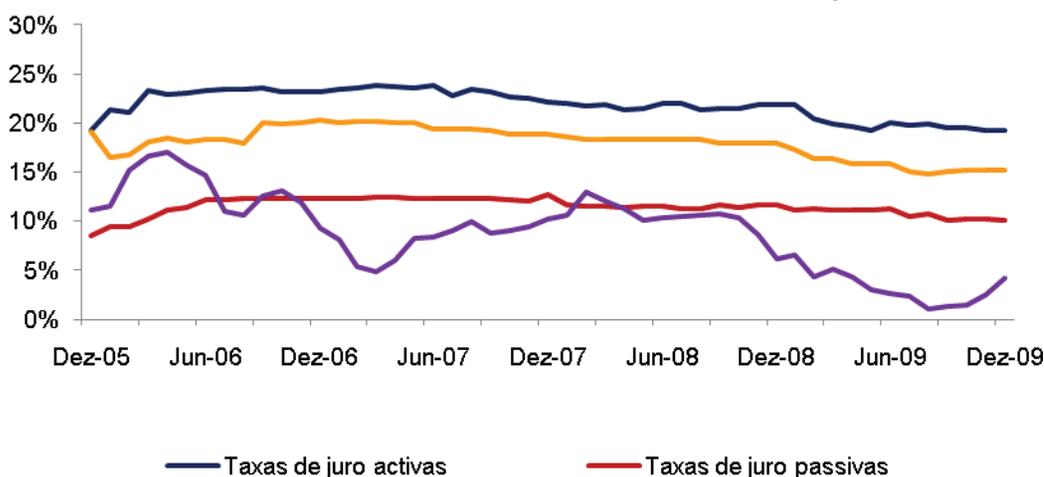
As taxas de juro dos demais instrumentos do MMI evidenciaram o seguinte comportamento:

- As taxas dos leilões de BTs para as maturidades de 91, 182 e 364 dias registaram quedas acumuladas no ano de 4.55 pp, 3.91 pp, e 3.48 pp, passando para 9.5%, 10.34%, e 11.01%, respectivamente.
- No segmento das permutas de liquidez a redução da taxa de juro foi mais pronunciada, ao passar de 12.43% em Dezembro de 2008 para 7.95% no período homólogo de 2009.

B. Taxas a Retalho

As taxas de juro médias nominais entre os bancos comerciais e o público para operações activas e passivas, em moeda nacional, mantiveram, em geral, a sua tendência de decrescimento observada ao longo dos últimos anos. Com efeito, a taxa de juro média nominal de empréstimos para a maturidade de um ano reduziu em 2.64 pp, em termos acumulados, para 19.21% em Dezembro de 2009, enquanto a taxa de juro média de depósitos para a mesma maturidade retraiu em 1.49 pp para 10.15%, concorrendo, deste modo, para a redução do *spread* entre as duas taxas de juro em 1.15 pp para 9.05 pp no ano em análise (Gráfico 11). Por sua vez, a *prime rate* registou uma queda de 2.76 pp para 15.22% em Dezembro de 2009.

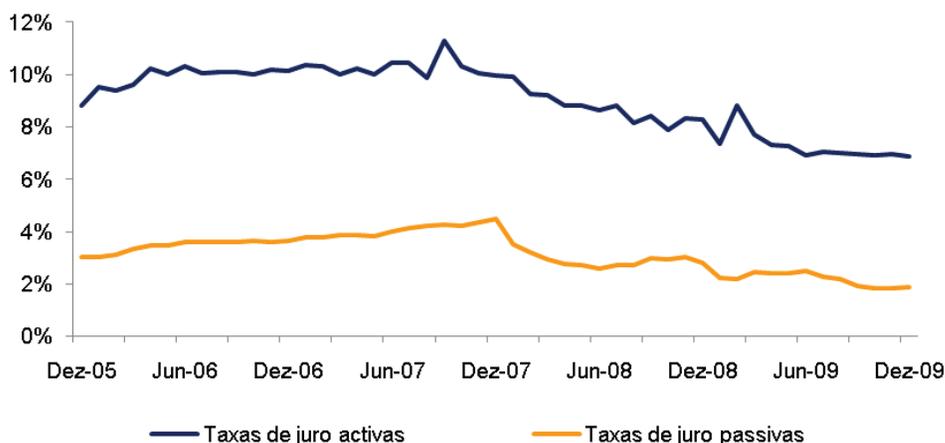
Gráfico 11 **Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Nacional e Inflação**



Dada a desaceleração da inflação média anual ao longo de 2009, a taxa de juro real acelerou. Sendo assim, a taxa de juro média dos empréstimos para a maturidade de um ano, em termos reais, incrementou em 4.43 pp para 15.95%, enquanto a dos depósitos para a mesma maturidade aumentou em 5.59 pp situando-se em 6.90%.

Seguindo um comportamento idêntico ao das taxas de juro em moeda nacional, as taxas de juro médias nominais das operações em moeda estrangeira também reduziram, tendo a de empréstimos registado uma queda de 1.43 pp para 6.88% em Dezembro de 2009 e a de depósitos um declínio de 92 pb para 1.90% (Gráfico 12). Com esta evolução, o *spread* entre as taxas activas e passivas, observou um decréscimo de 51 pb para 4.98 pp.

Gráfico 12 **Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Estrangeira**



Caixa 2 **Medidas no Âmbito da Gestão da Política Monetária e Custos de Intermediação Financeira**

O Banco de Moçambique, no âmbito das suas atribuições, emitiu em 2009 os seguintes Avisos:

- (i) Aviso Nº.1/GBM/2009, de 26 de Janeiro: que aprova o regulamento do Mercado Monetário Interbancário (MMI), ajustando o quadro normativo que regula o MMI ao regime de constituição de reservas;
- (ii) Aviso Nº. 2/GBM/09, de 26 Janeiro: que aprova o regulamento do sistema de operações de mercado, clarificando os critérios de adesão das instituições ao MMI;
- (iii) Aviso Nº 3/GGBM/2009, de 26 de Janeiro: que estabelece a redução do coeficiente de reservas obrigatórias diárias em 150 pb para 8.5% a partir de Fevereiro, taxa que voltou a ser revista para 8% em Agosto através do Aviso nº 6/GGBM/2009, de 3 de Agosto.

A redução do coeficiente de reservas obrigatórias enquadra-se nos objectivos estratégicos em curso de maior alinhamento com a taxa média em vigor nos países da região da SADC (excluindo a África do Sul), alargamento de serviços financeiros às zonas desfavorecidas e de redução de custos de intermediação financeira.

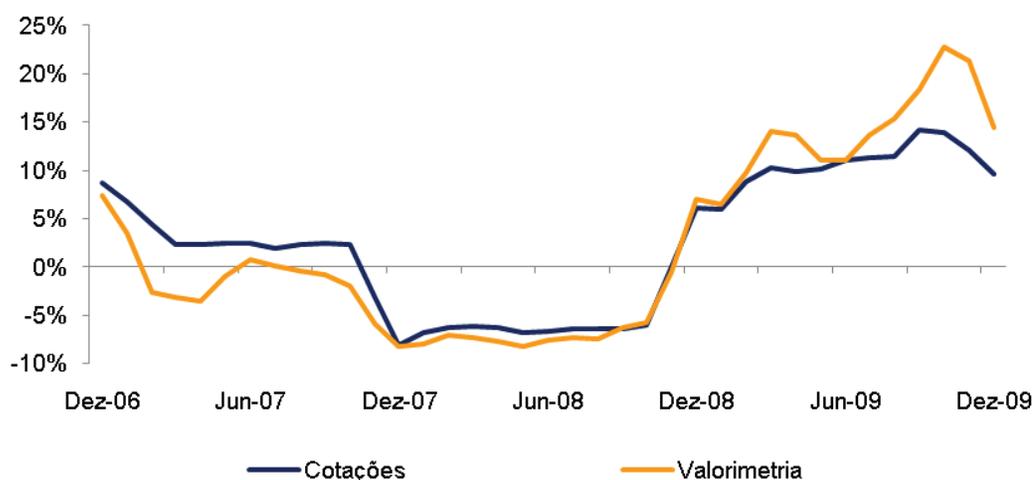
Paralelamente, o Banco de Moçambique alterou, por duas vezes, as suas taxas de juro de intervenção no MMI, tendo reduzido a taxa da Facilidade Permanente de Cedência de 14.50% para 13.0% em Fevereiro, voltando a baixar para 11.5% em Julho. A taxa da Facilidade Permanente de Absorção caiu nos mesmos períodos de 10.25% para 7%, voltando a alterar para 3%. Esta medida reflectiu o desempenho da inflação em 2008 e as perspectivas para 2009. Espera-se que, com os sinais emitidos pelo BM através das suas taxas directoras, estimule-se a banca comercial a reduzir as taxas de juro do crédito, de modo a incentivar o investimento e a produção.

- (iv) Aviso Nº 4/GBM/2009, de 19 de Fevereiro: (a) que aprova a criação de serviços de atendimento de reclamações, pedidos de informação e sugestões, relativos às instituições de crédito e sociedades financeiras no BM, (b) determina que todas as instituições de crédito e sociedades financeiras possuam também serviços de atendimento de reclamações, pedidos de informação e sugestões do público, e (c) aprova o regulamento dos serviços de atendimento de reclamações, pedidos de informações e sugestões.
- (v) Aviso nº 5/GM/2009, de 18 de Maio: que estabelece o Regime de Comissões e Outros Encargos, medida enquadrada no esforço do Banco de Moçambique de regulamentar o dever de informação das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras de modo a permitir aos utentes do sistema financeiro o acesso aos preços e às condições sobre os serviços e produtos que contratam, de forma padronizada e acessível, promovendo, deste modo, a transparência, a concorrência no sector e contribuindo para a maximização do objectivo de bancarização da economia através do provimento de serviços mínimos gratuitos aos agentes económicos e a população em geral.
- (vi) Aviso nº 7/GGBM/2009, 24 de Setembro: que aprova o regime sobre provisões regulamentares mínimas. Esta medida foi tomada para responder à necessidade de as instituições de crédito serem sujeitas a elevados níveis de controlo com vista a garantir a sua gestão sã e prudente.

3.3.5. Taxas de Câmbio

Em 2009, o comportamento do metical caracterizou-se por uma tendência de depreciação em relação às moedas dos principais parceiros comerciais de Moçambique, justificada, em parte, pela deterioração da conta corrente (menos receitas de exportação) e expectativas dos agentes económicos, bem como o fortalecimento do dólar norte-americano no mercado internacional. Relativamente ao euro e rand, a depreciação nominal do metical esteve associada ao fortalecimento daquelas moedas em relação ao dólar no mercado internacional, e para o caso específico da segunda, tal deveu-se, essencialmente, à apreciação do ouro, principal produto de exportação da África do Sul, que, no ano, estabeleceu novos máximos históricos.

Gráfico 13 **Variação Anual da Taxa de Câmbio Nominal (MZN/USD)**

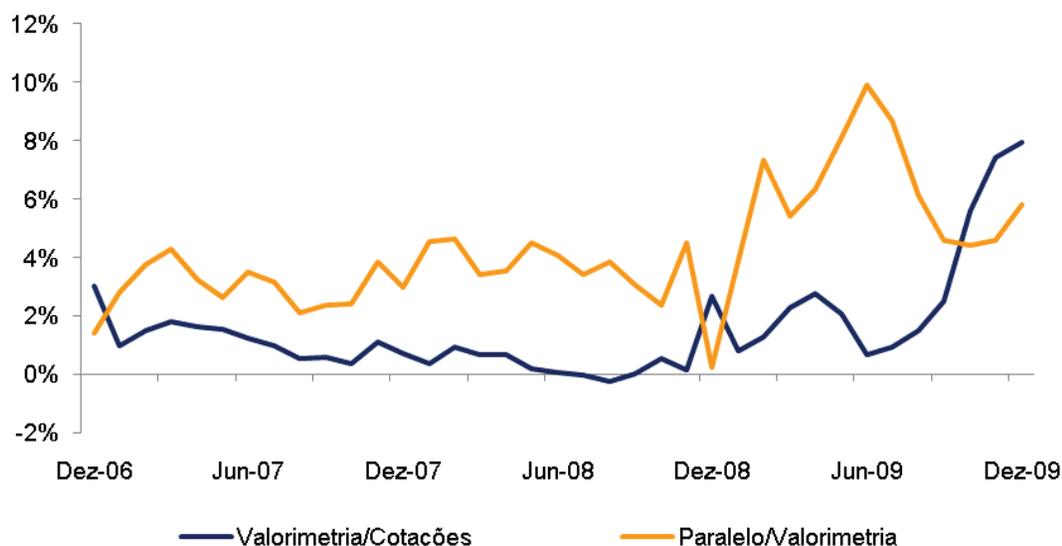


Com efeito, a cotação média do metical face ao dólar norte-americano no MCI, no último dia de Dezembro de 2009, foi de 27.51 MZN/USD, correspondente a uma depreciação anual de 9.65%, mais 3.56 pp em relação à observada em 2008. Note-se que a perda nominal da moeda nacional foi mais intensa em Janeiro (variação mensal de 6.2%) e nos meses seguintes, o que levou a que a depreciação anual atingisse cerca de 15% em Outubro, seguido de uma desaceleração para o nível já referido, no fecho do ano, justificada pelo maior volume de vendas do Banco Central no MCI, traduzindo os esforços das autoridades monetária e cambial em estabilizar o preço da moeda e prover a economia de liquidez suficiente para o seu normal funcionamento.

Ainda no último dia de Dezembro de 2009, a taxa de câmbio de valorimetria⁸ foi de 29.19 MZN/USD, equivalente a uma depreciação anual de 14.47%, contra 7.05% registada no ano anterior, elevando o *spread* entre esta e a das cotações para 6.11%, no final de 2009, após 1.63% em igual período de 2008. Por outro lado, o diferencial das taxas de câmbio de valorimetria e das praticadas pelas casas de câmbio foi de 0.60% no último dia de 2009, contra uma variação negativa de 0.17% no período homólogo de 2008 reflectindo uma maior depreciação da taxa de câmbio das casas de câmbio de 22.58%, contra a depreciação de 21.64% da taxa dos bancos comerciais com o público.

⁸ A taxa de câmbio de valorimetria resulta do seguinte algoritmo: A) cálculo das médias simples das taxas de câmbio de compra e venda resultantes de (i) câmbios médios ponderados das operações realizadas pelos bancos comerciais entre si, (ii) câmbios médios ponderados das operações realizadas entre os bancos comerciais e o Banco de Moçambique, (iii) câmbios médios ponderados das operações realizadas entre os bancos comerciais e os seus clientes; B) Semi-soma das taxas de câmbio de compra e venda obtidas nos termos da alínea anterior.

Gráfico 14 **Diferencial das Taxas de Câmbio Nominais (MZN/USD)**



Do cruzamento da taxa de câmbio do metical com o dólar norte-americano e deste último com o rand e o euro na praça de Londres, no último dia de Dezembro, resultou em 3.74 MZN/ZAR e 39.67 MZN/EUR, que equivalem a perdas nominais da moeda nacional de 39.56% e 3.74% no ano, respectivamente. Em 2008 o Metical apreciou 23.00% em relação ao Rand e depreciou 1.55% face ao Euro.

3.3.6. Massa Monetária

O saldo do agregado mais amplo de moeda, M3 – composto pelas notas e moedas em meticais fora do sistema bancário e pelos depósitos de residentes em meticais e em moeda estrangeira no sistema bancário nacional, excluindo os do Estado e das instituições monetárias – situou-se em 107,074 milhões de MT no final de Dezembro de 2009, correspondente a uma expansão anual de 32.6%, o equivalente a 26,350 milhões de MT (Quadro 13). A componente deste agregado que mais expandiu durante o ano foi a dos depósitos totais com uma variação anual de 22,883 milhões MT, dos quais 66.3% em moeda nacional, reflectindo de algum modo a expansão do crédito ao sector privado.

Do total do fluxo anual de depósitos em MN (15,180 milhões de MT), 7,791 milhões de MT referem-se aos depósitos em contas de empresas não financeiras e 7,407 milhões de MT aos outros sectores residentes que incluem os particulares, enquanto do aumento dos depósitos em moeda estrangeira (7,703 milhões de MT, o equivalente a USD 131 milhões), 5,179 milhões de MT referem-se às empresas não financeiras (Quadro 13).

A expansão monetária ocorrida no ano teve como principais fontes de criação as seguintes:

- Injecção de liquidez pelo Estado por via da compensação de cheques e Sistema de Transferências de Fundos (STF) no âmbito da execução orçamental, num montante de 22,199 milhões de MT;
- Expansão do crédito interno à economia num fluxo anual de 26,350 milhões de MT.
- Entrada de fundos externos na forma de empréstimos e donativos. Excluindo os grandes projectos, o sector privado obteve um financiamento externo líquido de USD 23.0⁹ milhões e as empresas públicas beneficiaram de desembolsos no montante de USD 202.4 milhões.

⁹ Os grandes projectos receberam do exterior um financiamento de USD 17.4 milhões, tendo no mesmo período reembolsado USD 389.6 milhões, o que resulta numa saída líquida de fundos de USD 372.2 milhões, não tendo havido reflexos nos depósitos da economia junto do sistema bancário nacional, uma vez que aqueles mantêm as suas contas fora do País.

Quadro 13 **Evolução dos Meios Totais de Pagamentos (10⁶ MT)**

	Dez-08	Dez-09	Variação Anual			
			Nominal	%		
NMC	9,587	13,054	3,467	36.2		
Depósitos MN	44,302	59,482	15,180	34.3		
M2	53,888	72,535	18,647	34.6		
Depósitos em ME	26,835	34,538	7,703	28.7		
ME - USD	1,052	1,183	131	12.4		
M3 c/ Impacto Cambial	80,724	107,074	26,350	32.6		
Impacto Cambial	1,768	4,366				
M3 sem Impacto Cambial	78,956	102,708				
Depósitos ME (% do M3)	33	32				
Depósitos Totais						
	Saldos - 10 ⁶ MT		Estrutura (%)		Variação (%)	
	Dec-08	Dec-09	Dec-08	Dec-09	Nominal	%
Meticais	44,302	59,482	62.3	63.3	15,180.2	34.3
Empresas	20,617	28,408	29.0	30.2	7,790.8	37.8
Admin. Est. e Locais	1,106	1,089	1.6	1.2	-17.5	-1.6
Outros Sect. Residentes	22,578	29,985	31.7	31.9	7,406.8	32.8
Moeda Estrangeira	26,835	34,537	37.7	36.7	7,702.8	28.7
Empresas	17,211	22,390	24.2	23.8	5,179.3	30.1
Admin. Est. e Locais	196	240	0.3	0.3	43.3	22.0
Outros Sect. Residentes	9,428	11,907	13.3	12.7	2,479.2	26.3
Depósitos a Ordem (DO)	44,281	60,848	62.2	64.7	16,566.8	37.4
Depósitos a Prazo (DP)	26,856	33,173	37.8	35.3	6,316.4	23.5

Fonte: DEE

Tendo presente que o agregado M3 integra depósitos em ME, a sua variação não só incorpora o efeito quantidade mas também a variação cambial. Assim, como resultado da depreciação anual do metical¹⁰ em relação ao dólar norte-americano de 14.5%, o impacto cambial sobre a variação anual do M3 foi na ordem de 4,366 milhões de MT, o que faz com que expurgando este impacto, a expansão reduza para 27.2% no ano em análise, após 17.7% registado em 2008.

3.3.7. Crédito à Economia

A. Financiamento Interno

O saldo do endividamento do sector privado no final de Dezembro de 2009 junto do sistema bancário nacional foi de 71,440 milhões de MT, correspondente a um acréscimo absoluto de 26,397 milhões de MT face ao valor registado no período homólogo do ano anterior, montante equivalente a uma expansão anual de 58.6%, mais 12.7 pp em relação ao crescimento verificado em 2008 (Quadro 14).

O acréscimo do financiamento bancário à economia resultou do incremento da componente denominada em ME, que cresceu em relação ao saldo de Dezembro de 2008 em 61.4% (fluxo de 8,670 milhões de MT, o que corresponde a um incremento líquido de USD 781 milhões de MT), bem como da componente em MN em 57.3%, que representa um acréscimo de 17,727 milhões de MT. Assim, o peso relativo do crédito em MN no total do endividamento reduziu em 0.6 pp quando comparado com o registado em Dezembro de 2008, ao passar para 68.1%. Excluindo o impacto cambial sobre a variação do crédito à economia na sua componente em ME, de 2,881 milhões de MT no ano em análise, a expansão anual do crédito à economia reduz-se para 52.2%, após 42.9% observada em 2008.

¹⁰ Com base na taxa de câmbio de valorimetria utilizada na compilação das contas monetárias para conversão dos valores em USD para meticais.

Quadro 14 **Comportamento do Crédito à Economia**

	Saldo em 10 ⁶ MT		Variação				
	Dez-08	Dez-09	Nominal	%			
Moeda Nacional	30,926	48,653	17,727	57.3			
Moeda Estrangeira	14,117	22,787	8,670	61.4			
Moeda Estrangeira (USD 10 ⁶)	554	781	227	41.0			
Impacto Cambial	930	2,881					
CE com Impacto Cambial	45,043	71,440	26,397	58.6			
Saneamentos	4,763	4,848	85	1.8			
Total com saneamentos	49,806	76,288	26,482	53.2			
Beneficiários do Crédito							
	Saldos em MT		% do Total		Variação		
	Dez-08	Dez-09	Dez-08	Dez-09	Nominal	%	% Total
Total	45,043	71,440	100.0	100.0	26,397	58.6	100.0
Sector Privado	43,995	65,980	97.7	92.4	21,985	50.0	83.3
Sector Público não							
Financeiro	1,007	5,416	2.2	7.6	4,409	437.8	16.7
Outros	41	44	0.1	0.1	3	7.2	0.0
Meticais	30,926	48,653	68.7	68.1	17,727	57.3	67.2
Sector Privado	30,236	46,925	67.1	65.7	16,688	55.2	63.2
Sector Público não							
Financeiro	649	1,685	1.4	2.4	1,036	159.8	3.9
Outros	41	43	0.1	0.1	2	5.7	0.0
Moeda Estrangeira	14,117	22,787	31.3	31.9	8,670	61.4	32.8
Sector Privado	13,759	19,056	30.5	26.7	5,297	38.5	20.1
Sector Público não							
Financeiro	358	3,731	0.8	5.2	3,372	941.1	12.8
Outros	0	1	0	0	1	-	0.0

Fonte: DEE

Conforme ilustrado no Quadro 14, do fluxo total do crédito concedido em 2009, tanto em moeda nacional como estrangeira, o sector privado absorveu 21,985 milhões de MT (83% do fluxo anual), montante que corresponde a um aumento de 50% quando comparado com o saldo de Dezembro 2008, e o total de empréstimos concedidos ao sector público não financeiro situou-se em 4,409 milhões de MT, concorrendo para que a sua contribuição no total do agregado aumentasse para 16.7%.

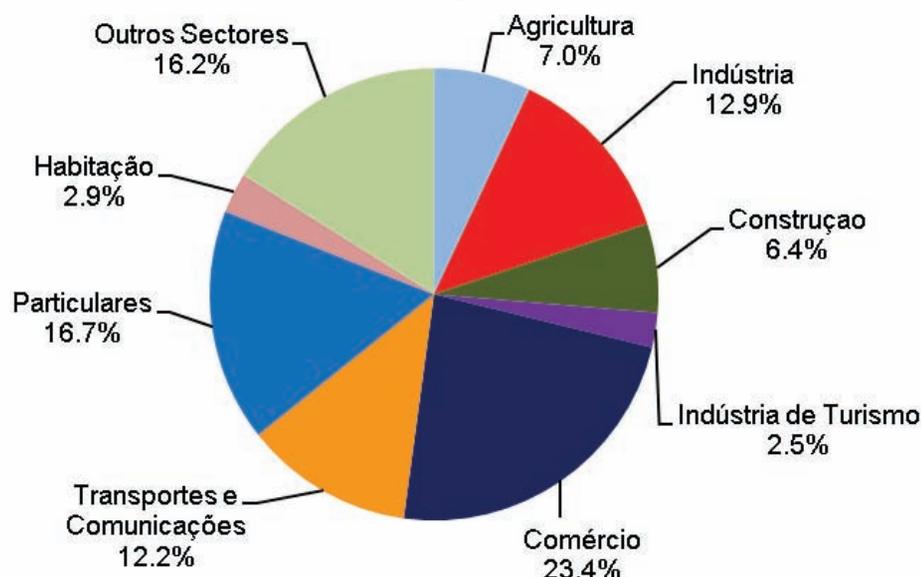
Do fluxo anual de crédito, os sectores que mais beneficiaram foram:

- **Comércio:** com um acréscimo de 4,166 milhões de MT, correspondente a uma contribuição no fluxo anual de 19.1%;
- **Transportes e comunicações:** com uma variação positiva de 3,068 milhões de MT, que representa 14.1% do total;
- **Indústria:** com um aumento de 2,710 milhões de MT, um peso de 12.4% no fluxo anual;
- **Particulares:** com um acréscimo de 2,273 milhões de MT (10.4%); e
- **Outros Sectores:** com um incremento de 5,810 milhões de MT (26.7%).

No que se refere ao endividamento total do sector privado junto do sistema bancário nacional, a sua repartição por sectores de actividade económica mostra que até Dezembro de 2009 o comércio, com 23.4% do total, continuava a ser o sector mais endividado,

seguido de particulares (16.7%), indústria (12.9%), transportes e comunicações (12.2%) e os outros sectores com 16.2% (Gráfico 15). Em termos dinâmicos, nota-se que os particulares, comércio e agricultura, viram o seu peso no saldo total de crédito a reduzir-se em 3.3 pp, 2.2 pp e 1.1 pp, respectivamente, face às parcelas registadas no fecho de 2008.

Gráfico 15 **Crédito por Actividade (Contribuições no Saldo) - Dezembro 2009**



B. Financiamento Externo

Adicionalmente ao financiamento do sistema bancário nacional, os agentes económicos residentes, particularmente as empresas, recorreram a empréstimos externos no valor líquido, expurgando o efeito dos grandes projectos, de USD 23.0 milhões (671.4 milhões de MT), um decréscimo de USD 10.2 milhões (296.9 milhões de MT) em relação ao fluxo registado em 2008.

O endividamento líquido das unidades produtivas residentes resultou da contratação de novos montantes no valor de USD 78.9 milhões (2,302.4 milhões de MT) contra o reembolso de USD 55.9 milhões (1,632.3 milhões de MT), dos quais USD 38.8 milhões em capital e USD 17.1 milhões em juros. Os novos desembolsos tiveram como principais beneficiários as empresas do ramo de telecomunicações, com USD 30.0 milhões (38.0%), agro-indústria, USD 11.3 milhões (14.4%), financeiro, USD 9.1 milhões (11.5%) e hotelaria e turismo, em USD 9.7 milhões (8.8%).

Por sua vez, os grandes projectos efectuaram, no ano em análise, o pagamento líquido de USD 372.2 milhões (10,864 milhões de MT), mais USD 29.6 milhões que o montante reembolsado em 2008, em resultado de terem recebido do exterior apenas USD 17.4 milhões (507.5 milhões de MT), contra uma amortização de USD 389.6 milhões (11,372.0 milhões de MT), repartidos em capital (USD 274.8 milhões) e juros (USD 114.8 milhões).

Agregando o crédito interno às empresas privadas e empresas públicas não financeiras ao financiamento externo, o endividamento anual do sector privado, excluindo os grandes projectos, situou-se em 27,066.9 milhões de MT, contra 15,133.5 milhões de MT registados em 2008, o que corresponde a um incremento de 78.9% (Quadro 15).

A informação resumida no Quadro 15 mostra que o sistema bancário nacional respondeu positivamente às medidas de estímulo introduzidas pelo banco central, ao expandir crédito interno de forma significativa para as empresas privadas residentes, o que permitiu compensar a redução do financiamento externo enfrentado pelas unidades nacionais, em consequência da crise financeira.

Quadro 15: **Financiamento ao Sector Privado (Fluxos, excluindo grandes projectos) – em 10⁶ MT**

		2008	2009
Financiamento Bancário	Sistema	14,165.30	26,396.81
Financiamento Externo Líquido		968.24	670.05
Total		15,133.54	27,066.86

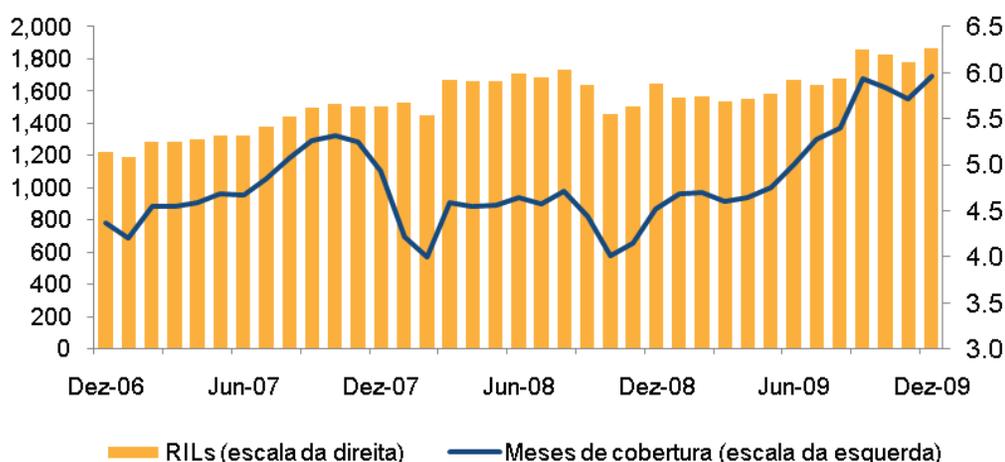
Fonte: DEE

3.4. Sector Externo

3.4.1. Reservas Internacionais Líquidas

O saldo das Reservas Internacionais Líquidas (RILs) do País situou-se, no final do ano, em USD 1,840.7 milhões, montante que representa uma constituição anual de USD 197.5 milhões, contra um aumento de reservas de USD 139.7 milhões observado em 2008 (Gráfico 16). Por seu turno, no final de 2009, o saldo das reservas internacionais brutas atingiu um nível suficiente para cobrir 5.7 meses de importações de bens e serviços não factoriais, quando incluídas operações dos grandes projectos, após 4.5 meses em 31 de Dezembro do ano anterior. Excluindo as importações dos grandes projectos, o saldo das reservas brutas apurados cobre 7.3 meses.

Gráfico 16 **Reservas Internacionais Líquidas**



A constituição das RILs em 2009 foi favorecida, fundamentalmente, pela alocação ao país, pelo FMI, de um montante total de SDR 108.8 milhões, equivalente a USD 170 milhões, no âmbito da iniciativa de reforço de liquidez (vide Caixa 5). Adicionalmente, contribuíram para o crescimento das reservas internacionais brutas, e consequentemente dos meses de cobertura das importações, a entrada, em duas tranches, no âmbito do Exogenous Shocks Facility do FMI, de um montante de SDR 99.7 milhões, equivalente a USD 152.4 milhões de um empréstimo total de USD 172 milhões solicitado pelo BM para a minimização dos efeitos do choques externos relacionados com o impacto negativo da crise financeira internacional.

Para o comportamento das RILs no ano concorreram ainda, as seguintes operações:

Do lado das entradas:

- Desembolsos de fundos de ajuda externa para o financiamento directo ao Orçamento do Estado e apoio à Balança de Pagamentos no montante de USD 467.6 milhões (dos quais USD 327.4 milhões correspondem a donativos), uma redução de USD 81.7 milhões em relação aos desembolsos registados em 2008;
- Diversas entradas de recursos em moeda estrangeira para as contas do Tesouro destinadas aos projectos de investimentos, perfazendo um total de USD 385.0 milhões, menos USD 10.3 milhões em relação às entradas de 2008;
- Rendimentos líquidos de aplicações financeiras no exterior de USD 55.3 milhões, um decréscimo de USD 8.9 milhões em relação aos realizados em 2008;

- Transferências dos rendimentos de mineiros no montante de USD 50.0 milhões, cerca de USD 1.3 milhões aquém do registado no ano anterior; e
- Ganhos líquidos decorrentes de variações cambiais no montante de USD 62.2 milhões;
- Compras de divisas efectuadas pelo BM fora do Mercado Cambial Interbancário no valor de USD 6.3 milhões, sendo de destacar as aquisições efectuadas junto do Estado e do IDA.

Do lado das saídas:

- Venda líquida de divisas efectuada pelo BM no MCI no montante de USD 797.7 milhões, mais USD 131.7 milhões que o valor vendido em 2008. Do total das vendas aos bancos comerciais, USD 141.3 milhões destinaram-se à participação directa para aquisição de combustível, um decréscimo de USD 110.7 milhões comparativamente às de 2008;
- Diversos pagamentos efectuados pelo Estado, que totalizaram USD 110.3 milhões, USD 9.3 milhões abaixo dos efectuados em 2008;
- Transferências líquidas efectuadas pelos bancos comerciais para os seus correspondentes no exterior de USD 24.1 milhões; e
- Diversas saídas líquidas que perfazem USD 8.0 milhões.

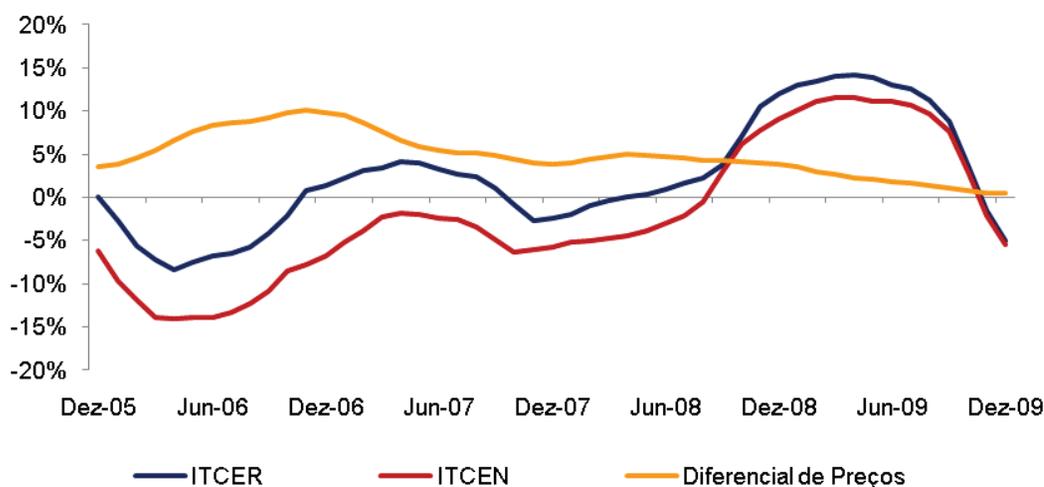
Refira-se que o incremento das vendas no MCI deveu-se, fundamentalmente, à crescente procura de divisas no mercado, resultante da queda das exportações em face da retracção da procura global e da consequente redução dos preços médios das mercadorias no mercado internacional.

3.4.2. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real

Para acomodar a dinâmica das trocas comerciais entre Moçambique e os seus principais parceiros comerciais, o BM reviu, em 2009, a metodologia de cálculo do Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (ITCER) - indicador de competitividade externa - passando a incorporar mais dois países com peso relativo considerável no comércio externo de Moçambique: China e Índia. Em face desta alteração, foram revistos os pesos atribuídos a cada parceiro¹¹ e o critério de ponderação, que passou de média aritmética simples para média geométrica. Ademais, foi revisto o ano base de 2000 para 2004. Na anterior metodologia, eram considerados três países para o cálculo do ITCER: África do Sul, Zona do Euro e Estados Unidos de América.

¹¹ Passaram a vigorar os seguintes pesos: Zona do Euro (55.6), África do Sul (36.4), Índia (3.2), China (2.6) e Estados Unidos de América (2.2).

Gráfico 17 **Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real**



Assim, em 2009 o ITCER registou uma depreciação média anual de 5.0%, após sucessivos meses de desaceleração da apreciação real iniciada em Maio de 2009, período em que este atingiu uma variação média anual de 13.9%. A inversão de sentido da variação cambial contribuiu para estimular a produção orientada para exportação e assim incentivar os exportadores a aumentar a produção amortecendo o impacto da queda de preços no mercado internacional sobre as suas receitas.

Contribuíram para os ganhos reais de competitividade registados no ano a depreciação efectiva nominal em 5.47%, após uma apreciação de 9.1% em 2008, aliada à desaceleração do diferencial de preços entre os principais parceiros comerciais de Moçambique, que reduziu mercê da queda acentuada da inflação anual doméstica, perante uma menor redução da inflação anual dos parceiros em 1.0 pp para 4.6%, fortemente influenciado pelo abrandamento deste indicador na Zona do Euro e na África do Sul.

Em termos bilaterais, o metical registou uma depreciação real face à totalidade das moedas dos principais parceiros comerciais que fazem parte do índice (Quadro 16). Com efeito:

- Em relação ao euro, o metical registou uma depreciação nominal de 4.3%, o que, perante um diferencial de preços de 3.0% a favor da Zona do Euro, culminou com uma depreciação efectiva real da moeda nacional de 1.5%, face à apreciação de 5.8% no ano anterior.
- Relativamente ao rand, moeda do segundo maior parceiro comercial de Moçambique, o metical depreciou, em termos reais, em 10.1%, após uma apreciação de 22.5%, explicada pela depreciação nominal do metical ocorrida no ano, 7.1%, aliada à evolução favorável a Moçambique do diferencial de preços em 3.6%.

Quadro 16 **Taxa de Câmbio Real Bilateral (Média Móvel 12 meses)**

	Varição da Taxa de Câmbio Nominal*	Diferencial de Preços (%)	Varição da Taxa de Câmbio Real (%)*
África do Sul			
Dez-08	24.0	-1.0	22.5
Dez-09	-7.1	-3.6	-10.1
Zona do Euro			
Dez-08	-1.0	6.8	5.8
Dez-09	-4.3	3.0	-1.5
E.U.A.			
Dez-08	5.7	6.3	12.3
Dez-09	-9.4	3.7	-6.1
Índia			
Dez-08	11.3	2.4	13.8
Dez-09	0.9	-7.2	-6.0
China			
Dez-08	-3.4	8.3	4.6
Dez-09	-11.0	11.4	-0.9
Geral			
Dez-08	9.1	3.8	11.9
Dez-09	-5.5	0.3	-5.0

Fonte: DEE-BM

Nota: * Positivo significa apreciação.

- Quanto ao dólar norte-americano, o metical depreciou, em termos reais, em 6.1% no período em análise, após uma apreciação real bilateral de 12.3% em 2008. Os ganhos reais do metical em relação a moeda norte-americana são explicados pela depreciação nominal da moeda nacional em 9.4%, variação atenuada pelo diferencial de preços que resulta numa maior inflação para Moçambique em cerca de 3.7%, uma redução comparativamente ao diferencial de 6.3% registado em 2008.
- Comparativamente à rupia, após uma apreciação real de 13.8% em 2008, no ano em análise o metical depreciou, em termos reais, em 6% em resultado apenas do comportamento favorável dos preços internos comparativamente à inflação na Índia, pois em termos nominais, a moeda nacional registou uma apreciação anual de 0.9%.
- Com o yuan chinês, o metical registou uma depreciação real anual de 0.9%, contra perdas reais de competitividade de 4.6% registados em 2008. A evolução favorável da moeda doméstica reflectiu o efeito da depreciação nominal do metical em 11.0%, atenuado pelo diferencial de preços que foi desfavorável a Moçambique em 11.4%.

3.4.3. Balança de Pagamentos

Dados preliminares da Balança de Pagamentos reportados a 2009 reflectem o impacto da crise financeira e económica mundial, por via do seu efeito sobre a procura agregada mundial, de que resultou a queda do valor das exportações de bens de Moçambique, como o seu principal e mais importante canal de transmissão. As estatísticas também sustentam a mais baixa magnitude de contratação anual de empréstimos externos dos últimos cinco anos pelo sector privado.

Não obstante a crise financeira internacional e a consequente deterioração do saldo das transacções de bens e serviços, Moçambique registou, em 2009, um fluxo líquido de entrada de recursos financeiros externos (excluindo o empréstimo concedido pelo FMI no âmbito da facilidade para choques exógenos) da magnitude de USD 1016.4 milhões, explicado pelos influxos de investimento directo estrangeiro (USD 881 milhões), a alocação de direitos especiais de saque (USD 170 milhões) e os empréstimos dos parceiros de desenvolvimento, o que permitiu financiar as importações de bens e serviços factoriais e não factoriais e fazer face às obrigações com não residentes.

Os dados da Posição de Investimento Internacional mostram que, comparativamente a 2008, a situação líquida devedora deteriorou em 11.6%, determinada pelo aumento de passivos sob a forma de Investimento Directo Estrangeiro no País e empréstimos da Administração Central. Em termos de sua sustentabilidade, esta posição representa cerca de 4 vezes as exportações realizadas no ano, menos 1.6 relativamente a 2008, e 85% do PIB (nominal) contra 82% em 2008.

A. Conta Corrente

Ainda de acordo com os mesmos dados, reflectem o impacto negativo da crise financeira internacional por via da segunda ronda dos seus efeitos sobre a redução da procura agregada mundial, de que resultou a queda do valor das exportações de bens do País. Com efeito, o défice da balança comercial incluindo os grandes projectos, cresceu em 40.4%, para USD 1,390.5 milhões, justificado pela redução acentuada das exportações dos grandes projectos (32%), apesar da queda das importações em 11%. Em termos globais, as exportações totais reduziram em 30% de 2008 para 2009, correspondendo ao mais baixo nível dos últimos 5 anos. Porém, a conta corrente registou uma melhoria de 0.7%, corolário do abrandamento dos ganhos dos grandes projectos e o consequente não repatriamento de dividendos (Quadro 17).

Por outro lado, excluindo os grandes projectos, o saldo da balança comercial melhora em 12.9%, a reflectir uma redução mais acentuada do valor das importações em 2009, seguindo a tendência de redução dos preços médios dos combustíveis e cereais entre 2008 e 2009, apesar da queda das exportações em 26.8%. No mesmo sentido, a conta corrente registou um saldo negativo de USD 1,260 milhões, o que representa uma melhoria de 12.9% relativamente a 2008, apesar da diminuição em 9% dos donativos para financiamento do consumo privado e público e em 27% dos rendimentos líquidos das aplicações de factores de produção .

Quadro 17 **Evolução da Conta Corrente de Moçambique (USD milhões)**

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	Var. 08/07 (%)	Var. 09/08 (%)
Conta Corrente	-760.6	-773.2	-785.3	-1179.4	-1171.3	50.2	-0.7
(em % do PIB)	-11.60	-10.70	-9.70	-14	-13	4.3*	-1*
Bens	-497.1	-267.7	-399	-990.2	-1390.5	148.2	40.4
Exportações	1,745.3	2,381.1	2,412.1	2,653.3	1,852.6	10.0	-30.2
Importações	2,242.3	2,648.8	2,811.1	3,643.4	3,243.1	-229.6	-11.0
Serviços	-306.6	-371.8	-396.8	-410.3	-450.3	3.4	9.7
Receitas	341.9	386.3	458.7	555.0	611.7	21.0	10.2
Despesas	648.6	758.1	855.6	-965.3	-1062.0	-212.8	10.0
Rendimentos	-359.8	-634.5	-591.6	-631.3	-95.0	6.7	-85.0
Investimentos Directo	-284	-471.3	-549.5	-541.6	-82.2	-1.4	-84.8
Remunerações	40.4	50.4	49.2	62.6	57.5	27.3	-8.3
Juros	-131.2	-241.4	-132.7	-166.4	-80.5	25.4	-51.6
Outros	14.8	27.9	41.4	14.0	10.2	-66.3	-26.7
Transferências	402.9	500.7	602.2	852.5	764.5	41.6	-10.3

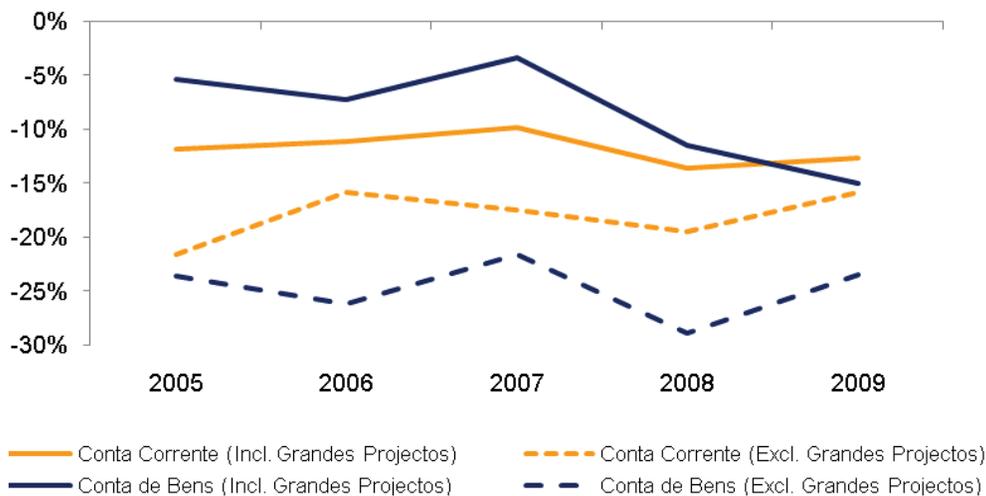
Fonte: DEE-BM

Nota: * Pontos percentuais.

No entanto, a análise dinâmica sugere o início da reversão da tendência crescente de agravamento do défice da conta corrente iniciada em 2007, impulsionada pela gradual recuperação das exportações a partir do segundo trimestre de 2009. Com efeito, o défice da conta corrente excluindo grandes projectos passou de 20% do PIB em 2008 para 16%

em 2009, a reflectir a mudança da tendência do défice da conta parcial de bens de 29% do PIB para 24% em 2009 (Gráfico 18). No entanto, o saldo das transacções correntes, incluindo os grandes projectos, mostra sinais de um lento processo de reversão (de 14% do PIB em 2008 para 13% em 2009), como consequência de um crescimento acelerado das importações relativamente às exportações, no contexto da implantação dos megaprojectos.

Gráfico 18 **Contas Corrente e de Bens em % do PIB**



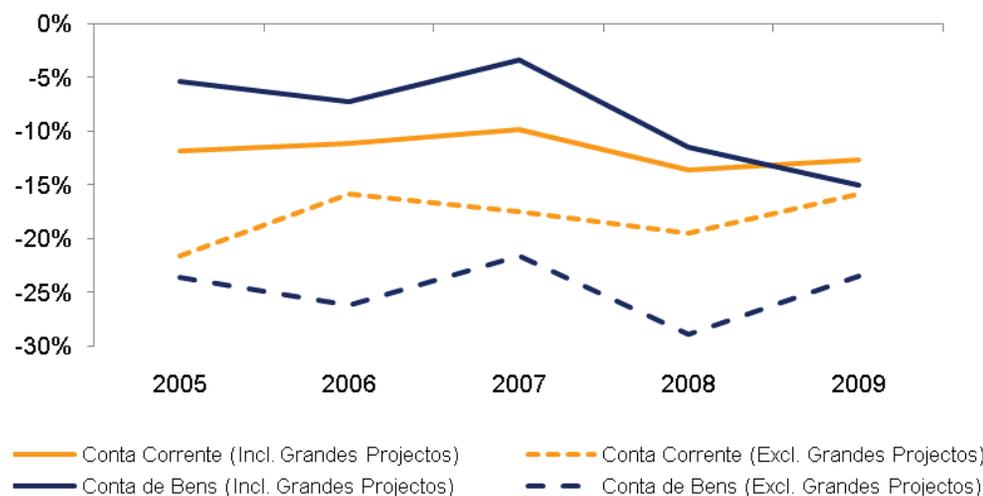
A.1. Conta de Bens

Exportações

As exportações de bens em 2009 sofreram uma redução devido a queda da demanda internacional combinada com a redução dos preços médios comparativamente a 2008. Assim, o valor das exportações totais de bens reduziu em 30.2% para USD 1,852.6 milhões, devido à queda tanto das exportações dos grandes projectos em 31.7% para USD 1,265 milhões, como das exportações de outros sectores em 26.8%, para USD 587.6 milhões.

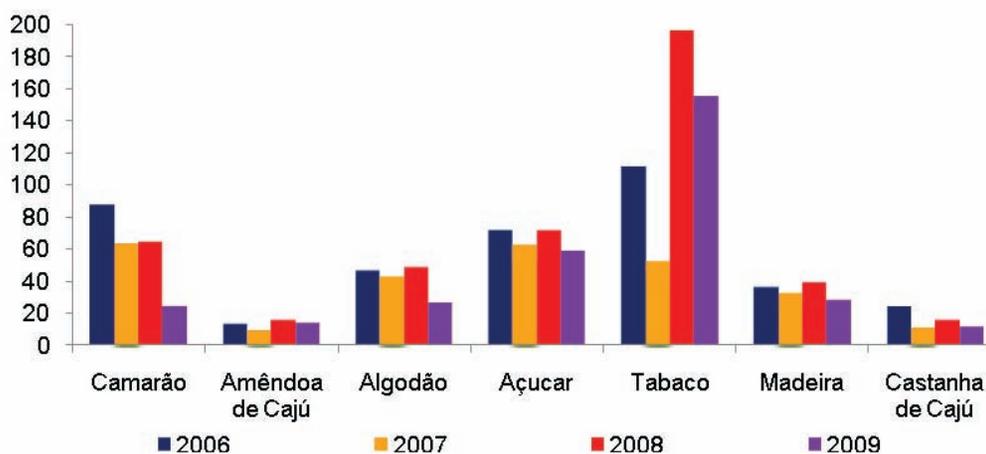
Com efeito, no contexto da crise financeira internacional, o impacto nas exportações foi mais assinalável sobre os grandes projectos, pois em 2009 o valor registado representa 14% do PIB, uma taxa muito abaixo da média de 22% dos 4 anos anteriores (Gráfico 19). Apesar de as exportações dos outros sectores da economia terem registado uma queda significativa comparativamente a 2008 (USD 215 milhões), o valor alcançado em 2009 representa um crescimento em 22% comparativamente a 2005. Como consequência desta dinâmica, o peso das exportações dos grandes projectos no total reduziu de cerca de 3/4 em 2005 para 2/3 em 2009.

Gráfico 19 **Exportações de Bens (em Valor e % do PIB)**



De entre os produtos tradicionais, o valor das exportações de camarão, algodão, açúcar e madeira, com um peso de 31% no total das exportações, excluindo grandes projectos em 2009, é o mais baixo dos últimos quatro anos. Enquanto isso, o valor das exportações de amêndoa de caju, do tabaco e da castanha de caju, com peso de 28% no total das exportações, excluindo grandes projectos em 2009, embora inferior às exportações de 2008, é superior ao registado em 2007, o que sugere uma queda temporária (Gráfico 20).

Gráfico 20 **Exportações de Produtos Tradicionais**



A fraca dinâmica destes e outros produtos em 2009 reflectiu os seguintes factores:

- **Camarão:** redução das receitas em 62.6% para USD 24 milhões, devido à contracção da procura no mercado internacional, tendo parte da indústria sido obrigada a interromper a actividade produtiva por acumulação de *saldos*.
- **Algodão:** redução do valor em 44.8%, reflectindo o efeito conjunto da queda do respectivo preço médio internacional em 5%, para uma média de USD 1,183 por tonelada e uma redução da quantidade exportada em 41.7% para 22.4 mil toneladas.
- **Açúcar:** queda das quantidades exportadas para o mercado preferencial e Europeu em 9.5% para 122,000 toneladas e do respectivo preço médio em 13% para USD 478 por tonelada, o que determinou a redução da receita em 18.3% para USD 58.3 milhões.

- **Madeira:** queda em 27.6% para USD 28.2 milhões, justificada pela redução do preço em 8% para USD 803.1 milhões por m³, para além da retracção da produção da madeira em toros em 10%, derivada do decréscimo do volume licenciado.
- **Amêndoa de caju:** queda em 7.9% para USD 14 milhões, a reflectir a redução do preço médio internacional em 19.7%.
- **Tabaco:** redução em 20.9% para USD 154.3 milhões, comparativamente ao registado em 2008, devido a queda do volume exportado em 17.4%, para 32.2 mil toneladas.
- **Castanha de caju:** queda em 21.7% para USD 11.8 milhões, devido à redução da quantidade de castanha comercializada em 33.5% – passou de 96,500 toneladas na campanha 2007/08 para 64,150 toneladas na campanha 2008/09.
- **Reexportações de combustíveis:** retracção em 95.4%, devido à redução das quantidades em 91.8% para 2,208.0 toneladas métricas motivada, em boa parte, pelo facto de as reexportações de combustíveis terem passado a ser realizadas por uma empresa de direito internacional e, conseqüentemente, excluídas da categoria das reexportações do País.
- **Gás:** redução do valor em 49% para USD 77.5 milhões, devido às quedas do preço médio em 33% e das quantidades em 6%, resultante da fraca procura deste produto pela indústria sul-africana.
- **Alumínio:** redução das receitas em 40.2% para USD 867.7 milhões, devido à queda do preço de alumínio no mercado internacional em 35%, tendo passado para uma média anual de USD 1,669 por tonelada em 2009.

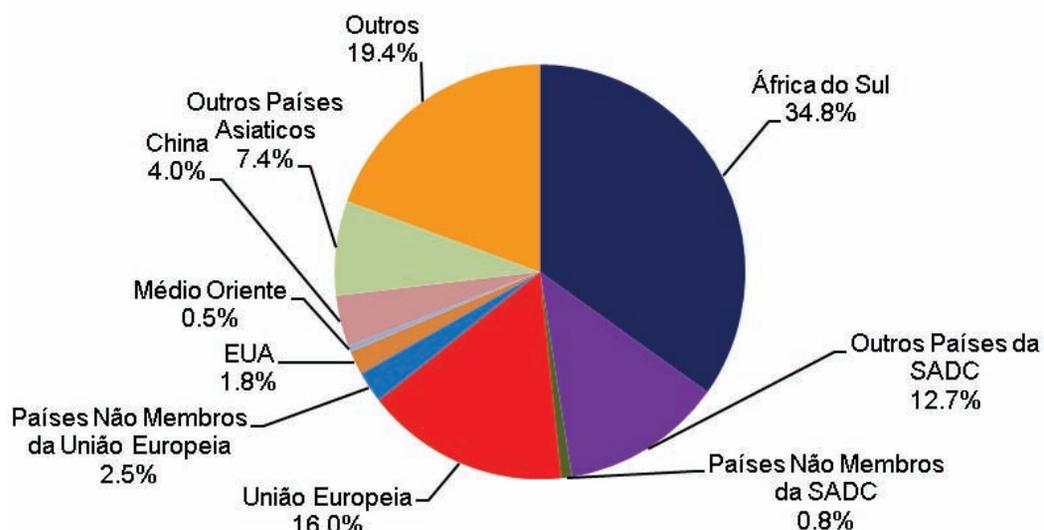
No sentido de aumento, destacam-se as exportações de apenas dois produtos:

- **Energia eléctrica:** crescimento das receitas em 24% para USD 274.4 milhões, resultante do aumento da quantidade exportada em 13% para MWh 12,172,349.1 repartida entre África de Sul (87%) e Zimbabwe (13%), para além do efeito da subida do preço médio em 8% para USD 22.5 por MWh.
- **Ilmenite:** aumento em 74.1%, como reflexo do aumento da produção decorrente da correcção dos problemas no funcionamento do equipamento ao longo de 2008.¹²

No concernente ao destino das exportações nos últimos 5 anos e excluindo as exportações de alumínio, cujo destino é a União Europeia, que representa em média cerca de 55% do total, os principais destinos das exportações dos outros produtos do país são a África do Sul (35%), a União Europeia (16%) e outros países da SADC (13%) (Gráfico 21).

¹² A mina está actualmente a operar na sua capacidade máxima instalada e o trabalho de optimização da planta de separação dos minerais pesados está ainda em processo de melhorias.

Gráfico 21 **Exportações por Principais Países de Destino (Média 2005-2009)**



Importações

Em 2009, o valor das importações, integrando os grandes projectos, foi de USD 3,243.1 milhões, correspondente a uma queda de 11% em relação a 2008, devido à redução do valor das importações dos sectores que não fazem parte da categoria dos grandes projectos em 16.7%, ao situar-se em USD 2,451.9 milhões, contra um aumento das importações realizadas pelos grandes projectos em 12.8%. Como resultado, o peso das importações dos grandes projectos no total das importações aumentou de cerca de 1/5 em 2008 para cerca de 1/4 em 2009.

A análise do detalhe dos bens importados excluindo os megaprojectos mostra que a redução das importações de matérias-primas e bens de consumo intermédio, justificada pela tendência de diminuição dos preços médios de mercadorias no mercado internacional, sobretudo dos combustíveis, que constituíram o principal catalisador da queda do valor das importações no período (Quadro 18).

De forma desagregada tem-se:

- **Principais bens de consumo final:** redução das despesas de medicamentos (USD 18 milhões), de automóveis (USD 47 milhões) e de cereais (USD 21 milhões), devido à queda dos donativos para a importação de medicamentos em USD 20 milhões, para USD 13.2 milhões, aos elevados saldos de importação de automóveis nos anos anteriores e à redução do preço dos cereais no mercado internacional e conjugada com o aumento da produção interna de cereais.
- **Principais bens de consumo intermédio:** redução do custo de importação na ordem de USD 244 milhões, menos 35.6% em relação ao de 2008, que reflectiu a queda da factura de importação de combustíveis em USD 250 milhões, menos 43.5% comparativamente a 2008, para USD 324.4 milhões, justificada pela diminuição do preço médio em cerca de 44%, para USD 508 por tonelada métrica, apesar do aumento das quantidades importadas em 2% para 615,258.3 toneladas métricas.
- **Bens de capital:** redução de apenas 1.7% para USD 475.5 milhões, o que reflecte o abrandamento do índice dos preços médios internacionais de insumos industriais em 25%.

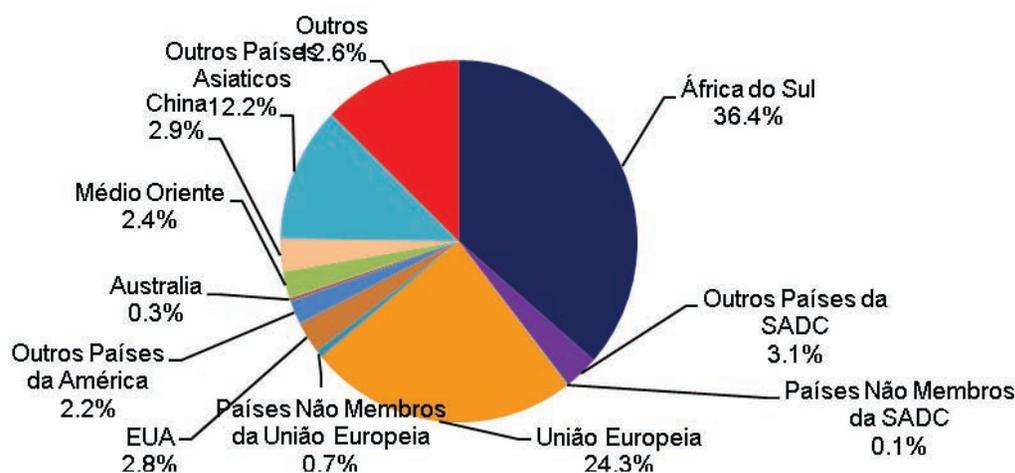
Quadro 18 **Evolução das Importações de Bens (USD milhões)**

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	Var. 08/07 (%)	Var. 09/08 (%)
Importações Totais de Bens	2.242,3	2648.8	2811.1	3643.4	3243.1	29.6	-11.0
Outros Sectores	1.858,0	2011.5	2184.3	2941.9	2451.9	34.7	-16.7
Principais Bens de Consumo	328,7	393.7	422.1	551.8	463.7	30.7	-16.0
Cereais	156,9	163.2	176	222	200.9	26.1	-9.5
Açúcar	9,0	4.3	1.1	7.8	5.8	609.1	-25.6
Cervejas	1,8	1.2	1.4	1.3	1.3	-7.1	0.0
Medicamentos	24,3	35.7	46.6	47.9	30	2.8	-37.4
Automóveis	136,6	189.2	197	272.6	225.7	38.4	-17.2
Outros	906,6	865.8	903.8	1221	1071	35.1	-12.3
Principais Matérias-Primas e Bens Intermédios	309,5	390.5	478.1	685.4	441.7	43.4	-35.6
Combustíveis	237,0	314.4	370.2	324.4	10	-12.4	-96.9
Energia Eléctrica	72,5	76.1	107.9	111	117.3	2.9	5.7
Principais Bens de Capital	313,2	361.5	380.3	483.7	475.5	27.2	-1.7
Grandes Projectos	384,3	637.4	626.8	701.5	791.1	11.9	12.8

Fonte: DEE-BM

Em termos dos principais países de origem, a média dos últimos 5 anos indica que a maior parte das importações de bens tem como origem a África do Sul (36%), a União Europeia (24%) e um grupo de países asiáticos (12%), de onde se importam maioritariamente os combustíveis (Gráfico 22).

Gráfico 22 **Importações por Principais Países de Origem (Média 2005-2009)**



A.2. Conta de Serviços

No período em análise, as transações de serviços resultaram em pagamentos líquidos a entidades não residentes no valor de USD 450.3 milhões, mais 9.7% relativamente a 2008, determinadas pela crescente procura de serviços de assistência técnica prestada por não residentes e pelos serviços de construção, no contexto da implantação de diversas empresas de IDE em Moçambique. Esta dinâmica, também válida quando são expurgados os grandes projectos, ocorre numa situação em que as receitas de turismo registaram um ligeiro crescimento de 4% – muito abaixo dos 23% registados em 2008.

Quadro 19 **Importação e Exportação de Serviços (USD milhões)**

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	Var. 08/07 (%)	Var. 09/08 (%)
Conta de Serviços	-306.6	-371.8	396.8	-410.4	-450.3	3.4	9.7
Transporte	-140.6	-168.1	-166.2	-219.4	-196.1	32.0	-10.6
Viagens	-46.4	-39.8	-16.6	-18.3	-16.2	10.2	-11.5
Construção	-56.5	-68.8	-42.9	-16.16	-94.8	-62.3	486.7
Outros	-63.1	-95	-171.1	-156.5	-143.2	-8.5	-8.5

Fonte: DEE-BM

A Quadro 19 evidencia a evolução das receitas e despesas de categorias importantes de serviços, nomeadamente:

Transportes: uma queda de 3% das receitas, em consonância com a redução da actividade comercial ao nível dos principais utilizadores das infra-estruturas de transportes na região. Similarmente, as despesas retraíram em 7.5%, quando incluídos os grandes projectos, e em 10.1%, expurgando estes empreendimentos, em linha com a queda dos custos de frete de mercadorias e redução das importações de bens.

Viagens: crescimento de 4% das receitas para USD 193 milhões a acompanhar o aumento do número de chegadas internacionais de 2,777,020 para 3,110,272 em 2009. Do lado das despesas, nota-se um crescimento de 1.7%, porém o peso dos dispêndios em viagens por razões de turismo aumentou de 41% em 2008 para 44% em 2009.

Construção: aumento para o triplo do registado em 2008, na sequência da implantação dos diversos projectos de IDE (incluindo grandes projectos), assim como das diversas obras de construção civil em curso no País.

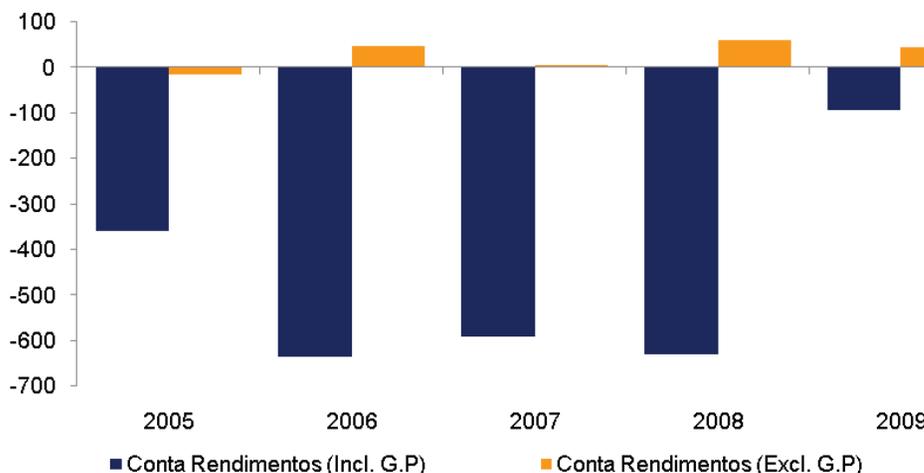
Empresariais e técnicos: crescimento das receitas de USD 54.6 milhões para USD 93.4 milhões, devido à crescente capacidade do País em oferecer alguns serviços de assistência técnica (consultoria técnica e estudos/pesquisas de desenvolvimento), mesmo considerando que em termos absolutos o País ainda depende mais no exterior do que recebe.

A.3. Conta de Rendimentos

O fluxo líquido dos rendimentos resultantes da utilização de factores de produção registou uma melhoria do seu valor negativo em 85%, em linha com o abrandamento dos ganhos dos grandes projectos e o consequente não repatriamento de dividendos (Gráfico 23). Outra importante categoria que contribuiu para este cenário é o reduzido fluxo de pagamento dos juros de dívida pública e privada de USD 235 milhões em 2008 para USD 152 milhões no período em análise.

Do lado dos recebimentos registou-se uma ligeira retracção (1.7%) associada ao reduzido rendimento das aplicações em títulos estrangeiros em 24.1% (em consonância com o desgaste dos títulos ocorrido no período), pois os juros de depósitos no estrangeiro aumentaram. Quanto às remunerações de trabalhadores residentes ao serviço de entidades não residentes (onde se incluem os mineiros), registou-se uma queda marginal de 2.4%, tendo a remuneração de mineiros registado uma variação insignificante.

Gráfico 23 **Evolução da Conta de Rendimentos**

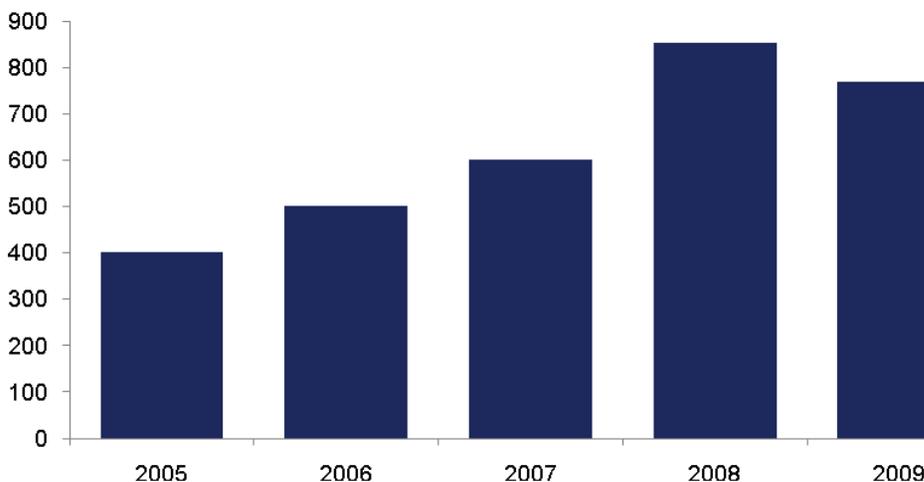


Excluindo os rendimentos associados aos megaprojectos, o fluxo positivo reduz em 26.8% quando comparado com o de 2008, justificado pelos pagamentos a um número crescente de trabalhadores não residentes ao serviço das várias empresas de IDE em Moçambique, e pelos dividendos repatriados pelas mesmas categorias de empresas.

A.4. Transferências Correntes

Em 2009 registou-se uma entrada líquida de recursos sob a forma de transferências para o financiamento de despesas correntes na ordem de USD 764.5 milhões, representando um decréscimo de 10.3%, comparativamente a 2008, determinado pelas diminuições registadas nos donativos em espécie, para programas e importação de medicamentos, em USD 76 milhões, USD 44 milhões e USD 20 milhões, respectivamente, perante um crescimento de 18% nos donativos para programas especiais (Gráfico 24).

Gráfico 24 **Evolução da Conta de Transferências Correntes**



Em termos sectoriais, a administração central beneficiou de donativos da ordem de USD 682 milhões, portanto inferior em USD 86 milhões em relação a 2008, porém acima das previsões em USD 46 milhões assim distribuídos:

- Donativos para programas (apoio ao orçamento), da ordem de USD 327.4 milhões, menos USD 44 milhões em relação ao registado em 2008.
- Donativos em espécie, que reduziram em USD 76 milhões, em razão da baixa entrada

de ajuda alimentar e não alimentar de emergência, que no período totalizaram USD 20.2 milhões e USD 3.2 milhões, respectivamente.

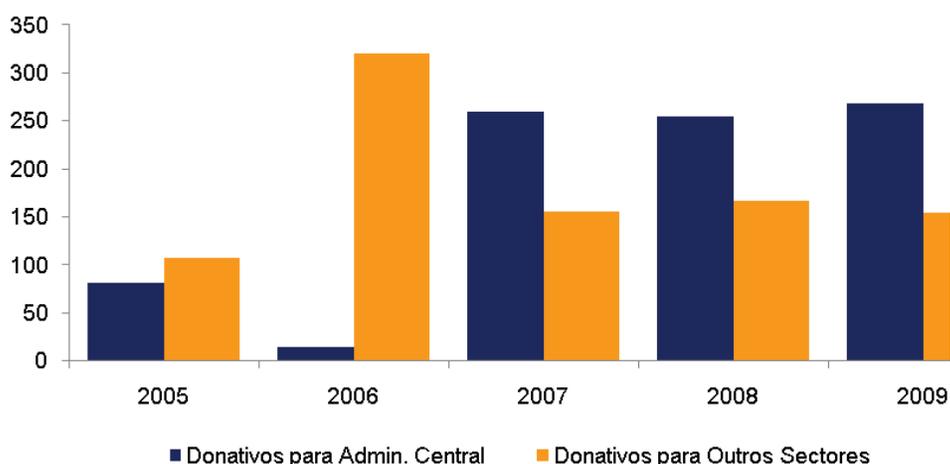
- Donativos para importação de medicamentos, com uma queda de 59%, com o único desembolso no valor de USD 13.2 milhões;
- Donativos para programas especiais¹³ na ordem de USD 324 milhões, representando um incremento de USD 49 milhões, comparativamente a 2008, associado às entradas para financiamento das eleições gerais realizadas em Outubro de 2009.

Enquanto isso, outras entidades privadas e não-governamentais canalizaram fundos para a economia na ordem de USD 244 milhões, o que comparado com USD 162 milhões transferidos para o exterior se traduziu num fluxo líquido de USD 82 milhões. Destaque vai para o aumento de entradas de fundos para ONG's, que no período em análise totalizaram USD 212.6 milhões, mais USD 47.4 milhões comparativamente ao período de 2008.

B. Transferências de Capital¹⁴

No período em alusão, as transferências líquidas para o financiamento de actividades que contribuem para a formação bruta de capital fixo mantiveram-se ao nível do registado em 2008, ao passar de USD 420 milhões para USD 422 milhões em 2009, embora em termos de estrutura sectorial tenha havido um aumento de USD 15 milhões nos donativos para a Administração Central (mas abaixo das previsões em USD 12 milhões) em linha com a tendência dos últimos cinco anos e uma queda, também tendencial, dos destinados a outros sectores (Gráfico 25).

Gráfico 25 **Donativos para Projectos de Investimento**



C. Fluxos Financeiros¹⁵

Não obstante a deterioração do saldo das transacções de bens e serviços, Moçambique registou em 2009 um fluxo líquido de entrada de recursos financeiros externos (excluindo o empréstimo concedido pelo FMI no âmbito da facilidade para choques exógenos) da magnitude de USD 1,016.4 milhões, mais USD 244 milhões relativamente a 2008, explicado pelos influxos de IDE, a alocação de direitos especiais de saque e os empréstimos dos parceiros de desenvolvimento, o que permitiu financiar as suas importações de bens e serviços factoriais e não factoriais e fazer face às obrigações com não residentes (Quadro 20).

¹³ Proagri, Prosaúde, Fase, UTRESP, UTRAFE, Combate ao HIV/SIDA e apoio às eleições.

¹⁴ Expurgando o efeito do financiamento excepcional.

¹⁵ Expurgando o efeito do financiamento excepcional.

Excluindo as transacções financeiras dos grandes projectos, que no período em análise resultaram numa saída líquida de recursos, também é notável o recurso à poupança externa para o financiamento à economia, reflectido na magnitude relativamente superior (em cerca de USD 92.8 milhões) do fluxo líquido das transacções financeiras autónomas.

Quadro 20 **Evolução da Conta Capital e Financeira (USD milhões)**

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	Var. 08/07 (%)	Var. 09/08 (%)
Conta Capital e Financeira	282.6	-1167	861.8	1192.7	1438.7	38.4	20.6
<i>Como % do PIB</i>	<i>4.30</i>	<i>16.20</i>	<i>10.70</i>	<i>13.8</i>	<i>15.6</i>	<i>3.1*</i>	<i>1.8*</i>
Conta Capital	187.9	334.5	415.1	419.9	422.3	1.2	0.6
Sector Público	80.8	167.9	260.1	255.2	270.2	-1.9	5.9
Donativos para Investimento	80.8	167.9	260.1	253.6	268.3	-2.5	5.8
Outros Sectores	107.1	166.6	155.1	166.3	154.0	7.2	-7.4
Conta Financeira	94.7	-1502	446.7	772.7	1016.4	73.0	31.5
Investimento Directo no Exterior	0	-0.4	0.3	0.0	-2.8	-114.7	6315.2
Investimento Directo no País	107.9	153.7	427.4	591.6	881.2	38.4	49.0
Investimento de Carteira	-88.5	-123.8	-3.2	-7.8	4.3	145.1	-155.3
Outros Investimentos (líquido)	75.3	-1531	38.2	189.0	133.7	394.8	-29.3
Instrumentos Derivados Financ.	0	0	-16	0.0	0.0	-100.0	

Fonte: DEE-BM

Nota: * Pontos percentuais.

C.1. Investimento Directo Estrangeiro

O fluxo de IDE em Moçambique totalizou USD 881.2 milhões em 2009, mais 49% relativamente a 2008, impulsionado não só pelos grandes projectos, que tiveram um peso de 49% e um crescimento de 47% (para USD 435 milhões), mas também pelas outras empresas financeiras e não financeiras que realizaram USD 446.5 milhões, correspondente a um peso de 51% e igual taxa de crescimento. Entre as principais formas de realização do IDE no período, destacam-se as acções e participações e os empréstimos e adiantamentos concedidos pelos investidores directos às suas empresas subsidiárias em Moçambique (Quadro 21).

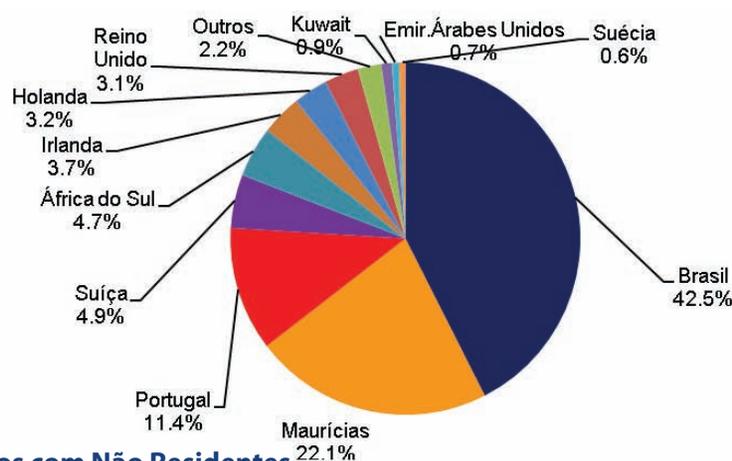
Quadro 21 **Formas de Realização do IDE 2005-2010**

	2005	2006	2007	2008	2009
Acções e Participações	59.8	111.8	167.3	130.5	218.1
Grandes Projectos	5.6	36.8	39.3	35.6	4.2
Outras Empresas	54.2	75.0	128.0	95.0	213.8
Lucros Reinvestidos	0.0	77.2	24.1	123.8	16.9
Grandes Projectos	0.0	77.2	24.1	121.3	16.9
Outras Empresas	0.0	0.0	0.0	2.5	0.0
Empréstimos e Adiantamentos dos Sócios	48.1	-35.2	235.9	337.3	646.3
Grandes Projectos	9.6	-27.7	156.7	138.6	413.5
Outras Empresas	38.5	-7.6	79.2	198.7	232.7
TOTAL	107.9	153.7	427.4	591.6	881.2
Memo:					
Grandes Projectos	15.1	86.3	220.1	295.4	434.7
Outros Sectores	92.7	67.4	207.2	296.2	446.5

Fonte: DEE-BM

A análise da origem dos capitais investidos em Moçambique em 2009 mostra que o Brasil, que em 2007 e em 2008 ocupava o 2º e 3º lugares, respectivamente, passou para o 1º lugar, suplantando a África do Sul, que nos últimos três anos vinha ocupando a primeira posição. O Gráfico 26 mostra que as Maurícias, Portugal, Suíça, África do Sul, e Irlanda também constituíram fontes importantes de origem dos capitais investidos em Moçambique em 2009.

Gráfico 26 **IDE por Países de Origem 2009**



C.2. Activos com Não Residentes

No período, os sectores institucionais residentes em Moçambique constituíram activos externos numa magnitude superior à de 2008 em USD 70.9 milhões, impulsionada pela extensão de créditos comerciais e de outros activos às empresas não residentes, bem como pelos depósitos dos bancos comerciais e da Autoridade Monetária no estrangeiro. No entanto, o efeito negativo da crise financeira sobre as exportações dos grandes projectos também se fez reflectir na baixa constituição de activos no exterior sob a forma de depósitos pelas empresas não financeiras de USD 343.3 milhões em 2008, para USD 68 milhões em 2009.

Excluindo os activos externos financeiros dos grandes projectos, a magnitude de constituição é mais pronunciada, pois enquanto em 2008 se registou um desgaste de USD 264.1 milhões, no período em análise foram constituídos USD 82.8 milhões, induzidos pelos activos das empresas financeiras e não financeiras.

C.3. Passivos com Não Residentes

A evolução dos passivos financeiros externos do País em 2009 reflectiu os desenvolvimentos no mercado financeiro internacional, que induziram a uma baixa magnitude de contratação de empréstimos externos pelas empresas domésticas, num cenário em que se registou um montante significativo de pagamentos de créditos comerciais e amortização de empréstimos concedidos por não residentes. Contudo, em termos globais e excluindo o financiamento excepcional concedido pelo FMI no quadro da facilidade para choques exógenos, o País aumentou os seus passivos externos em USD 14.7 milhões, corolário da alocação dos direitos especiais de saque no valor de USD 170 milhões e dos empréstimos contraídos pela Administração Central junto dos seus parceiros de desenvolvimento, no valor de USD 462.7 milhões.

Excluindo os grandes projectos, o aumento de passivos com o exterior é mais saliente, tendo em conta que, dados os factores que influenciaram o incremento dos mesmos no cenário anterior, as outras empresas não financeiras amortizaram os seus empréstimos externos numa magnitude relativamente baixa.

D. Financiamento da Balança de Pagamentos¹⁶

Em 2009 as transacções económicas realizadas pelos residentes com o resto do mundo traduziram-se num saldo global positivo de USD 197.4 milhões, o que permitiu que o BM constituísse activos de reserva no valor de USD 351.6 milhões, muito acima da constituição realizada em 2008 (Quadro 22)

- Esta constituição resultou: (i) da atribuição adicional de Direitos Especiais de Saque num montante equivalente a USD 170 milhões, no âmbito do incremento da quota do país no FMI, (ii) e do incremento de depósitos em moeda estrangeira na sequência do empréstimo concedido pelo FMI no âmbito do *Exogenous Shock Facility* (ESF) e desembolsado em duas *tranches* de SDR 85.2 milhões e SDR 14.2 milhões (equivalente a USD 152.4 milhões). Este recurso ao empréstimo do FMI para o financiamento das transacções da Balança de Pagamentos afectou os passivos de curto prazo da Autoridade Monetária, o que contribuiu para uma acumulação de recursos para o financiamento da BOP na ordem de USD 197.4 milhões.
- Em termos de financiamento excepcional, destaca-se o alívio de dívida no valor de USD 1.9 milhões concedido pelo Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e *Nordic Development Fund* (NDF), sendo USD 1.5 milhões de capital e USD 0.4 milhões de juros.

¹⁶ O saldo da Conta de Financiamento reflecte o inverso do saldo global da balança de pagamentos.

Quadro 22 **Evolução das Fontes de Financiamento da Balança de Pagamentos (USD milhões)**

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	Var. 08/07 (%)	Var. 09/08 (%)
Conta de Financiamento	181,6	1798,8	-136,4	-120,2	-197,4	-11,9	64,2
Activos de Reserva	129,9	-29,4	-285,2	-140,1	-351,6	-50,9	151,0
Ouro Monetário	-20,0	-11,5	-18,7	-3,5	-0,3	-81,3	-91,4
Moeda Estrangeira	150,1	-17,8	-266,5	-136,6	-181,4	-48,7	32,8
Outros activos	-0,1	-0,1	0	0	0		
Direitos Especiais de Saque	0	0	0	0	-169,9		
Utilização do Crédito e Empréstimos Do FMI	-40,4	-147,2	5,6	0,4	152,4	-100,0	
Financiamento Excepcional	92,1	1975,4	143,1	19,5	1,88	-86,4	-90,4
Operações de Reescalamento da Dívida	86,7	32	16,3	17,927	0	-100,0	
Capital	63,4	19,8	8	10,89	0	36,1	-100,0
Juros	23,3	12,1	8,3	7,037	0	-15,2	-100,0
Operações de Perdão da Dívida	5,4	1943,5	126,8	1,551	1,884	-98,8	21,5
Capital	3,3	1943,4	66,2	1,1	1,527	-98,3	38,8
Juros	2,1	0	60,6	0,451	0,357	-99,3	-20,8

Fonte: DEE-BM

E. Dívida Externa

E.1. Desembolsos de Empréstimos Externos

Em 2009, o País endividou-se no exterior numa magnitude superior à de 2008 em 11,5%, a reflectir as responsabilidades externas assumidas pela Autoridade Monetária no âmbito da facilidade para choques exógenos e ainda o crescimento do endividamento da administração central, num cenário em que o sector privado não financeiro pouco recorreu ao financiamento externo (Quadro 23), que no ano registou a mais baixa magnitude de contratação anual de empréstimos externos dos últimos cinco anos, que se pode associar ao fenómeno *credit crunch*¹⁷ no âmbito da crise financeira e económica mundial, enquanto a Administração Central registou uma entrada de empréstimos mais alta e em trajectória crescente.

Quadro 23 **Desembolsos de Empréstimos Externos (USD milhões)**

Descrição	Incl. Grandes Projectos			Excl. Grandes Projectos		
	2008	2009	Var. (%)	2008	2009	Var. (%)
Desembolsos de Empréstimos	639,7	713,4	11,5	551,3	696,1	26,3
Autoridade Monetária	0	154,5	-	0	154,5	-
Administração Central	383,6	462,7	20,6	383,6	462,7	20,6
Desembolsos para Programas	178,4	140,3	-21,4	178,4	140,3	-21,4
Desembolsos para Projectos	138,4	120	-13,3	138,4	120	-13,3
Desembolsos para Empresas Pub	66,7	202,4	203,3	66,7	202,4	203,3
Sector Privado	256,1	96,3	-62,4	167,8	78,9	-53
Dos quais grandes projectos	88,4	17,4	-80,3	-	-	-

Analisando os desenvolvimentos de 2009, o crescimento de 21% no sector da Administração Central deveu-se ao aumento nos empréstimos de retrocessão, perante a desaceleração dos desembolsos para programas e projectos públicos, como a seguir se explica:

Desembolsos para Programas com um total de USD 140,3 milhões, provenientes do Banco Mundial (USD 110 milhões) e BAD (USD 30,3 milhões), destinados ao programa de apoio à Redução de Pobreza Absoluta e Reforma Económica, respectivamente. Em relação a 2008, nota-se uma desaceleração de 21,4% na componente de desembolsos de créditos para apoio directo ao Orçamento do Estado (OE).

Desembolsos para projectos que reduziram em 13,3% para USD 120 milhões, que se destinou ao desenvolvimento dos municípios, reforma da indústria de comunicações, reestruturação de estradas e pontes, reabilitação dos portos e caminhos-de-ferro,

¹⁷ Relutância por parte dos credores em conceder o crédito, num ambiente de incerteza de retorno aliado à conjuntura conturbada.

capacity building para o ensino superior, saneamento do meio e desenvolvimento do vale do Zambeze, entre outros.

Desembolsos recebidos pela Administração Central e repassados às empresas públicas que incrementaram em USD 135.6 milhões para USD 202.4 milhões, direccionados para os sectores de energia, comunicações, água, construção, educação, entre outros.

E.2. Amortização dos Empréstimos Externos

Em 2009, o País realizou pagamentos ao resto do mundo no total de USD 495 milhões, o que, comparado com o registado em 2008, representou um decréscimo de 22% no fluxo de pagamentos ao exterior. Expurgando a contribuição dos grandes projectos, o serviço de dívida mostra a tendência de queda, com a particularidade de ser mais acentuada que no cenário em que se incluem aqueles empreendimentos.

Retirando da análise o financiamento excepcional, o serviço da dívida decresce em 20%, contra 44% de queda quando se excluem os megaprojectos, com a particularidade de os pagamentos pelo sector privado reduzirem em USD 79 milhões. Em termos de peso, contrariamente aos fluxos de contratação de dívida, os grandes projectos continuam na dianteira no concernente ao pagamento, pois representam 87% do total dos recursos desembolsados pelo sector privado para o exterior. Enquanto isso, excluindo os grandes projectos, as actividades agro-industriais e de telecomunicações apresentam volumes significativos de reembolsos para o exterior.

Quadro 24 **Reembolsos de Capital e Juros de Empréstimos Externos (USD milhões)**

Descrição	Incl. Grandes Projectos			Excl. Grandes Projectos		
	2008	2009	Var%	2008	2009	Var%
Total de Reembolsos	634.7	494.6	-22.1	203.7	105.0	-48.4
Administração Central	69.1	49.2	-28.8	69.1	49.2	-28.8
Organismos						
Multilaterais	36.6	32.9	-10.3	36.6	32.9	-10.3
Organismos						
Bilaterais	13.0	14.4	11.1	13.0	14.4	11.1
Grupo OCDE	10.9	10.4	-5.1	10.9	10.4	-5.1
Grupo Países do						
Leste	0.5	2.5	-	0.5	2.5	-
Grupo Outros						
Países	1.6	1.5	-2.2	1.6	1.5	-2.2
Financiamento						
Excepcional	19.5	1.9	-90.3	19.5	1.9	-90.3
Sector Privado	565.6	445.5	-21.2	134.6	55.9	-58.5
Dos quais grandes						
projectos	431.0	389.6	-9.6	-	-	-

Em termos individualizados pode-se aferir o seguinte sobre os dois sectores institucionais:

Administração Central: Os recursos com impacto na actividade financeira da Administração Central usados com vista a suprir as necessidades de financiamento das operações de serviço da dívida totalizaram USD 47.3 milhões, contra os USD 49.6 milhões registados em 2008. Os credores para os quais se destinaram os montantes pagos foram:

- Instituições multilaterais com USD 32.9 milhões, dos quais USD 10.3 milhões do Grupo Banco Mundial (IDA), USD 5.2 milhões do BAD/FAD, USD 3.6 milhões do BADEIA, USD 4.2 milhões do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), USD 1.9 milhões do Fundo Kuwait, entre outros;

- Instituições bilaterais com reembolsos da ordem de USD 14.4 milhões, maioritariamente drenados para o grupo dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), com destaque para os reembolsos à França (USD 6.2 milhões) e Dinamarca (USD 3.5 milhões).

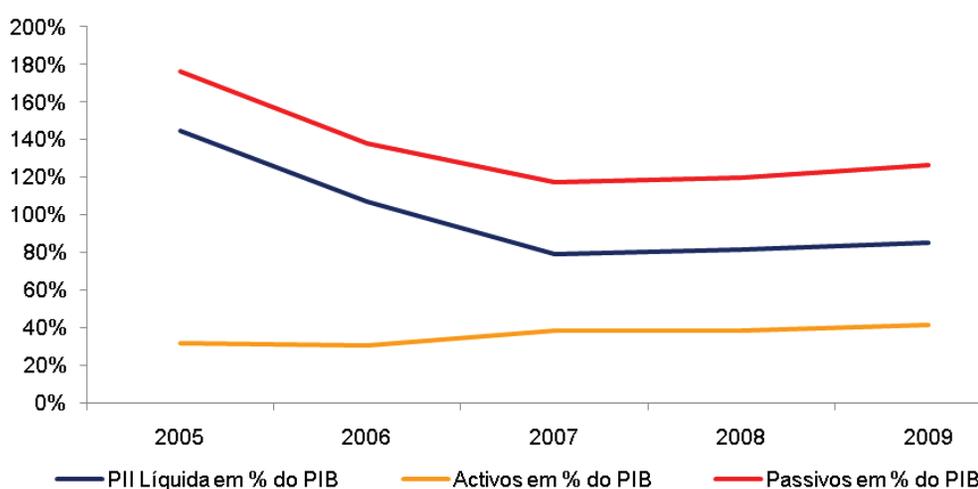
Outros Sectores: decréscimo do serviço da dívida externa do sector privado em 21.2% e 58.5%, quando se incluem e excluem os grandes projectos, respectivamente. No entanto, os montantes pagos pelos grandes projectos desaceleraram em 10% para USD 389.6 milhões, não obstante o seu peso no total de pagamentos ter incrementado em 11 pp. Destaque vai para reembolsos efectuados pelas empresas pertencentes à indústria transformadora e energética, com reembolsos da ordem de USD 200.4 milhões e USD 179.9 milhões, respectivamente;

3.4.4. Posição de Investimento Internacional

Dados preliminares do saldo de activos e passivos financeiros externos do País revelam que, em 2009, a situação líquida devedora deteriorou-se em 11.6%, determinada pelo aumento de passivos (sob a forma de IDE no País e empréstimos da Administração Central), superior ao aumento dos activos externos líquidos. Enquanto os activos aumentaram em USD 501 milhões, dos quais 352 correspondem a activos de reserva, os passivos aumentaram em USD 1,318 milhões.

De uma posição líquida devedora de USD 7074.5 milhões em Dezembro de 2008, o País aumentou os seus passivos líquidos em USD 817 milhões, tendo-se o saldo, em Dezembro de 2009, situado em USD 7892 milhões, correspondente a 85% do PIB, mais 3 pp relativamente ao peso de 2008 (Gráfico 27).

Gráfico 27 **PII Líquida em % do PIB**



Esta situação líquida representa cerca de 4.2 vezes as exportações de 2009, contra 2.6 em 2008, dada a queda do valor das exportações em 2009. Enquanto isso, os activos externos cobrem 33% dos passivos externos totais, representando uma melhoria de 1 pp em relação à cobertura dos activos pelos passivos em 2008.

Retirando os passivos sob a forma de IDE em Moçambique (passivos não exigíveis), os activos cobrem 54% dos restantes passivos (títulos emitidos por não residentes, empréstimos, créditos comerciais, depósitos de não residentes e outros passivos), correspondente a uma melhoria de 4 pp relativamente ao ano anterior.

Caixa 3 **Alocação de ESF e DES aos Países Membros do FMI, Incluindo Moçambique**

1. Facilidade de Choques Exógenos

No início do ano em análise perspectivava-se que a crise financeira e económica internacional que tem afectado a generalidade dos países, incluindo Moçambique, por via da queda das exportações, e de uma maior dificuldade de acesso a empréstimos externos, pudesse ter impacto no comportamento das Reservas Cambiais do país e na volatilidade da taxa de câmbio do Metical em relação às principais moedas transaccionadas no mercado doméstico.

Aliás, este cenário apontava inicialmente (Março de 2009) para uma queda do rácio de meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais por reservas internacionais brutas para 3,9 meses em Dezembro de 2009. Tendo em vista inverter este cenário, as autoridades moçambicanas empreenderam esforços junto dos parceiros internacionais procurando negociar fontes adicionais de recursos externos. Neste quadro, o FMI aprovou um empréstimo no valor de USD 176 milhões, 132 dos quais desembolsados em Julho de 2009, e USD 22.5 milhões em Dezembro correspondente a 88%, ao abrigo da Facilidade de Choques Exógenos (Exogenous Shocks Facility). A 3ª tranche será disponibilizada em 2010.

Conceito, Abrangência e Objectivos

O ESF é uma facilidade disponibilizada pelo FMI aos países de baixo rendimento e que tenham sido afectados por choques exógenos, ou seja, por um evento externo com impacto negativo na economia, em relação ao qual os decisores de política não têm controlo. São exemplos destes choques: (i) alterações acentuadas dos preços das mercadorias, (ii) desastres naturais e (iii) crises financeiras e económicas. Esta facilidade apresenta condições de financiamento mais favoráveis comparativamente a outros empréstimos de emergência disponibilizados pelo FMI.

Características do ESF

As modificações efectuadas pelo FMI no ESF em Setembro de 2008 e Abril de 2009 tornaram o acesso a esta facilidade mais rápida, fácil e flexível, o que em termos específicos se traduz nas seguintes opções:

- *Rapid – Access*: consiste em disponibilizar de forma rápida até 50% da quota do país para cada choque exógeno e, normalmente, o montante solicitado é disponibilizado numa única tranche; e,
- *High – Access*: consiste, essencialmente, na disponibilização de recursos financeiros até 150% da quota do país que solicita a facilidade. Os recursos são desembolsados de forma faseada e em função das revisões dos programas que os países estão a implementar e sob a monitoria do FMI.

A modalidade adoptada pelo FMI para Moçambique foi a segunda (*High – Access*).

Taxa de Juro Aplicada aos Empréstimos do ESF

Para os empréstimos desta linha de crédito, o FMI aplica uma taxa de juro anual de 0.5% para os recursos financeiros disponibilizados e os reembolsos têm que ser feitos semestralmente após 5 anos de graças, com uma maturidade definida de 10 anos após o desembolso.

Impacto do ESF nas Reservas e no Rácio de Cobertura de Importações por Reservas Internacionais

O desembolso de USD 154.5 milhões efectuado em 2009 pelo FMI teve impacto directo e imediato nas Reservas Internacionais Brutas do País que incrementaram no mesmo montante, o que se traduziu num acréscimo dos meses de cobertura das importações totais de bens e serviços não factoriais. Este financiamento não afectou as Reservas Internacionais Líquidas, em virtude de os empréstimos do FMI serem convencionalmente tratados como passivos de curto prazo, o que faz com que o empréstimo seja reflectido, em simultâneo, nas contas do activo e passivo do Banco de Moçambique.

Registo na Balança de Pagamentos e na Posição de Investimento Internacional de 2009:

Balança de Pagamentos – Apresentação Detalhada

Conta Financeira:

Outro Investimento (Passivos) – Crédito pelo Desembolso de ESF

Activos de Reserva – Débito pelo Desembolso de ESF

Balança de Pagamentos – Apresentação Analítica

Conta de Financiamento:

Utilização do Crédito e Empréstimo do FMI – Crédito pelo Desembolso de ESF

Activos de Reserva – Débito pelo Desembolso de ESF

Posição de Investimento Internacional

Activos de reserva (Activos) – Moeda e Depósitos

Outro Investimento (Passivos) – Desembolso de ESF

2. Direitos Especiais de Saque

O FMI aprovou em 2009, uma alocação geral de Direitos Especiais de Saque equivalente a USD 250 biliões (ou DES 161,2 biliões) a 186 países membros, a qual entrou em vigor em 28 de Agosto do mesmo ano. O principal objectivo desta alocação é o de fornecer liquidez aos países membros através do suprimento de reservas em moeda externa para o incremento dos seus activos externos brutos.

O FMI também aprovou através da quarta emenda aos seus Artigos uma alocação especial e única de DES 21,5 biliões, distribuída entre todos os países membros na proporção das suas quotas, a qual entrou em vigor em 9 de Setembro de 2009. O objectivo desta alocação é de permitir a participação no sistema de SDR de todos os países membros numa base correcta e justa, pelo facto de países que aderiram ao Fundo depois de 1981-mais do que um quinto dos membros do FMI- nunca terem recebido uma dotação de DES.

Possíveis Usos da Alocação de DES

Uma alocação de DES gera um activo e um passivo para os países beneficiários. O DES não é uma moeda nem um direito financeiro sobre o FMI; o DES proporciona aos países membros um meio de obter moedas livremente convertíveis junto a outros membros. Os países membros podem manter os DES como parte de suas reservas internacionais brutas. Podem também usá-los em transacções e operações com o FMI, tais como o pagamento de juros ou a amortização de empréstimos, ou em futuros aumentos das quotas. Podem ainda vender os DES a outros países membros em troca de moedas livremente convertíveis. Cabe a cada país membro decidir se deve manter os DES alocados recentemente como parte de suas reservas internacionais ou vendê-los, no todo ou em parte, em troca de moedas livremente convertíveis. A decisão é tomada com base em considerações de ordem financeira e macroeconómica.

Alocação de DES à Moçambique

Moçambique recebeu do FMI DES 108.8 milhões (ou USD 169.7 milhões) sendo DES 84.2 milhões no âmbito da alocação geral e DES 24.6 milhões no âmbito da alocação especial. Esta alocação traduziu-se de forma directa no aumento das Reservas Internacionais Líquidas, em virtude do aumento das Reservas Brutas em contrapartida das Responsabilidades Externas de Longo Prazo, tendo-se o saldo das RIL's situado em USD 1,854.4 milhões no final de Setembro de 2009. Com o aumento das RIB's incrementou para 5.9 o número de meses de cobertura de importações totais de bens e serviços não factoriais quando incluídos os grandes projectos e 7.7 meses de importação quando excluídas as operações dos grandes projectos.

Registo na Balança de Pagamentos e na Posição de Investimento Internacional de 2009:

Balança de Pagamentos

Conta corrente:

Rendimento de Outro Investimento

Crédito: Juros Acumulados sobre o total das disponibilidades de DES

Débito: Juros acumulados sobre o total das alocações de DES

Conta Financeira:

Outro Investimento (Passivos) – Alocações de DES:
Valor das alocações, mais os juros acumulados sobre as alocações pendentes.
Activos de Reserva – Disponibilidades de DES
Valor das alocações, mais os juros acumulados sobre as disponibilidades pendentes
Posição de Investimento Internacional
Activos de reserva (Activos) - Disponibilidades totais de DES incluindo juros receptíveis
Outro Investimento (Passivos) – Alocações totais de DES incluindo juros pagáveis



PINTURA A ÓLEO SOBRE TELA DE **MALANGATANA**(PORMENORES)



SISTEMA FINANCEIRO





1. INTRODUÇÃO

O Banco de Moçambique é a autoridade de supervisão das instituições de crédito e sociedades financeiras que operam no País, incluindo a bolsa de valores, estando esta actividade orientada para a prevenção e minimização de ocorrência de factores que podem perturbar o bom funcionamento, a saúde e o equilíbrio do sistema financeiro, para além de concorrer para a promoção da confiança do público nos produtos e serviços que as instituições oferecem e o aumento e consolidação da competitividade entre os operadores.

O presente capítulo sintetiza os desenvolvimentos internacionais e domésticos em matéria de supervisão bancária e avalia o desempenho do sistema bancário durante o ano de 2009. A análise do desempenho do sistema bancário baseia-se na informação contabilística e prudencial agregada, submetida pelas instituições sujeitas à supervisão do Banco de Moçambique.

2. DESENVOLVIMENTOS NO SISTEMA BANCÁRIO

A conjuntura mundial do ano de 2009 continuou a ser marcada pela crise económica e financeira ao nível global, despoletada em 2007 e que levou a que os governos e bancos centrais do mundo inteiro tomassem um conjunto de medidas para amortecer os seus efeitos sobre as suas economias e consequentemente a economia mundial. Não obstante nos finais do ano em revista serem mais animadoras as perspectivas de recuperação da actividade económica nas principais economias, os seus efeitos continuaram visíveis, quer a nível do sector real como do financeiro.

A crise financeira mundial não teve impacto directo sobre as instituições bancárias a operar no mercado moçambicano, tendo-se o sistema mantido estável e robusto. Isto deveu-se por um lado, ao facto de as instituições de crédito que operam no País apresentarem um baixo grau de exposição aos activos que desencadearam a crise, como também pelo facto de a maioria das instituições possuírem um nível de capitalização adequado para assumir perdas decorrentes dos activos em carteira, medidos pelo rácio de solvabilidade, que alcançou cifras confortáveis, ao fixar-se em 15,1% em Dezembro de 2009, contra 13,9% em Dezembro de 2008.

Adicionalmente, as medidas que têm sido tomadas do ponto de vista regulamentar, a atitude prudente na tomada de riscos pelas instituições, acompanhada de acções de vigilância permanente ao sistema pelo Banco de Moçambique, contribuíram para a manutenção da estabilidade do sector financeiro nacional.

Esperava-se que o advento e a persistência da turbulência nos mercados financeiros internacionais e a deterioração da actividade económica mundial pudessem condicionar, ainda que em menor grau, a evolução dos fundos próprios totais em algumas instituições, em

resultado da contracção de empréstimos subordinados no mercado internacional, situação que não se verificou, mercê dos lucros substanciais que as instituições financeiras lograram alcançar, o que lhes permitiu reforçar os fundos próprios, e, por conseguinte, reforçar a sua capacidade de suportar choques adversos sobre o seu balanço e conta de resultados.

Esperava-se igualmente que, à semelhança do que se registou em algumas economias directa ou indirectamente afectadas pela crise, o sistema bancário registasse incrementos substanciais nos níveis de incumprimentos, especialmente pelas empresas internacionalmente expostas, cujo volume de negócio depende em larga medida, da actividade económica internacional. Com efeito, os níveis de incumprimento mantiveram-se relativamente baixos, tendo o rácio do crédito vencido em percentagem da carteira total diminuído de 1,9% em Dezembro de 2008 para 1,8% em Dezembro de 2009.

Outro facto digno de realce é o processo de expansão da rede de balcões pelos distritos, no quadro da estratégia de alargamento de serviços financeiros às zonas menos favorecidas do país, mas também no interesse próprio das instituições de expandirem a sua base de clientes e explorar novos nichos de mercado. Esta tendência foi generalizada, acompanhada por um conjunto de inovações seja no desenho de produtos financeiros, como na infraestrutura de suporte.

3. PRINCIPAIS ACTIVIDADES REALIZADAS PELO BANCO DE MOÇAMBIQUE NA ÁREA DE SUPERVISÃO BANCÁRIA

3.1. Desenvolvimentos no Quadro Regulamentar

No decurso de 2009 prosseguiu-se com o reforço do quadro regulamentar para as instituições de crédito e sociedades financeiras, tendo sido publicado o Aviso nº5/GBM/2009, de 10 de Junho, que estabelece o regime das comissões e outros encargos e regulamenta o dever de informação que incumbe às instituições de crédito e sociedades financeiras, instruindo a facultação aos utentes dos serviços financeiros dos preços e condições dos serviços e produtos que contratam, e a promoção da transparência e da concorrência na fixação das referidas comissões e outros encargos.

Na sequência deste Aviso referido, foi publicada a Carta Circular nº 2/SFA/2009, de 4 de Setembro de 2009, sobre a necessidade de remessa da Informação sobre às comissões e outros encargos ao Banco de Moçambique.

3.2. Licenciamento

Em 2009, o Banco de Moçambique autorizou a constituição de cinco instituições de crédito (um banco, que terá a sede na Cidade de Maputo, um microbanco, que terá a sede no distrito de Caia, uma instituição de moeda electrónica com sede na Cidade de Maputo e duas cooperativas de crédito nas cidades de Nampula e Nacala, respectivamente) e duas casas de câmbio, em Xai-Xai e Cidade de Maputo, respectivamente. As duas cooperativas autorizadas serão as primeiras a estabelecer-se na região norte do país.

Adicionalmente, foi autorizada a inscrição de cinco organizações de poupança e empréstimo (uma no distrito de Chókwè e quatro em igual número de distritos da província de Cabo Delgado) e vinte e três operadores de microcrédito nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Zambézia, Cabo Delgado e Cidade de Maputo, respectivamente.

Em relação à composição do sistema, entraram em actividade dois microbancos autorizados em 2007, com sedes no distrito de Bárue e Cidade de Maputo, respectivamente, uma casa de câmbio localizada na Cidade de Maputo, cinco organizações de poupança e empréstimo e vinte e três operadores de microcrédito. Com efeito, o número de microbancos, organizações de poupança e empréstimo e operadores de microcrédito em actividade elevou para 3, 9 e 95, respectivamente (Quadro 25).

Quadro 25 **Evolução do sistema bancário**

Tipo de Instituição	2009	2008	Variação
Bancos	14	14	0
Microbancos	3	1	2
Cooperativas de Crédito	6	6	0
Sociedades de Locação Financeira	1	1	0
Sociedades de Investimento	1	1	0
de Crédito	1	1	0
Casas de Câmbio	20	22	-2
Organizações de Poupança e Empréstimo	9	4	5
Operadores de Microcrédito	95	72	23

No que respeita à expansão da rede bancária, foi autorizada a abertura de 58 agências de bancos em todas as províncias do país e duas agências de cooperativas de crédito em Chimoio e Boane, tendo o número de agências autorizadas de bancos e cooperativas de crédito elevado de 343 para 401, e de 12 para 14, respectivamente, de Dezembro de 2008 para Dezembro de 2009 (Quadro 26).

Quadro 26 **Evolução de agências autorizadas de bancos**

Província	2009	2008	Variação
Cidade de Maputo	157	146	11
Província de Maputo	34	32	2
Gaza	24	19	5
Inhambane	29	21	8
Sofala	37	32	5
Manica	21	16	5
Tete	20	17	3
Zambézia	17	14	3
Nampula	42	32	10
Cabo-Delgado	10	8	2
Niassa	10	6	4
Total	401	343	58

De referir que no mesmo período, o número de agências de bancos em funcionamento aumentou de 297 para 352, tendo em resultado havido uma ligeira redução da assimetria existente na distribuição da rede bancária, uma vez que maior parte das agências foi aberta fora da cidade de Maputo (vide Quadro 27).

Quadro 27 **Evolução de agências de bancos em funcionamento**

Província	2009	2008	Variação
Cidade de Maputo	135	128	7
Província de Maputo	32	30	2
Gaza	24	17	7
Inhambane	27	18	9
Sofala	33	31	2
Manica	17	14	3
Tete	19	11	8
Zambézia	16	11	5
Nampula	31	24	7
Cabo-Delgado	9	7	2
Niassa	9	6	3
Total	352	297	55

Um aspecto a destacar é o facto de o número de distritos cobertos pela rede bancária ter elevado para 51, o que corresponde a um acréscimo de 17 distritos em relação à situação em Dezembro de 2008.

Ainda no decurso do ano de 2009 foram revogadas licenças de 2 casas de câmbio que operavam nas cidades de Quelimane e Maputo.

Caixa 4 **Evolução do Sistema Nacional de Pagamentos**

Os meios alternativos de pagamentos em Moçambique são, no geral, constituídos por: (i) compensação electrónica, composta por cheques e ordens de transferência, e (ii) banca electrónica, composta por ATMs e POSs, em que se utilizam cartões de débito e de crédito.

Durante o ano de 2009, a evolução dos instrumentos do Sistema Nacional de Pagamentos (SNP) foi caracterizada pelo aumento do volume das operações e dos montantes transaccionados pelos utentes do sistema bancário. A informação disponível referente ao período em referência mostra que:

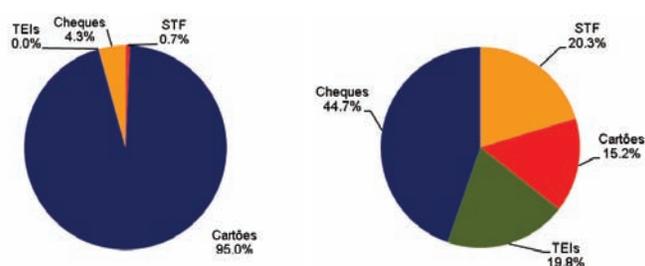
- Comparativamente a 2008, o volume e o valor acumulado de cheques usados registaram um aumento de 3.4% e 24.8%, respectivamente, reflectindo uma maior preferência pela utilização deste instrumento de pagamentos para a liquidação de transacções realizadas internamente entre diferentes agentes económicos, particularmente de grandes montantes. As ordens de transferência aumentaram em 34.8% tendo, no entanto, registado uma diminuição do respectivo valor em 7.8%.
- O número de Caixas Automáticas (ATMs) instaladas e em funcionamento cresceu em 20.6%, para um total de 620 unidades, dos quais, 49% na cidade e província de Maputo, seguido de Sofala e Nampula com 9% e 8%, respectivamente. No mesmo período, o número de POSs incrementou em 13.8%, para um total de 4,668 unidades a nível nacional, dos quais 71% se encontram na cidade e província de Maputo, seguido de Sofala com 7%, Inhambane e Nampula com 5%.
- Em 2009 foram efectuados 38.1 milhões de transacções através das ATMs, contra 30.7 milhões em 2008, o que traduz um crescimento de 19.6%. Em relação aos pagamentos electrónicos (POSs) o volume total de transacções incrementou em 18.2% em relação ao ano anterior para 4.4 milhões. Destacar que cerca de 99% das transacções efectuadas em ATMs destinaram-se a levantamentos de numerário e consulta de saldos, indicando que estes meios continuam a ser usados basicamente para satisfazer a procura pelo numerário, contrariamente ao que ocorre ao nível internacional em que estes meios são utilizados mais para outros tipos de pagamentos.
- O volume de cartões electrónicos emitidos internamente aumentou em 17%, passando para 1.5 milhões, dos quais 95.1% são de débito e o remanescente de crédito.
- Em termos líquidos, o número de contas de particulares cresceu 34.8% em 2009, correspondente à abertura de 485 mil novas contas, para um total nacional de 1.88 milhões de contas de particulares, das quais, 96.2% estão em moeda nacional e apenas 3.8% em moeda estrangeira.
- Foram realizadas através do cartão de débito em POSs e ATMs 40.7 milhões de operações num total de 54,346 milhões de MT, o equivalente a um valor médio de 1,335 MT por movimento, contra uma média de 1,228 MT em 2008. Nos cartões de crédito a média por operação foi de 1,929 MT num total de 1.8 milhões de movimentos efectuados no ano, contra a média de 1,951 MT das 1.9 milhões de operações em 2008.
- À semelhança do ano anterior, as transacções médias por cartões (em ATMs e POSs) foram inferiores às efectuadas com recurso às transferências por via do sistema de Compensação Electrónica (CEL) e Sistema de Transferência de Fundos (STF), tendo em conta que os últimos são utilizados para as operações do Estado.

Evolução dos Subsistemas do Sistema Nacional de Pagamentos, valores

	2007	2008	2009	% do Total		
				2007	2008	2009
Compensação Electrónica						
Cheques						
Volume	1,748,060	1,846,746	1,909,560	97.4	91.9	89.8
Valor	136,054	164,657	205,537.90	73.5	69.3	75.3
Ordens de Transferência						
Volume	105,412	161,820	218,060	2.6	8.1	10.2
Valor	49,065	72,947	67,255	26.5	30.7	24.7
Banca Electrónica						
Redes						
	5	5	5			
ATMs						
	431	514	620			
POSs						
	3,645	4,103	4,668			
Transacções Efectuadas						
ATM – C. de Débito						
Volume	25,222,386	29,950,071	37,256,764	97.4	97.5	97.8
Valor	27,468	36,269	48,939	84.9	96.6	97.1
ATM – C. de Crédito						
Volume	664,806	753,232	834,485	2.6	2.5	2.2
Valor	4,896	1,282	1,455	15.1	3.4	2.9
POS – C. de Débito						
Volume	1,843,536	2,550,749	3,458,615	71.1	68.8	78.6
Valor	2,418	3,647	5,407	57.1	59.8	72.8
POS – C. de Crédito						
Volume	750,888	1,157,926	941,000	28.9	31.2	21.4
Valor	1,816	2,447	2,018	42.9	40.2	27.2
Volume de Cartões						
De Débito						
	1,021,763	1,237,197	1,438,047	95.3	95.8	95.1
Dos quais, Visa						
	936,716	1,189,704	743,170			
De Crédito						
	50,308	54,697	73,320	4.7	4.2	4.9
Dos quais, Visa						
	50,308	54,697	24,300			
Quantidade de Contas						
Em MN						
	1,237,548	1,395,440	1,880,513	100.0	100.0	100.0
Em ME						
	1,161,840	1,321,263	1,809,319	93.9	94.7	96.2
Em ME						
	75,708	74,177	71,194	6.1	5.3	3.8
STF						
Volume						
	134,266	340,553	305,294			
Valor						
	48,578	54,124	176,854			

Fonte: DEP-BM

Constata-se que em termos de volume transaccionado, as operações com cartões de crédito e de débito foram as mais preponderantes, totalizando 94.6% dos meios totais de pagamentos no ano, seguido das operações com cheques, com uma participação de 4.3%. Por seu turno, em termos de valor transaccionado, as operações com cheques foram responsáveis por 40.5% dos pagamentos totais efectuados no país seguidas das transferências de fundos pelo Estado (STF) com um peso de 34.9%.



Peso dos Instrumentos nos Meios de Pagamentos (volum) Peso dos Instrumentos nos Meios de Pagamentos (valor)

Outros indicadores do sistema financeiro indicam que, em 2009:

- A taxa de cobertura dos distritos pela rede de balcões aumentou para cerca de 40%;
- A quantidade de contas bancárias em moeda nacional cresceu em 10.2%;
- A cobertura média de cada agência foi de 2,271 km², contra 2,629 km² em 2008;
- Cada balcão cobria 57 mil habitantes, contra 68 mil habitantes em 2008.

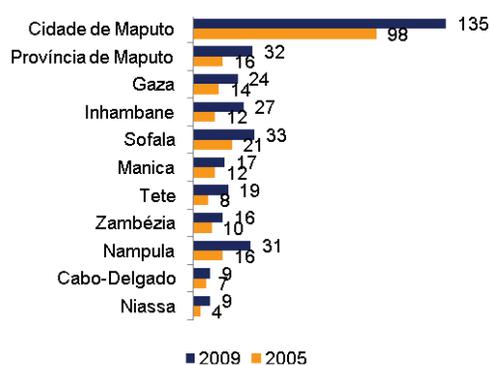
Caixa 5 **Bancarização da Economia e Aprofundamento do Sector Financeiro Nacional**

O desafio de bancarização da economia, lançado pelo Banco de Moçambique em 2007, tem em vista levar os serviços financeiros às zonas mais desprovidas dos mesmos, garantido o acesso de uma parte considerável da população de Moçambique ao mesmo tempo que se criam condições para estimular a poupança e o investimento.

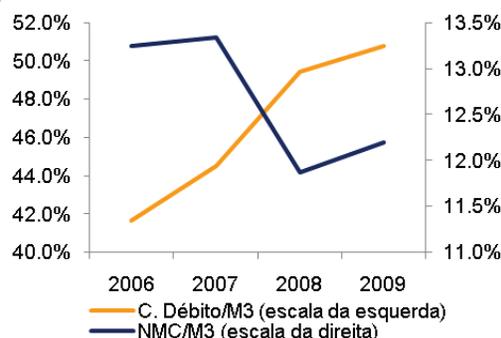
Para a materialização deste objectivo várias medidas de incentivo foram aprovadas, nomeadamente, ao nível do Banco de Moçambique, que incluem, entre outras, (i) a abertura de agência em cinco principais cidades do país e (ii) a consideração da caixa das agências dos bancos comerciais em zonas rurais para efeitos de constituição de ROs, o que permite libertar liquidez para outro tipo de aplicações incluindo expansão do crédito e reduzindo o custo implícito de manutenção de reservas; e ao nível do Governo, onde pontificam (i) os benefícios fiscais e desenvolvimento de infra-estruturas; (ii) apoio institucional, que consiste no co-financiamento às instituições de micro finanças e aos bancos na introdução de produtos adequados ao meio rural, bem como (iii) a criação, pelo Governo do Programa de Apoio às Finanças Rurais (PAFR), visando o apoio técnico às instituições financeiras nas zonas rurais, donativos para o investimento inicial para aquisição/modernização e apetrechamento das instalações e linhas de crédito para a expansão da actividade creditícia nas zonas rurais.

No XXXIV Conselho Consultivo do Banco de Moçambique, realizado em Maputo, em Janeiro de 2010, foi feito um balanço do processo de extensão dos serviços financeiros para as zonas rurais do país, bem como a avaliação da importância das infra-estruturas de comunicação e energia no processo. A informação disponível mostra a seguinte evolução desde o lançamento da estratégia até Dezembro de 2009:

- O número de instituições bancárias em funcionamento no país incrementou de 12 para 14 bancos, ao mesmo tempo que o sistema passou a contar com 3 novos micro bancos, 9 organizações de poupança e empréstimo.
- O total de operadores de microcrédito licenciados e em exercício incrementou em 39 novas unidades para um total de 96 instituições.
- O número de agências de bancos em funcionamento incrementou em 134 unidades (61.5%) para 352 em todo o país de um total de 401 autorizadas.
- O número de distritos com agências bancárias aumentou em 23 (82%) para 51, o que representa uma taxa de cobertura de cerca de 40%.
- O total de ATM's e POS's aumentou para 620 e 4,668 contra os 382 e 3,248, respectivamente.



Evolução do Número de Balcões



Liquidez e Meios Alternativos de Pagamentos

Para além do aumento do número de instituições e da rede de balcões de bancos, a estratégia de bancarização do país conta, igualmente, com o aumento da disponibilidade de meios alternativos, designadamente, os instrumentos electrónicos, que possibilitem a prestações de serviços financeiros básicos sem a necessidade de instalação física de uma agência bancária. Com efeito, a disponibilidade desses meios tem vindo a concorrer para o aprofundamento do subsistema de pagamentos e, conseqüentemente, a redução do peso das notas e moedas em circulação na realização de transacções comerciais e no total de meios de pagamento disponíveis no país.

Conforme ilustrado no gráfico, o aumento das caixas automáticas e dos terminais de pagamento automático nos postos de venda tem vindo a ser acompanhado por uma tendência de redução da taxa de preferência de liquidez pura, por parte do público, medida pela relação entre o saldo das Notas e Moeda em poder do público e a massa monetária (NMC/M3).

A preferência de liquidez reduziu de 13.2% em Dezembro de 2006, para 12.2% em Dezembro 2009, ao mesmo tempo que o peso dos valores movimentados através dos cartões de débito vem aumentando continuamente no tempo, tendo o rácio entre os valores pagos através de cartões de débito em relação à massa monetária (valores pago por cartão/M3), incrementado o seu peso relativo, na liquidação de transacções em Moçambique de 41.7% em Dezembro de 2006 para 50.8% em Dezembro de 2009.

A tendência de queda do rácio NMC/M3, conjugada com a evolução das taxas de poupança financeira e de financiamento bancário, resumidas no quadro abaixo, mostram que o sector financeiro moçambicano tem ao longo dos últimos anos, aumentado a sua expansão territorial, ao mesmo tempo que tem conhecido um maior aprofundamento e desenvolvimento, factores importantes para a promoção do crescimento da produção e conseqüentemente o almejado desenvolvimento económico. Efectivamente, o aumento da poupança financeira, aliado ao crescimento contínuo da taxa de transformação, tem permitido uma maior capacidade de financiamento bancário à actividade produtiva, medida pelo Produto Interno Bruto, que cresceu de cerca de 13% em Dezembro de 2005 para 27.5% em Dezembro de 2009.

	Poupança Financeira		Taxa de Transformação	Financiamento Bancário
	DTs/PIB	DPs/PIB	CE/DT	CE/PIB
2005	24.8	6.9	53.0	13.2
2006	26.0	7.5	56.5	14.7
2007	28.8	9.0	53.1	14.9
2007	29.7	11.1	63.3	18.8
2009	36.2	12.8	76.0	27.5

Depreende-se, pois que, a bancarização da economia, não só tem permitido o alargamento da disponibilidade dos serviços financeiros na economia nacional, como também tem concorrido para o aumento da intermediação financeira, bem assim, o aprofundamento do sector, factores importantes para a sua maior contribuição para o desenvolvimento da economia e do próprio sector.

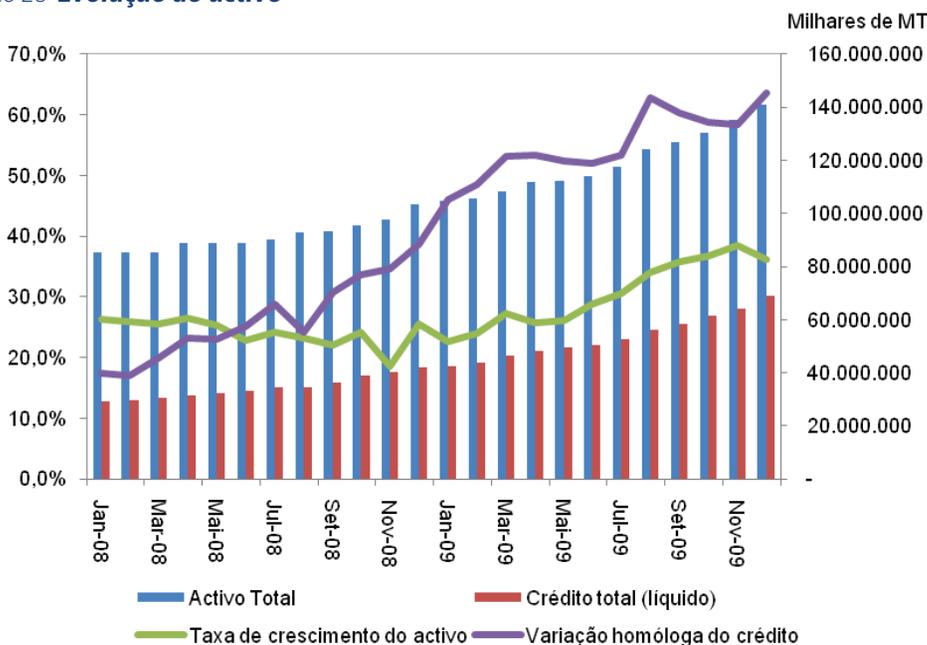
4. DESEMPENHO DO SISTEMA BANCÁRIO

4.1. Estrutura Patrimonial

Evolução e Estrutura do Activo¹⁸

A actividade bancária avaliada pelo activo total em base consolidada evidenciou um crescimento assinalável de 36,1% face a Dezembro de 2008 (Gráfico 28), incremento justificado pelo aumento significativo da carteira de crédito, que reflecte o crescente dinamismo que se assiste no mercado de crédito, principalmente para particulares, que nos últimos tempos tem registado taxas de crescimento significativas quando comparadas com a parte destinada para outros sectores de actividade, num contexto em que as condições de acesso ao mercado internacional ainda estavam condicionadas pelos efeitos da crise financeira. Desde o início do ano, a evolução do activo tem evidenciado uma trajectória crescente tendo atingido o pico em Novembro de 2009, ao expandir em 38,4%, valor mais alto nos últimos cinco anos.

Gráfico 28 **Evolução do activo**

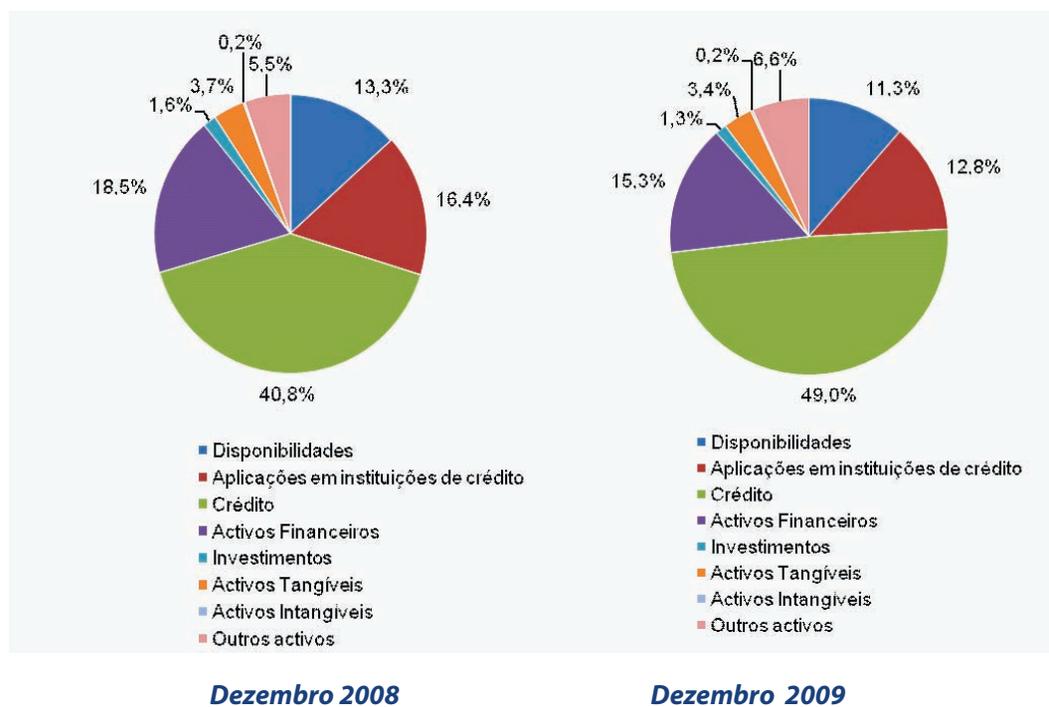


A carteira de crédito a clientes apresentou uma taxa de variação de 63,5%, a mais alta taxa de variação desde 2004, situação acompanhada pelo aumento substancial da sua importância na estrutura do activo, que passou de 40,8% em Dezembro de 2008, para 49,0% em Dezembro de 2009, totalizando 69.022 milhões de Meticals (Gráfico 29).

Apesar de registar uma evolução acentuada em termos absolutos, o peso do crédito em moeda estrangeira na carteira total mantém-se relativamente estável, mercê do maior dinamismo que se verifica no crédito em moeda nacional, que desde Abril de 2006 passou a representar mais de 50% do total da carteira de crédito total ao sector privado, situação igualmente favorecida pelos requisitos impostos pelo Aviso 5/GGBM/2005, de 20 de Maio nas operações de crédito em ME. Ainda assim, a procura pelo crédito em ME mostra-se ainda elevada, isso se consideradas as taxas de crescimento desta componente, que desde Agosto de 2008 foi superior às do crédito em MN, trajectória invertida apenas em Dezembro de 2009 (Gráfico 30).

¹⁸ Diferentemente da análise efectuada na parte macroeconómica deste mesmo relatório, neste capítulo, considera-se crédito total líquido ao total de empréstimos concedidos pelo sistema bancário a totalidade dos seus clientes, incluindo as outras IC's, entidades não residentes e ao Governo Central, deduzido o valor das provisões constituídas para o respectivo crédito.

Gráfico 29 **Estrutura do activo**

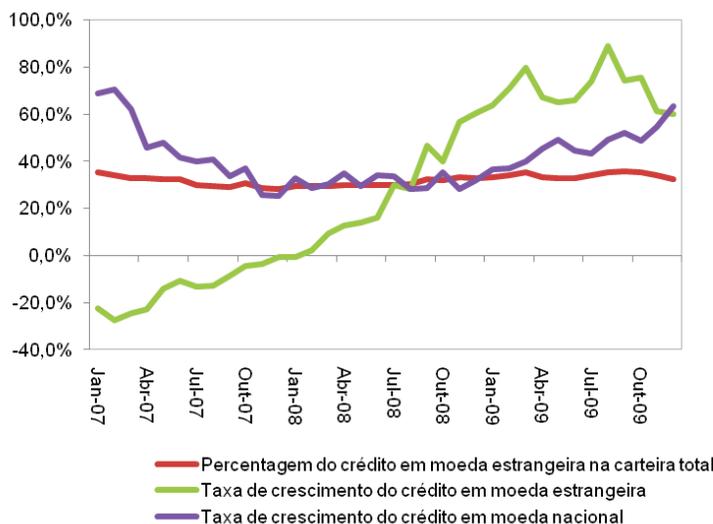


O valor dos activos financeiros¹⁹ aumentou 12,1%, totalizando 21.502 milhões de Meticais. O maior aumento verificou-se nos activos financeiros detidos para negociação que cresceram 312,4%, seguido dos activos financeiros disponíveis para venda que cresceram 7,3%. Não obstante a evolução favorável, a importância dos activos financeiros no activo total diminuiu de 18,5% em Dezembro de 2008, para 15,3% em Dezembro de 2009 (Gráfico 29), uma queda resultante do aumento expressivo da carteira de crédito. O investimento em títulos de dívida pública continua sendo a aposta de alguns bancos principalmente os que encontram dificuldades para se afirmarem no mercado de crédito ou os que são aversos ao risco. Outro factor associado à apetência de títulos por parte de alguns bancos é o facto de possuírem ponderação nula na computação do rácio de solvabilidade e taxas de juro atractivas.

Considerando a decomposição dos activos financeiros por tipos, os activos financeiros disponíveis para a venda continuaram a ser a maior componente desta carteira, apesar de o respectivo peso ter diminuído para 92,7% em Dezembro de 2008 (96,9% em Dezembro de 2008). Por sua vez, o peso dos activos financeiros detidos para negociação passou de 1,8% para 6,6% no mesmo período.

¹⁹ Os Bilhetes de Tesouro são o principal componente dos activos financeiros e dependendo da intenção da gestão, podem ser classificados como activos financeiros disponíveis para venda ou de negociação ou detidos até a maturidade.

Gráfico 30 **Evolução do crédito em moeda estrangeira e nacional**



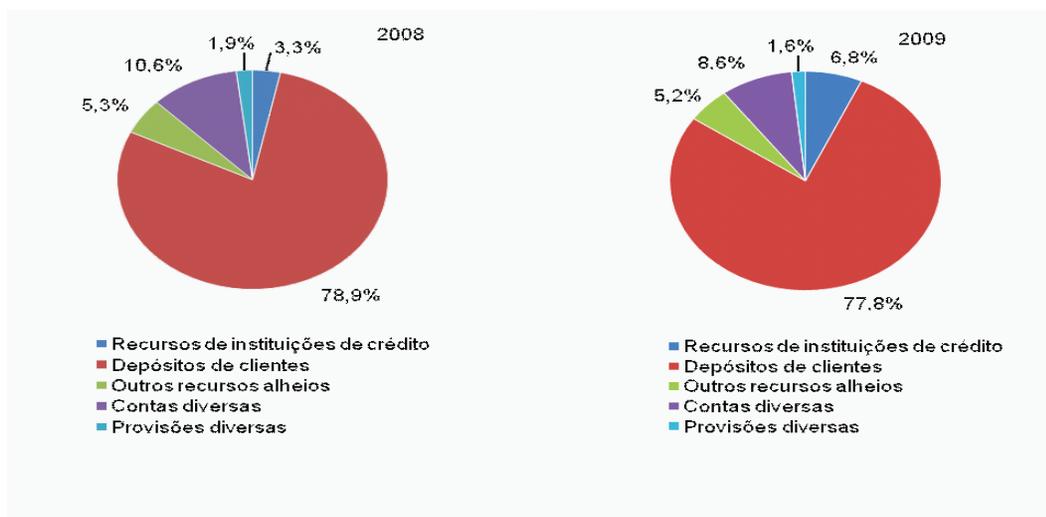
As aplicações em instituições de crédito aumentaram 6,7%, face a Dezembro de 2008. Esta evolução não foi suficiente para aumentar sua contribuição no activo total e decorre principalmente do aumento das aplicações em instituições de crédito no estrangeiro, que cresceram 14,6%, sendo que a maior parte encontra-se sob a forma de depósitos a prazo em outras instituições de crédito no estrangeiro e ao longo de 2009 apresentaram uma trajectória crescente, contrariando assim a tendência de 2008.

Passivo²⁰

Os depósitos de clientes continuaram sendo o maior passivo no balanço das instituições de crédito e ao mesmo tempo, principal fonte de financiamento da actividade bancária apresentando uma taxa de crescimento de 35,3% em 2009, comparativamente ao saldo apurado no fecho de 2008. Este aumento é resultado não só da expansão da rede de agências, que tem permitido às instituições alargarem sua base de clientes, mas também das campanhas publicitárias de captação de poupanças que algumas instituições têm empreendido.

A estrutura dos depósitos não registou alterações significativas, mantendo assim a tendência que se vem registando desde Dezembro de 2003 (Gráfico 31), onde os depósitos à ordem continuam a ser a principal componente, tendo a sua evolução em 2009 sido determinante para o crescimento registado nos depósitos totais (Gráfico 32 e Gráfico 33).

Gráfico 31 **Estrutura do passivo exigível**



²⁰ São considerados por depósitos de clientes, neste capítulo, aos fundos aplicados no sistema bancário pela totalidade dos seus clientes, incluindo outros bancos, Governo Central e agentes não residentes.

Nota-se, todavia, que em 2009 a desaceleração dos depósitos a prazo resultou num crescimento acentuado dos depósitos à ordem, o que permitiu consolidar o seu peso na estrutura dos depósitos totais, que passou de 66,1% em Dezembro de 2008, para 68,3 % em Dezembro de 2009 (Gráfico 32). Os depósitos com pré-aviso e outros depósitos continuaram com um peso residual na estrutura dos depósitos (Gráfico 33).

Gráfico 32 **Evolução dos depósitos a ordem e a prazo**

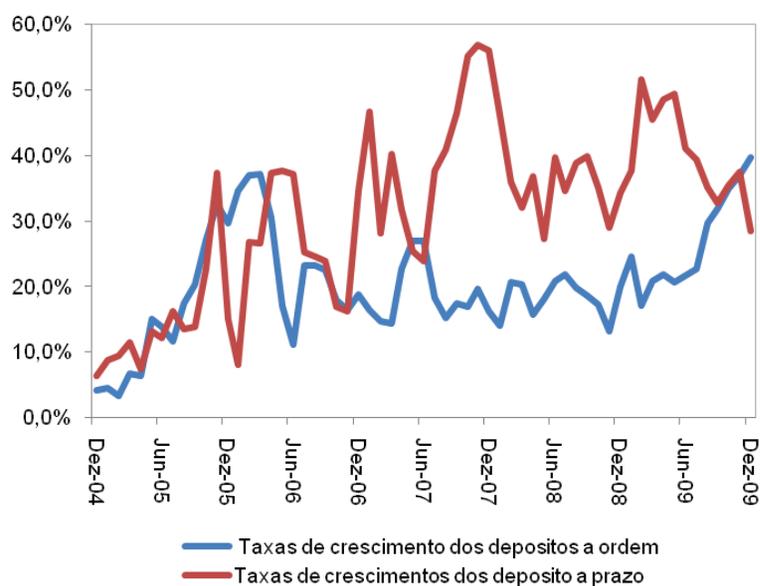
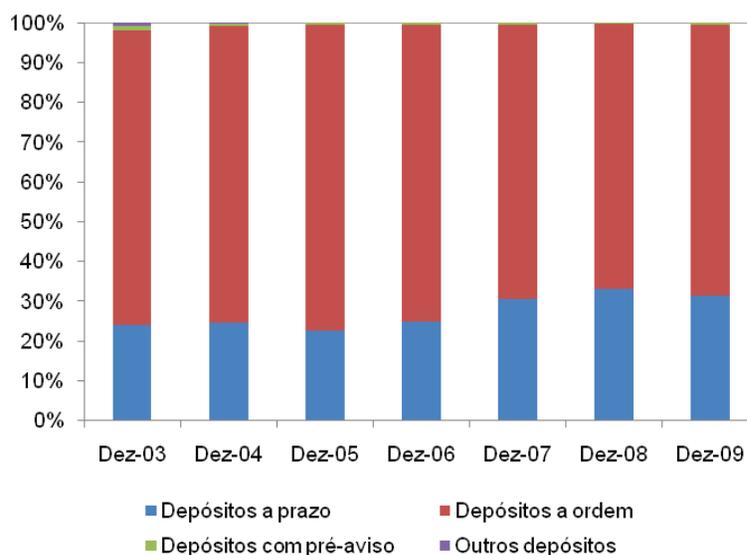
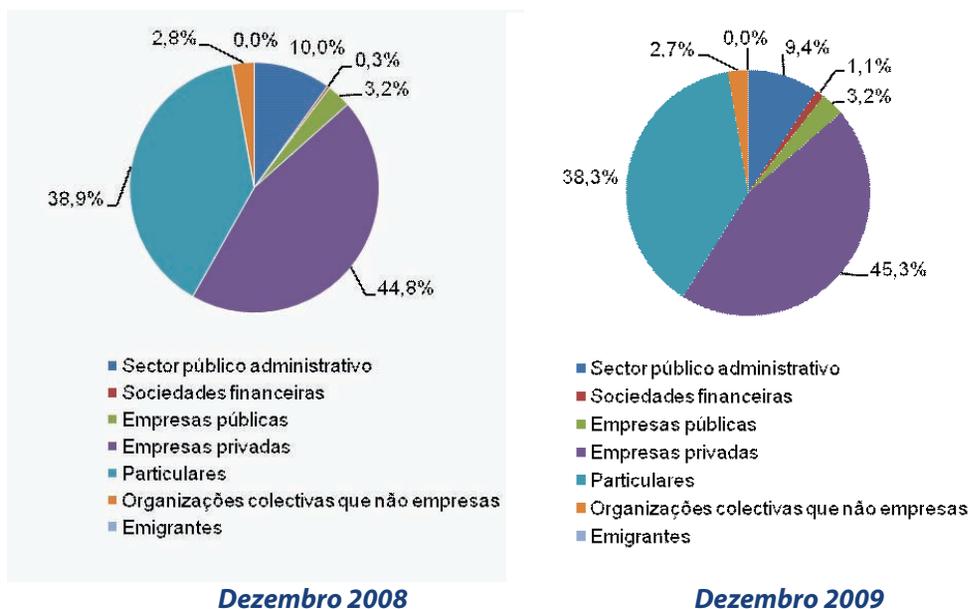


Gráfico 33 **Estrutura dos depósitos**



Quanto aos depósitos de residentes, a estrutura revela que não houve alterações significativas. Os depósitos de empresas privadas continuaram a representar a maior componente na estrutura dos depósitos e no período em análise totalizaram 44.213 milhões de Meticais, o que representa 45,3% dos depósitos de residentes (Gráfico 34). Apesar de terem aumentado em 33,4%, o peso dos depósitos de particulares na estrutura dos depósitos de residentes manteve-se praticamente inalterado (Gráfico 34).

Gráfico 34 **Estrutura dos depósitos de residentes**



Os recursos de outras instituições de crédito apresentaram um crescimento de 179,7 % face Dezembro de 2008, passando a representar 6,8% do passivo exigível (Gráfico 31). Esta evolução reflecte não só aumentos de recursos obtidos junto de instituições de créditos no país, mas também de instituições de crédito no estrangeiro. Estes últimos resultam essencialmente de variações nos depósitos a prazo de instituições de créditos do estrangeiro e dos empréstimos contraídos juntos das mesmas.

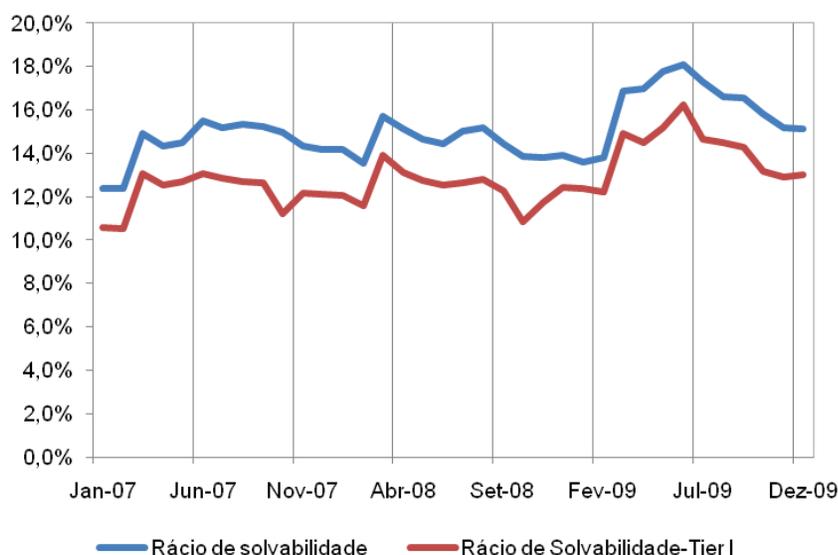
A rubrica de capital e reservas totalizou 10.024 milhões de Meticais, o que corresponde a um aumento de 35,9% em relação a Dezembro de 2008, a reflectir aumentos de capital e de outras reservas resultantes de resultados não distribuídos.

4.2. Solvabilidade

De acordo com o actual quadro regulamentar, as instituições de crédito devem manter a todo momento um rácio de solvabilidade não inferior a 8%, nível considerado adequado e importante para a estabilidade do sistema bancário, pois permite que as instituições absorvam quaisquer perdas que possam resultar de choques adversos sobre seu balanço, continuando a desempenhar o papel de intermediação financeira.

Em 2009, o rácio de solvabilidade do sistema bancário situou-se em 15,1% após 13,9% em Dezembro de 2008 (Gráfico 35). Esta subida deveu-se ao aumento dos fundos próprios totais (39,2%) numa proporção maior que a dos activos ponderados (27,9%). Considerando apenas os fundos próprios de base – Tier I – o rácio de solvabilidade registou uma melhoria de 0,6 pp. Entretanto, as duas grandezas apresentam trajectórias relativamente similares, o que evidencia uma forte dependência do rácio de solvabilidade as variações nos fundos próprios de base (Gráfico 35).

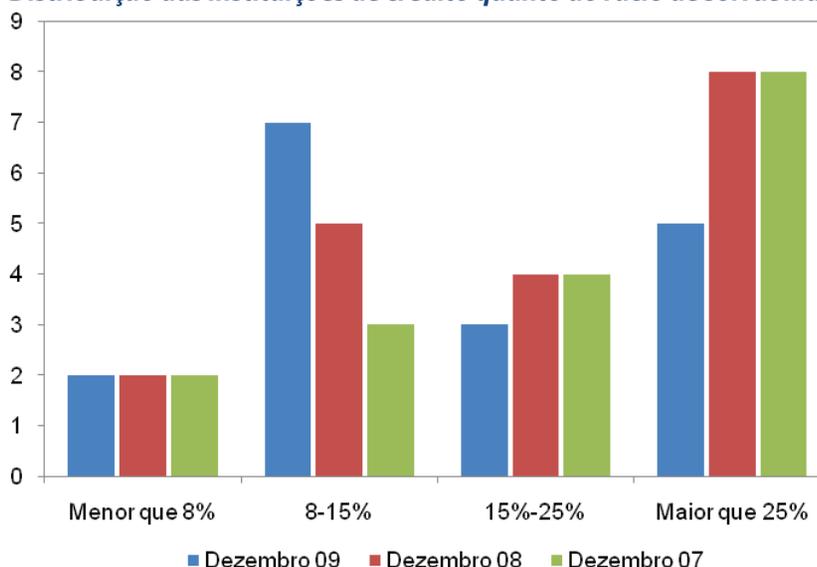
Gráfico 35 **Rácio de Solvabilidade**



À semelhança de anos anteriores, em 2009, o crescimento registado nos fundos próprios totais beneficiou do aumento dos fundos próprios de base em 34,3% (2.377 milhões de Meticais) e dos fundos próprios complementares em 81,5% (772.130 milhões de Meticais). Por sua vez, o aumento dos fundos próprios de base relacionou-se com aumentos de capital concretizados por algumas instituições de crédito, sobretudo no segundo trimestre do ano, num montante de 781.637 milhões de Meticais (+22,3% que Dezembro de 2008) e do aumento de reservas provenientes da não distribuição de resultados em 1.478 milhões de Meticais (mais 38,1% que o registado em Dezembro de 2008). O aumento dos fundos próprios complementares esteve relacionado com o acréscimo do valor de empréstimos subordinados decorrentes não só da contracção de novos empréstimos, mas também de variações cambiais. Contribuíram negativamente para a variação dos fundos próprios, o incremento dos resultados negativos e de imobilizado recebido em reembolso do crédito próprio.

Analisada a distribuição do rácio de solvabilidade pelas instituições de crédito, observa-se que um conjunto significativo de instituições apresentou rácio entre 8 a 15% e apenas duas instituições posicionaram-se abaixo do mínimo regulamentar (Gráfico 36), fazendo parte deste grupo instituições que se enquadram na categoria de cooperativas que durante 2009 estiveram sob acompanhamento rigoroso e foram objecto de algumas medidas de saneamento com vista a melhorar a situação de solvência.

Gráfico 36 **Distribuição das instituições de crédito quanto ao rácio de solvabilidade**



Outro rácio complementar ao rácio de solvabilidade e que tem merecido atenção nos últimos tempos é o rácio de alavancagem (*leverage ratio*). Este rácio estabelece a relação entre os fundos próprios de base e activos totais²¹ e fornece uma indicação da dimensão do financiamento dos activos pelos capitais próprios. Tal protagonismo decorre do facto de se ter constatado que um dos elementos principais que contribuiu para o escalar da crise financeira mundial foi o facto de muitos bancos possuírem uma alavancagem excessiva.

Gráfico 37 **Rácio de alavancagem (Leverage ratio)**



O gráfico 37 revela que em 2009 o rácio de alavancagem flutuou entre 6,4% e 8,3 %, tendo-se fixado em Dezembro de 2009 em 6,6% contra 6,8% registados em Dezembro de 2008. Estas cifras situaram-se em níveis superiores aos mínimos estabelecidos por algumas entidades supervisoras, como por exemplo a *Swiss Financial Market Supervisory Authority (FINMA)*, que definiu o mínimo de 3,0%²².

Em geral, os elevados níveis de capitalização evidenciados pelo rácio de solvabilidade e por outros indicadores de adequação de capital revelam que o sistema bancário continuou sólido e estável e que as perturbações que ocorreram no mercado financeiro internacional, não exerceram pressão palpável sobre os fundos próprios das instituições de crédito que operam no país, situação justificada pelo facto de estas não se encontrarem expostas aos activos que desencadearam a crise financeira. Adicionalmente, a predominância de instituições com rácio de solvabilidade acima de 8%, incluído os grandes bancos, confere ao sistema bancário maior capacidade para acomodar perdas de magnitude significativa sobre o balanço e conta de resultados, assegurando a sua função de intermediação financeira.

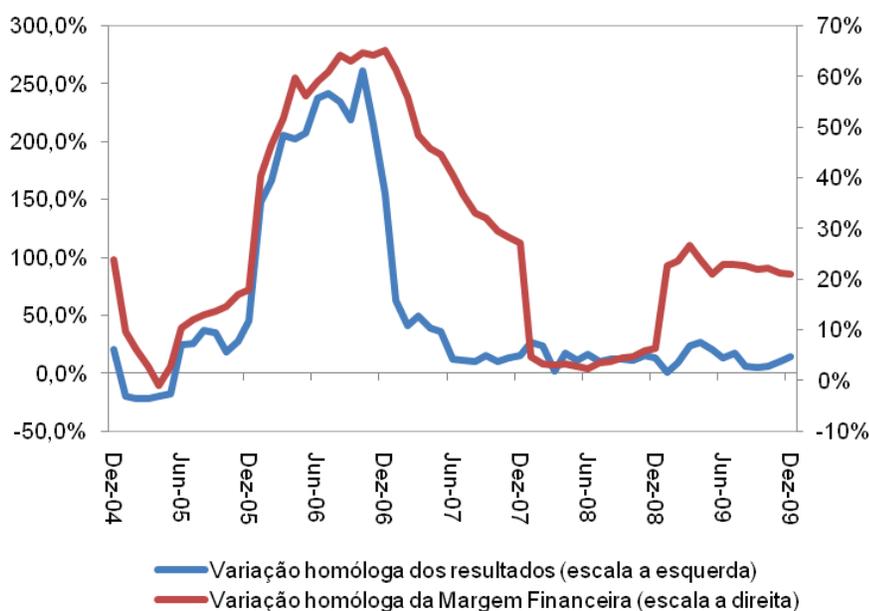
4.3. Rendibilidade

Os resultados do sistema bancário em base consolidado registaram um aumento de 14,7% contrariando assim a tendência que se vem registando em vários países, em que, devido à recessão económica os bancos no seu conjunto registaram diminuição dos lucros. Este crescimento reflecte o ambiente macroeconómico favorável a nível doméstico e a importância que este desempenha para actividade bancária.

²¹ Numa perspectiva mais rigorosa, aos activos deverão ser deduzidos os montantes referentes aos intangíveis para que sejam comparáveis aos fundos próprios de base que desde a introdução das Normas Internacionais de Relato Financeiro, passaram a ser incluídos como elementos negativos na computação dos fundos próprios de base.

²² Este valor mínimo ainda não é extensivo a todos os bancos a operarem na Suíça. Actualmente não existe um benchmark definido para este indicador e diferenças nos princípios contabilísticos e na fórmula de cálculo podem de alguma forma dificultar a comparação entre países.

Gráfico 38 **Variação homóloga dos resultados e da margem financeira**



Especificamente, o crescimento dos resultados do exercício teve subjacente a evolução favorável dos lucros em operações financeiras que cresceram 61,2%, da margem financeira em 20,9% e do crescimento dos custos operacionais em 27,0%. Uma análise da evolução homóloga dos resultados revela que nos últimos três anos, estes incrementaram a taxas bastante inferiores às registadas em 2005 e 2006 (Gráfico 38), um abrandamento associado, em parte, à desaceleração do ritmo de crescimento da margem financeira, resultante entre outros factores, do estreitamento do *spread* entre as taxas de juro de crédito e de depósitos, não suficientemente compensado pelo aumento do volume de fundos transacionados

A estrutura dos juros e proveitos equiparados revela que os activos de maior risco na estrutura do balanço apresentaram maior contributo na estrutura de juros. O crédito a clientes é o activo produtivo que apresenta maior contributo na estrutura dos juros e proveitos equiparados, pese embora este contributo não tenha aumentado em relação a 2008 (Gráfico 39). Os aumentos dos juros de activos financeiros em 34,8% e dos investimentos em 70,1% traduziram-se no acréscimo do respectivo peso na estrutura dos juros e proveitos equiparados, passando a representar 20,2% e 1,4%, respectivamente. O remanescente dos juros e proveitos equiparados resultou de vários outros activos com menor representatividade no balanço, destacando-se a diminuição do peso de juros provenientes de aplicações em outras instituições de crédito (Gráfico 39)

Gráfico 39 **Estrutura dos juros e proveitos equiparados**

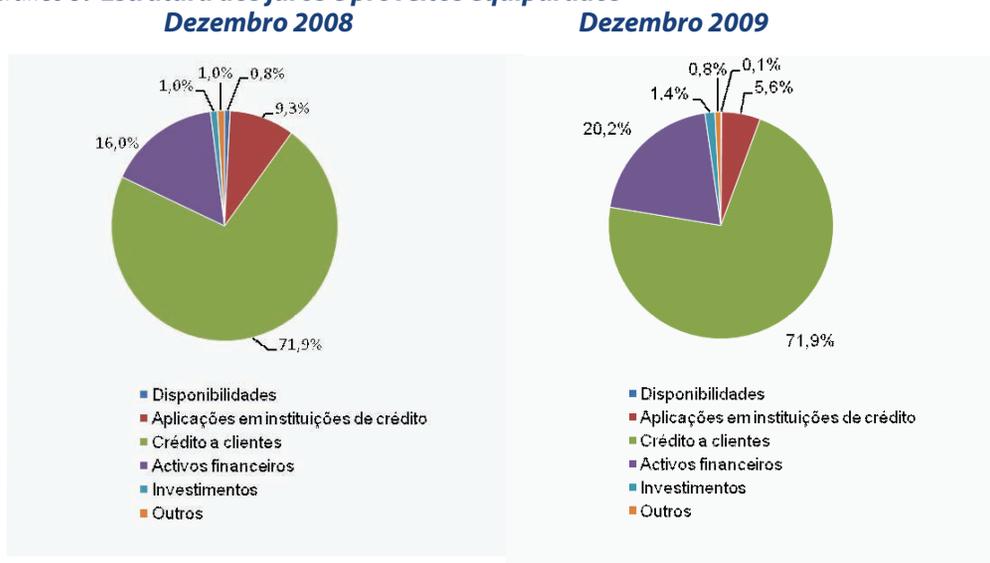
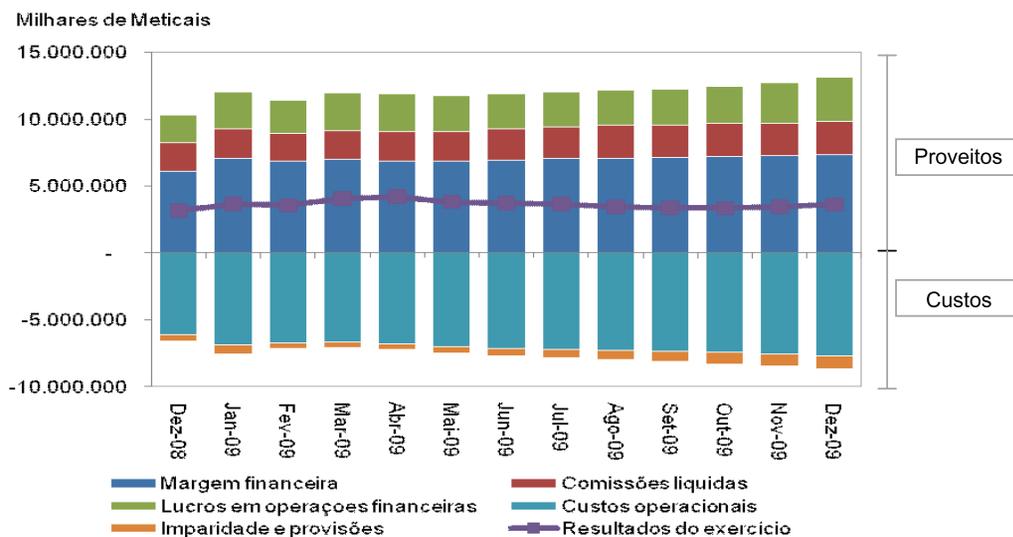


Gráfico 40 **Composição da conta de resultados**

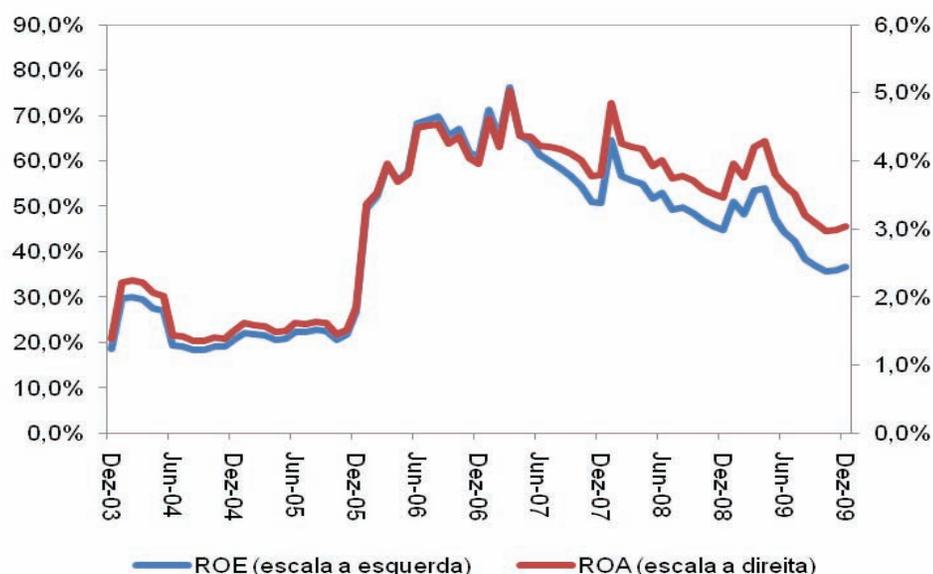


As comissões líquidas cresceram 14,0% face aos 2.162 milhões de Metcais registados em Dezembro de 2008 (Gráfico 41). Esta evolução não se traduziu no aumento de sua contribuição na formação do produto bancário e resultou essencialmente de comissões por prestação de serviços bancários como depósito e guarda de valores, transferência de valores, gestão de cartões e anuidades.

Os resultados em operações financeiras aumentaram 61,2%, contribuindo com 43,6% para o aumento do produto bancário. A depreciação do Metical face às principais moedas foi determinante para este aumento, dado que permitiu que algumas instituições realizassem ganhos substanciais decorrentes da reavaliação da posição cambial. Deste modo, o contributo dos resultados em operações financeiras no produto bancário aumentou de 19,7% em Dezembro de 2008, para 24,8% em Dezembro de 2009 (Gráfico 41). Há, no entanto, instituições cujo contributo dos lucros em operações financeiras no produto bancário excedem 50%.

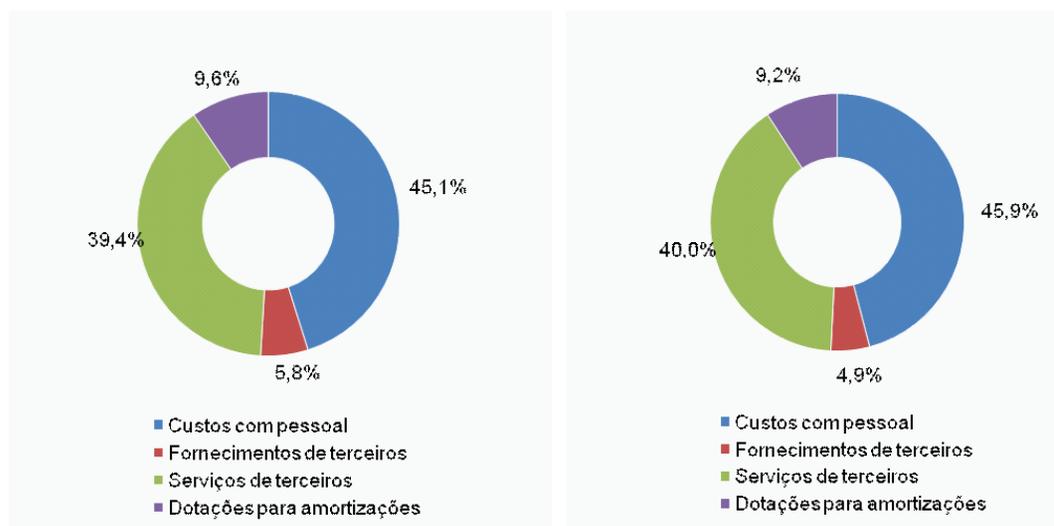
Em relação aos indicadores de rentabilidade, registou-se uma diminuição, mantendo-se assim a tendência descendente iniciada em finais do primeiro trimestre de 2007 (Gráfico 14). A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) diminuiu de 44,7% em Dezembro de 2008, para 36,7% em Dezembro de 2009. No mesmo período, a rentabilidade do activo médio (ROA) diminuiu de 3,5% para 3,0% (Gráfico 42). Esta tendência de queda deveu-se, entre outros factores, à desaceleração do crescimento da margem financeira, aumento do volume de crédito vencido, acumulação de prejuízos por parte de algumas instituições e crescimento acelerado dos custos operacionais resultantes da estratégia de expansão de vários bancos, caracterizado pela abertura de novas agências bancárias, facto que se tem traduzido no aumento de custos de investimento e empregados no sector.

Gráfico 41 **Rendibilidade**



Em 2009, os custos operacionais totalizaram 7.725 milhões de Meticais, o que corresponde a um aumento de 27,0%, contra um crescimento de 22,7% registado em 2008. Concorreu para o incremento desta categoria de custos a evolução das despesas com o pessoal (principal componente dos custos operacionais) em 29,3% resultantes dos aumentos registados na remuneração mensal de empregados, subsídios, encargos com fundos de pensões e transferência de pessoal. Com este acréscimo, o peso dos custos com o pessoal nos custos operacionais incrementou ligeiramente de 45.1% para cerca de 46% (Gráfico 43)

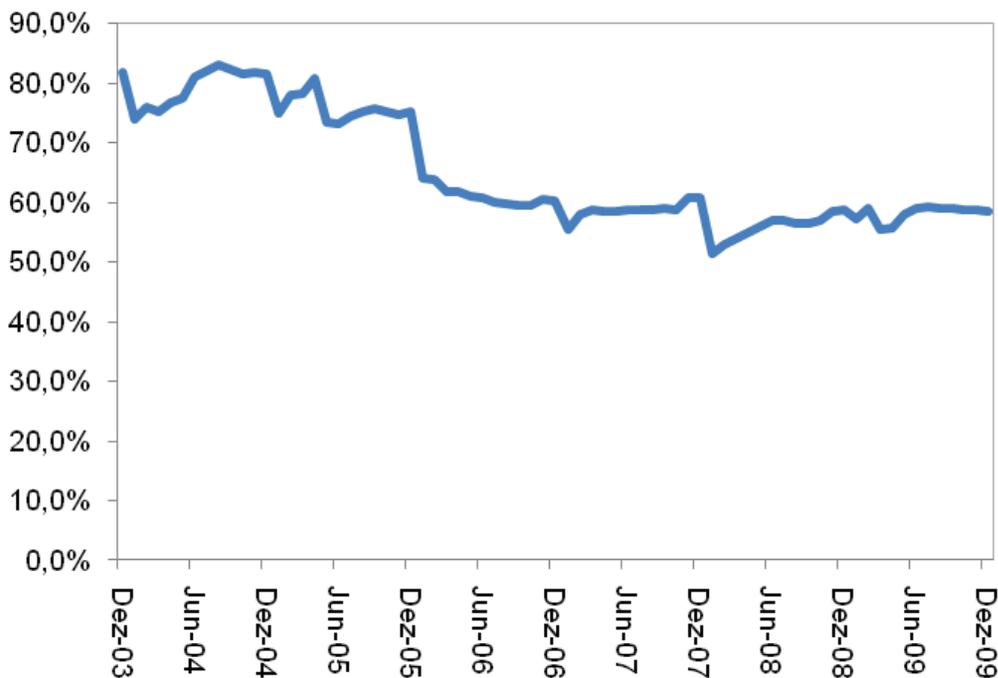
Gráfico 42 **Estrutura dos custos operacionais**



Os gastos gerais administrativos cresceram 25,9%, passando a representar 44,9% (42,5 % em Dezembro de 2008) do total dos custos operacionais totais. Este crescimento deveu-se essencialmente, a evolução das despesas com serviços de terceiros, nomeadamente serviços especializados, conservação e reparação, publicidade e edição de publicações.

Em 2009, a trajetória do rácio custos operacionais-produto bancário (*cost-to income*) manteve-se relativamente estável, pese embora, registasse pequenas flutuações no primeiro trimestre, tendo-se, no final de 2009 fixado em 58,4% (58,8% em Dezembro de 2008) (Gráfico 43). A distribuição do *rácio cost to income* pelas instituições de crédito, revela que algumas instituições, apresentam cifras inferiores à média do sistema bancário e outras, principalmente as que fazem parte do grupo das cooperativas de crédito e os bancos que operam no segmento de micro finanças, apresentam um rácio superior.

Gráfico 43 **Rácio de eficiência (cost-to-income ratio)**



Caixa6 **Perspectivas e Desafios do Banco de Moçambique na Area de Supervisão Bancária**

Os desafios que se colocam à supervisão prudencial enquadram-se no contexto geral de manter o sistema financeiro moçambicano competitivo, saudável e sólido. Está previsto um conjunto de acções com enfoque nos seguintes domínios:

- Melhoramento da base de dados da Central de Registo de Crédito (CRC) quer em termos de qualidade de informação como de volume, âmbito, tempestividade e acessibilidade;
- Prosseguir o processo de transição para a supervisão baseada no risco;
- Consolidação dos *core principles* para uma supervisão eficaz;
- Prosseguir o reforço e capacitação de pessoal técnico para responder aos novos e complexos desafios impostos pela modernização e alargamento do sistema financeiro;
- Melhorar o quadro regulamentar com vista a acomodar os novos desenvolvimentos em matéria de supervisão bancária;
- Consolidar as práticas de *corporate governance* no intuito de aplicar, efectiva e permanentemente, as regras de uma gestão profissionalizada das instituições de crédito e sociedades financeiras;
- Continuar a monitorar os desenvolvimentos e as actividades do sector financeiro. Maior atenção será dada à avaliação das condições de liquidez e a qualidade de activos; e,
- Adoptar um plano de contingência para o sector financeiro para que esteja permanentemente alerta aos riscos de crise.

